

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA DO PROFESSOR PARA  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**MARCIA MARIA PREVIATO DE SOUZA**

**MARINGÁ  
2011**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA DO PROFESSOR PARA  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**MARCIA MARIA PREVIATO DE SOUZA**

**MARINGÁ  
2011**

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729f Souza, Marcia Maria Previato de

Formação técnico-pedagógica do professor para educação a distância / Marcia Maria Previato de Souza, Maringá: [s.n.], 2011. 136 f.

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Gasparin

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Educação da Universidade Estadual de Maringá.

1. Educação superior. 2. Educação à distância. 3. Prática docente. 4. Ensino-aprendizagem. I. Gasparin, João Luiz. II. Universidade Estadual de Maringá.

CDD 22. ed. 378.175

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO  
A DISTÂNCIA**

Dissertação apresentada por MARCIA MARIA PREVIATO DE SOUZA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador: Prof. Dr. JOÃO LUIZ GASPARIN

MARINGÁ  
2011

MARCIA MARIA PREVIATO DE SOUZA

**FORMAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO  
A DISTÂNCIA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Luiz Gasparin (Orientador) – UEM

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Lucinea Aparecida Rezende – UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Teresa Kazuko Teruya – UEM

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Anair Altoé – UEM

01 de dezembro de 2011

Dedico este trabalho a meus pais, a meu esposo, Ailton, e aos meus filhos, Caroline e Leonardo, pelo apoio que me deram nessa caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus pela saúde, sabedoria e perseverança concedida durante todo tempo de conclusão dessa etapa tão importante da minha vida, uma verdadeira conquista.

Aos meus pais, Antônio e Isaura, cuja sabedoria sempre me deu força, carinho e incentivo em meus estudos. Sei que se orgulham de mim!

À minha sogra, Elza, que a tenho como uma mãe, pessoa incrível que sempre me deu seu apoio e auxílio.

Ao meu esposo, Ailton, que tanto amo, guardião de meus sonhos, sempre entendeu meus momentos de ausência, preocupações e ansiedades, pessoa que mais me motivou a estudar e buscar realizações, sem ele minha vida não tem sentido.

Aos meus filhos, Caroline e Leonardo, que tiveram paciência e compreensão nos momentos em que estive ausente. São a razão da minha vida. Amo muito vocês!!

Às minhas irmãs, Bety e Lucilene, companheiras de todas as horas.

A todos os professores do mestrado que me proporcionaram crescimento pessoal, intelectual e profissional, em especial, a meu querido professor orientador João Luis Gasparin, um grande mestre que acreditou na minha capacidade e me guiou no desenvolvimento do trabalho. Muito obrigada por tudo!

Às professoras Lucinea Aparecida Rezende, Teresa Kazuko Teruya, membros da banca de minha qualificação que muito contribuíram para melhoria desse trabalho.

Aos professores que participaram da pesquisa demonstrando profissionalismo e comprometimento, obrigada.

À instituição Campo de Pesquisa que permitiu que o trabalho fosse desenvolvido.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho.

"O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção".

**Paulo Freire**

SOUZA, MARCIA MARIA PREVIATO DE. **FORMAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.** (136 f.)  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.  
Orientador: Dr. João Luiz Gasparin. Maringá, 2011.

## RESUMO

Atualmente, assistimos à uma vertiginosa expansão na Educação Superior a Distância no Brasil. Embora já esteja consolidada como modalidade de ensino desde 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, ainda apresenta-se carregada de estigmas e preconceitos, no que se refere à qualidade de ensino oferecida pelas instituições e, principalmente, no que se relaciona ao papel do professor nesse novo cenário educacional. Partindo desse princípio, a presente pesquisa teve como propósito responder ao seguinte problema: **Que desafios e novos saberes técnicos e pedagógicos são colocados ao professor que ministra aulas na educação a distância?** O objetivo foi o de compreender as mudanças no padrão docente da EAD, a partir da promulgação da LDB 9394/96, a qual reconheceu a Educação a Distância como uma modalidade de ensino. Para responder ao problema proposto, realizou-se, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica sobre a história do Ensino Superior e a história da EAD no Brasil. A pesquisa de Campo foi realizada em uma Instituição de Ensino Superior Privada do Norte do Paraná, com professores do curso de Pedagogia, que ministram aulas na Educação Presencial e na Educação a Distância. Nesta parte do trabalho, buscou-se unir a teoria a prática a respeito do objeto de investigação. O estudo teve como pressuposto três categorias de análise: A concepção de Educação Presencial e Educação a Distância; Metodologias de ensino e novas tecnologias para a Educação Presencial e a Distância; e A formação docente para a modalidade de Educação a Distância. Os resultados mostraram que os professores encontram-se no início da carreira docente na EAD. Em relação à instituição pesquisada é sua primeira experiência com a modalidade. Verificou-se que os professores, em sua maioria, sentem-se seguros pedagogicamente, mas, muitas vezes, inseguros psicologicamente por ministrarem aulas ao vivo para uma câmera em um estúdio, separados do seu público no espaço e, muitas vezes, no tempo. Conclui-se que é necessário que os docentes, que se propõem a trabalhar na EAD, busquem aperfeiçoamento técnico-pedagógico para que não reproduzam as metodologias utilizadas na Educação Presencial.

**Palavras-chave:** Educação Superior; Educação a Distância; prática docente; ensino; aprendizagem.

SOUZA, Previato MARCIA MARIA DE. **FORMAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO A DISTANCIA.** (136 f.) Dissertation (Masters in Education) - Universidade Estadual de Maringá. Tutor: Dr. João Luiz Gasparini. Maringá, 2011.

## ABSTRACT

Currently, we have witnessed an unprecedented extension in Distance Higher Education in Brazil. Although it is CONSOLIDATED as a form of education since 1996 by the Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96, it still presents itself full of stigma and prejudice, with regard to the quality of education offered by those institutions and, especially, in relation to the role of the teacher in this new educational setting. Based on this principle, the present study aimed to answer the following problem: **What challenges and new pedagogical and technical knowledge are presented to the teacher who teaches classes in distance education?** The goal was to understand the changing patterns of EAD teaching from the promulgation of LDB 9394/96, which recognized the Distance Education as a teaching modality. To answer the problem posed, there was, initially, a literature search on the history of higher education and the history of distance education in Brazil. The field research was conducted in a private institution of higher education in northern Paraná, with teachers from the Faculty of Education, giving classes both in Classroom Education and Distance Education. In this part of the work we tried to unite theory and practice regarding the object of investigation. The study was assumption of analysis in three categories: Designing Classroom Education and Distance Learning, Teaching methodologies and new technologies for education and distance, and teacher training to the form of distance education. The results showed that teachers are in the beginning of their EAD teaching career. Regarding the institution researched, this was their first experience with the modality. It was found that the teachers mostly feel safe pedagogically, but often psychologically insecure due to the fact they are ministering to a live camera in a studio, separated from the audience space and time. We conclude that it is necessary that teachers who intend to work on EAD, seek to improve themselves technically and pedagogically, so that they not simply imitate the methodologies used in the Classroom Education.

**Keywords:** higher education, distance education, teaching practice, teaching, learning.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

<b>FIGURA 1</b>	Consulta de instituições cadastradas pelo MEC.....	40
<b>FIGURA 2</b>	Organização modular do curso de Pedagogia - EAD.....	49
<b>TABELA 1</b>	Crescimento das matrículas em cursos de EAD – graduação.....	41
<b>TABELA 2</b>	Matriz curricular do curso de Pedagogia – EAD.....	47
<b>TABELA 3</b>	Composição de notas para obtenção da média.....	53
<b>TABELA 4</b>	Idade e número de professores participantes da pesquisa.....	67
<b>TABELA 5</b>	Tempo de docência no Ensino Superior.....	68
<b>TABELA 6</b>	Planejamento da Educação Presencial e EAD, conforme resposta dos professores participantes da pesquisa	95
<b>TABELA 7</b>	Diferenças de avaliações na EAD e na Educação Presencial, segundo respostas dos professores participantes da pesquisa	100

## LISTA DE SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
CIER	Centro Internacional de Estudos Regulares
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
EAD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IES	Instituições de ensino superior
MEB	Movimento de Educação de Base
NAP	Núcleo de Apoio Pedagógico
NEAD	Núcleo de Educação a Distância
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
SACI	Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares
SESC	Serviço Social do Comércio
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
TI	Tecnologia de Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.</b>	<b>O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL – UM BREVE HISTÓRICO.....</b>	<b>20</b>
2.1	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 9.394/96...	25
2.1.1	A Educação Superior no Brasil atualmente.....	26
<b>3.</b>	<b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA.....</b>	<b>31</b>
3.1.	A EAD pós LDB.....	35
3.2.	O crescimento da EAD no Brasil.....	41
<b>4.</b>	<b>A INSTITUIÇÃO CAMPO DE PESQUISA – ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA.....</b>	<b>44</b>
4.1.	Infra-estrutura.....	45
4.2.	Modelo Pedagógico.....	46
4.2.1	Avaliação.....	52
4.3.	Recursos Humanos.....	54
4.3.1.	Professor Conteudista.....	55
4.3.2.	Professor Titular.....	57
4.3.3.	Professor Mediador.....	58
4.3.4.	Professor Tutor.....	60
<b>5.</b>	<b>A PESQUISA DE CAMPO.....</b>	<b>63</b>
5.1.	Procedimentos Metodológicos da Pesquisa de Campo.....	64
5.2.	A Instituição Campo de Pesquisa – análise do perfil dos professores participantes da pesquisa.....	66
5.3.	Concepção de Educação Presencial e Educação a Distância.....	70
5.3.1.	Educação Presencial – alguns conceitos.....	70
5.3.2.	Educação a Distância – alguns conceitos.....	78
5.3.3.	Os desafios docentes na EAD.....	85
5.4.	Metodologia de ensino e novas tecnologias para a educação	

presencial e a distância.....	88
5.4.1. O planejamento como forma de organização da aula.....	92
5.4.2. A avaliação como parte do processo.....	97
5.4.3. Relação professor-alunos.....	102
5.5. Formação docente para a modalidade de Educação a Distância.....	108
5.5.1. Formação docente para EAD – algumas concepções.....	112
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>
<b>APÊNDICE</b>	
Questionário enviado aos professores.....	131

## 1. INTRODUÇÃO

Fazemos parte de uma sociedade conhecida como sociedade da informação e, nesse contexto, todas as instituições, entre elas as escolares, sofreram mudanças na última década.

Os avanços científicos e tecnológicos trouxeram consequências para a educação e novas exigências para a formação do professor. As novas tecnologias, instauradas na sociedade, a partir da metade do século passado, ganham, a cada dia, mais espaço no cenário educacional e a Educação a Distância – EAD passou a assumir relevância neste contexto.

Desde a sua regulamentação, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB, 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, houve a ampliação e intensificação de cursos a distância em nível de graduação e pós-graduação. Esta viabilidade legal proporcionou a democratização do ensino para aqueles que não têm a possibilidade de estarem no mesmo espaço e tempo com seus professores e colegas de turma. Além disso, alcança uma dimensão social e geográfica que promove o processo de inclusão educacional.

Os discursos, que giram em torno dessa modalidade de ensino, são evidenciados no atual cenário da educação. A preocupação de como ocorre o processo de ensino e aprendizagem, mediado pelas novas tecnologias, é a grande preocupação das instituições de ensino que aderiram ao trabalho com a EAD.

Os caminhos para integrar-se a essas novas tecnologias, em especial as utilizadas pela EAD, devem perpassar a transmissão de informações que, nos dias atuais, são facilitadas com o uso da internet. Um dos maiores desafios propostos ao professor é tornar a informação relevante aos alunos.

Moran, (2010, p. 61) afirma:

Na sociedade da informação, todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar-nos, a ensinar; reaprendendo a integrar o humano e o tecnológico, a integrar o individual, o grupal e o social. É importante conectar sempre o ensino com a vida do aluno. Chegar ao aluno por todos os caminhos possíveis: pela experiência, pela imagem, pelo som, pela representação

(dramatizações, simulações), pela multimídia, pela interação *on-line* e *off-line*.

A distância entre professor e alunos, seja de tempo ou espaço, exige mudanças de perfis, novas posturas, novos saberes e novos paradigmas. As metodologias, utilizadas em cursos na modalidade EAD, devem ser diferenciadas daquelas utilizadas em cursos presenciais, procurando encurtar a distância física pela velocidade da comunicação que as tecnologias proporcionam a professores e alunos.

A EAD, no Brasil, está consolidada, e a busca pela qualidade no ensino é algo que vem sendo discutido. Considerando a intensa proliferação de instituições que oferecem esta modalidade de ensino, a garantia de qualidade aos cursos deve, necessariamente, estar caracterizada por dois fatores: o tecnológico e o pedagógico. A tecnologia, isoladamente, não garante o sucesso da modalidade; deve estar atrelada e em sintonia com o pedagógico. Nessa esfera, o papel do professor vai além de transmitir informações. A interação professor e alunos, sua postura e metodologia utilizada é que vão criar condições para que esses alunos aprendam.

Lidar com essas mudanças exige do professor a busca pelo novo. No ciberespaço da sala de aula *on-line*, professores e alunos são desafiados a um modelo de aprendizagem diferente das salas presenciais. Nesta nova modalidade, a interatividade, as teorias de aprendizagem, os conteúdos científicos e a organização de um plano de trabalho devem possuir começo, meio e fim.

A relação ensino aprendizagem que se estabelece em cursos a distância fica geralmente exposta e registrada. É diferente do universo das salas de aula tradicionais, onde raramente pessoas que ali estejam no momento do encontro saibam em detalhes o que acontece. Essa exposição na EAD pode ser incômoda por revelar boas práticas e outras não tão adequadas assim (SATHLER, JOSGRILBERG e AZEVEDO, 2008, p. 8).

A dissertação, que ora apresentamos, está vinculada à linha de pesquisa Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Justifica-se por

compreender que a Educação a Distância é uma modalidade de ensino que vem se difundindo em vários países, entre eles o Brasil. Sua proliferação causa muitas inquietações, principalmente, para o professor que se vê diante desse novo paradigma educacional. Desta forma, o docente deve estar preparado para fazer parte deste mundo virtual. A postura de um professor do ensino a distância não é, certamente, a mesma que a de um professor do ensino presencial. Nesse sentido, torna-se relevante a pesquisa pelo caráter investigativo desses novos desafios docentes.

No decorrer da elaboração deste trabalho, nos propusemos a responder à seguinte problemática: **Que desafios e novos saberes técnicos e pedagógicos são necessários ao professor que ministra aulas na educação a distância?**

Nosso objetivo foi o de compreender a mudança de padrão docente a partir do desenvolvimento acelerado da Educação a Distância – EAD no Brasil, motivado inicialmente, pela regulamentação desta modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 e pela disseminação do uso da internet. Buscamos determinar as principais especificidades funcionais que caracterizam o novo perfil docente requerido. Tivemos, ainda, a intenção de verificar a relação entre a teoria e a prática, por meio da análise qualitativa obtida com uma pesquisa de campo realizada com professores do curso de Pedagogia – EAD de uma instituição de Ensino Superior do Norte do Paraná e que também ministram aula no ensino presencial.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, optamos, inicialmente, por uma metodologia descritiva, utilizando como fontes bibliográficas: livros, documentos do Ministério da Educação e documentos da Instituição pesquisada. Todas as fontes consultadas tratam da história do Ensino Superior e a história da Educação a Distância no Brasil. Na realização da pesquisa de campo e sua parte teórica utilizamos a metodologia qualitativa.

Na presente dissertação, além da introdução e conclusão, as seções encontram-se estruturadas da seguinte forma:

Na seção 2, intitulada O contexto da Educação Superior no Brasil – um breve histórico, retratamos aspectos das universidades brasileiras desde a época dos jesuítas. Nessa seção, nosso intuito foi o de apresentar alguns dados pelas quais a Educação Superior brasileira passou para se consolidar e

expandir, visto que até o ano de 1822 éramos colônia de Portugal. Na sequência, nossa pesquisa apresenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 9394/96 e seus impactos na Educação Superior, principalmente, no que tange à democratização do ensino nesse nível.

Na seção 3 – Educação a Distância: um pouco de sua história, apresentamos o processo histórico da EAD no Brasil desde o ano de 1904, ano que, segundo Alves (2009), foi datada a instalação das escolas internacionais com cursos por correspondência. Nossa pesquisa caminhou pelos principais marcos históricos até chegar a 1996, ano em que foi criada a Secretaria de Educação a Distância – SEED. A promulgação da LDB 9394/96 apresenta um artigo destinado a Educação a Distância e passa a ser reconhecida como modalidade de ensino. Dessa forma, houve uma significativa expansão da Educação Superior e muitas discussões em torno da qualidade do ensino oferecido.

Na seção 4 – A instituição Campo de Pesquisa – análise do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, tivemos como suporte teórico o Referencial de Qualidade para Modalidade de Educação Superior a Distância, criado em 2007 pelo MEC. Nesse documento são estabelecidos parâmetros para construção dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Educação a Distância no Brasil. Juntamente a essa análise trouxemos o debate teórico do Projeto Pedagógico de Curso – PPC, do curso de Pedagogia de uma instituição de Ensino Superior privada do Norte do Paraná. Procuramos estabelecer relação entre o que é priorizado no Referencial de Qualidade com o que é proposto no PPC da instituição Campo de Pesquisa, descrevendo e analisando três aspectos: infra-estrutura, modelo pedagógico e recursos humanos. As informações extraídas dessa análise serviram como base para investigação e interpretação da pesquisa de campo.

O plano prático da pesquisa de campo teve início na seção 5. Enviamos questionários a professores que ministram aulas na EAD e também na Educação Presencial. A elaboração desses questionários pautou-se em três categorias de análise: A concepção de Educação Presencial e Educação a Distância; Metodologias de ensino e novas tecnologias para a Educação Presencial e a Distância e A formação docente para a modalidade de Educação a Distância.

O trabalho de cada categoria de análise foi norteado por concepções teóricas que deram sustentação para a análise das respostas dos professores que participaram da pesquisa de campo. Por meio dela, pudemos relacionar teoria e prática. Assim, conhecemos as diferenças entre o trabalho técnico-pedagógico do professor da EAD e o trabalho desenvolvido pelo mesmo professor em suas aulas na educação presencial. A configuração dos dois processos de ensino caracterizou-se como sendo o objetivo maior da nossa pesquisa.

## 2. O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL – UM BREVE HISTÓRICO

No Brasil, o processo de criação das Universidades foi tardio, em função de nosso país ter sido colônia de exploração de Portugal. Assim, para esse país não era importante que suas colônias tivessem acesso ao Ensino Superior, muito menos, que sua população pensasse criticamente. No início da colonização, somente as ordens religiosas se preocuparam com a educação no Brasil, porém, essa preocupação não se dava pelo fato da educação ser um direito humano, mas sim, para garantir a catequese contra-reformista. Brandão (1997, p.05) afirma que:

Os estabelecimentos de ensino dos jesuítas seguiam normas padronizadas, sistematizadas no tratado *Studiorum*, que previa um currículo único para estudos escolares dividido em dois graus: os *Studia Inferiora* e os *Studia Superiora*. Grosso modo, elas correspondiam aos atuais ensino secundário e universitário respectivamente. Os primeiros desenvolviam-se em até sete séries anuais, enquanto os últimos compreendiam os cursos de Filosofia e Teologia. Os de filosofia levavam três anos, onde eram estudadas obras de Aristóteles, e os de Teologia tinham duração de quatro anos, nos quais se estudavam as escrituras, o hebraico, a teologia especulativa segundo Thomás de Aquino e, no último ano Teologia Prática.

Normalmente, esses cursos funcionavam em colégios dos próprios Jesuítas e neles estudavam os jovens destinados à preparação para o sacerdócio e também estudantes externos. No Brasil, os ensinamentos transmitidos por esses religiosos sofreram algumas alterações pedagógicas para se adaptar à realidade local. Dessa forma, o currículo supracitado se apresentava um pouco distinto do original, porém, a base eclesial era a mesma. Nos colégios Jesuítas do Brasil, havia quatro graus de ensino, sucessivos e propedêuticos: o curso Elementar, o de Humanidades, o de Artes e o de Teologia (BRANDÃO, 1997). Da totalidade de 17 colégios estabelecidos no Brasil, somente oito ofereciam o curso de artes.

Segundo Cunha (2000), o primeiro colégio Jesuíta no Brasil foi fundado na Bahia em 1550 e serviu de modelo para os demais colégios instituídos em outras localidades do país:

O primeiro estabelecimento de Ensino Superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo federal, em 1550. Os jesuítas criaram, ao todo, 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes. Os alunos eram filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de artesãos e, nos séculos XVIII, também de mineradores. Nesses colégios era oferecido o ensino das primeiras letras e o ensino secundário. Em alguns, acrescia-se o Ensino Superior de Artes e Teologia (CUNHA, 2000, p. 152).

Em 1638, no Rio de Janeiro, foi fundado mais um colégio Jesuíta que iniciou suas atividades oferecendo o curso de Filosofia. Nesse período, o número de estudantes em todos os colégios dessa ordem religiosa somava trezentos. Segundo Saviani (2008), a educação jesuítica perdurou no Brasil por, aproximadamente, dois séculos. No ano de 1759, os Jesuítas foram expulsos do Brasil e as propriedades em que se estabeleciam tais instituições foram a leilão e terceiros as adquiriram, passando a explorá-las com outros fins que não fossem o de abrigar os colégios, desintegrando a estrutura até então formada.

Com a precariedade da Educação Superior no Brasil e o avanço dela na Europa, a presença das instituições universitárias se destacava desde a Idade Média. Os altos funcionários da Igreja, da coroa e os filhos de fidalgos coloniais se deslocavam a Europa para aquisição de seu diploma. Nota-se aí que, desde muito cedo, a Educação Superior foi privilégio das elites de nossa sociedade.

Segundo Brandão (1997), apesar do pouco empenho em instituir uma Educação Superior de qualidade, na transição dos séculos XVII para XVIII, foi criado no Rio de Janeiro, por interesse meramente de ordens práticas, o curso superior de Engenharia Militar, pois tinha como objetivo formar uma extensão do exército português. Também, em meio às turbulências do século XVIII, os inconfidentes mineiros tentaram a fundação de uma instituição de Ensino Superior, porém, não tiveram êxito. Com a vinda da família real portuguesa

para o Brasil, criou-se, em 1808, no Rio de Janeiro, a escola médico-cirúrgica com caráter de Ensino Superior.

Somente a partir de 1889, com a proclamação da república é que se constata o aumento das instituições de Ensino Superior no Brasil. Essas atendiam a um modelo de unidades desconexas entre si e voltadas para formação profissional. Mesmo com a necessidade urgente da socialização do Ensino Superior, pois, os europeus e muitos outros países da América Latina estavam bem desenvolvidos nesse sentido, em relação ao nosso país, somente em 1920, surgiu no governo de Epitácio Pessoa, a Universidade do Rio de Janeiro que mais tarde foi intitulada Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nela foi criada a reitoria e o conselho universitário, caracterizando, assim, um modelo sistemático e característico desse tipo de instituição.

Em 07 de setembro de 1920, O decreto no 13.343, do Ministro do Interior Alfredo Pinto, promulgado pelo presidente Epitácio Pessoa, determinou a criação da Universidade do Rio de Janeiro, a primeira instituição de ensino superior no Brasil que vingou com o nome Universidade. Sua estrutura consistiu numa aglutinação de diversas faculdades (BRANDÃO, 1997, p. 20).

Segundo Romanelli (2005), em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo - USP, nascida após a derrota na Revolução Constitucionalista de 1932. A Universidade tinha como objetivo a fundação de uma instituição de altos estudos sociais e políticos para a formação de uma elite moderna e culta. Dessa forma, foi, no governo de Getúlio Vargas, que as universidades foram realmente se caracterizando como tal. Foi também durante seu governo que se estabeleceu a política educacional liberal. Essa, por sua vez, trazia seus conceitos pautados nas ideias do Liberalismo, que tinha como princípios o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia.

Todavia, dentro desses princípios a educação que se estabelecia no Brasil com a criação da universidade de São Paulo, dividia-se em duas vertentes: a elitista e a igualitária. A primeira vertente foi defendida por Fernando Azevedo<sup>1</sup>, na qual as escolas superiores deveriam, acima de tudo,

---

<sup>1</sup> Fernando de Azevedo nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, no estado de Minas Gerais, em 20 de abril de 1894 e faleceu em São Paulo em 17 de setembro de 1974 (SANIANI, 2008, p.207)

formar professores para a escola secundária. Essa formação seria satisfatória, pois os saberes intelectuais por seus professores aprendidos seriam nela disseminados a todo povo.

Em contrapartida, Anísio Teixeira<sup>2</sup> defendia a educação igualitária. Suas ideias foram decisivas para a criação de políticas educacionais que contribuíssem para o acesso da classe trabalhadora e das camadas médias às universidades. Essas ideias diante do regime político da era Vargas foram, muitas vezes, sufocadas e, dentre seus intentos, em 1935, em meio a toda essa repressão, ele idealizou a Universidade do Distrito Federal. Essa enfrentou a resistência do próprio governo federal sob a alegação de que a instituição idealizada por Teixeira não se adequava ao estatuto das Universidades vigentes. Isso acontecia em função da previsão por parte do governo da participação democrática dos estudantes no conselho universitário e da autonomia que tal instituição teria.

Tais previsões se confirmaram, pois os estudantes realmente se constituíram em uma força política ativa, não se deixando manipular por outras forças. Nesse cenário, criou-se a UNE – União Nacional dos Estudantes.

Em 11 de agosto de 1937, iniciou-se no Rio de Janeiro o Conselho Nacional dos Estudantes, promovido pela Casa do Estudante do Brasil. Em 5 de dezembro de 1938, o Conselho reuniu-se em um congresso denominado 2º Congresso Nacional dos Estudantes, inclusive com a participação de representante do Ministério da Educação. A tese mais importante discutida foi a criação da União Nacional dos Estudantes. Em 22 de dezembro, foi aprovada a proposta relativa aos estatutos da UNE. Na realidade, a sua criação caracterizou-se como resultado da tentativa de cooperação dos estudantes, opositores do autoritarismo, pelo Estado, interessado no seu controle por mecanismos corporativos (BRANDÃO, 1997, p. 20).

Na década de 50 do século passado, ocorreu a criação das universidades federais, estaduais e municipais, fato esse reforçado pela

---

<sup>2</sup> Anísio Spínola Teixeira nasceu na cidade de Caetiré, no estado da Bahia, no ano de 1900. No mês de março do ano de 1971, em campanha para o ingresso na Academia Brasileira de Letras foi encontrado morto no poço de um elevador (SAVIANI, 2008)

criação da Lei de diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB 4.024/61 que suscitou muitas discussões desde 1948. As instituições de ensino não ficaram alheias ao que acontecia na sociedade. Durante o regime militar (1964/1985), a universidade, principalmente seus integrantes, alunos, professores e administradores foram perseguidos, pois ela era considerada, pelo regime, um foco subversivo. Nesse contexto, as agremiações estudantis, principalmente a união nacional dos estudantes - UNE, foram destituídas e muitos de seus integrantes foram presos ou obrigados a se refugiarem em outros países.

Diante disso, a proposta do regime militar era modernizar as instituições de Ensino Superior em nosso país, contudo, por trás dessa proposta, o que se pretendia era transformar a universidade em centro de capital humano, única e exclusivamente para atender a interesses econômicos. Percebe-se, assim, a influência de instituições internacionais, principalmente, norte-americanas.

Segundo Saviani (2008), em 1969, entrou em vigor a reforma universitária:

O ano de 1969 é o marco de abertura dessa nova etapa, uma vez que, em virtude do Decreto n. 464, de 11 de fevereiro desse ano, entra em vigor a reforma universitária instituída pela Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Igualmente, foi aprovado no mesmo dia 11 de fevereiro o Parecer CFE n. 77/69, que regulamentou a implantação da pós-graduação. E, no campo especificamente pedagógico, foi também em 1969 que se deu a aprovação de Parecer CFN n. 252, que introduziu as habilitações técnicas no curso de pedagogia (p. 365).

Assim, na década de 1970, presencia-se uma expansão sem limites do Ensino Superior no Brasil, passando de 300.000 alunos para um milhão e meio em 1980. Muitos fatores, além da reforma universitária, contribuíram para esse contexto: a concentração urbana da população, exigência de melhor formação para mão-de-obra industrial e de serviços e a facilidade para a abertura de escolas privadas.

Na década de 80, uma grave crise econômica assolou o Brasil e, como não podia deixar de ser, também o Ensino Superior foi afetado por ela. Toda a expansão que acontecera na década anterior fora retardada pela crise. O

percentual de alunos ingressantes no Ensino Superior estava bem abaixo de outros países em igual situação de crescimento e desenvolvimento.

No governo Sarney, no ano de 1985, foi instaurada uma comissão para analisar a situação do Ensino Superior brasileiro da época e apresentar proposta para uma reforma. De acordo com o relatório, apresentado pela então Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, os principais problemas a serem solucionados eram: professores mal remunerados, carência de equipamentos, laboratórios e bibliotecas, descontinuidade de pesquisas, discriminação social no acesso às universidades, sistemas antidemocráticos de administração e escolha dos quadros dirigentes, crise financeira e pedagógica do ensino privado, excesso de controles burocráticos nas universidades públicas, pouca clareza na prevalência do sistema de mérito na seleção e promoção de professores.

Segundo Brandão (1997), o relatório também destacou que as nossas universidades não estavam preparadas para enfrentar as próximas décadas, assim como os novos desafios da educação no que diz respeito também às concepções de ensino, e principalmente, a um fator preponderante conferido ao Ensino Superior: o incentivo à pesquisa.

É ainda diante dessas circunstâncias que, em 1996, se promulgou a última versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 9.394/96, também conhecida como lei Darcy Ribeiro, por ser o senador em questão o relator da referida lei. Desde então, essa é a lei que rege a educação brasileira como um todo, sendo que os artigos do 43 ao 57 são, especificamente, destinados a Educação Superior.

## 2.1. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – LDB 9.394/96

A LDB 9.394/96 apresenta 96 artigos que tratam da educação brasileira em todos os níveis e modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Superior, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Especial e Educação a Distância.

Segundo Saviani (1998), o texto aprovado em 1996 é resultado de um longo embate, que durou cerca de seis anos, entre duas propostas distintas. A primeira, conhecida como Projeto Jorge Hage, foi resultado de uma série de debates abertos com a sociedade, organizados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, sendo apresentado pelos senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correa em articulação com o poder executivo por meio do Ministério da Educação – MEC.

A segunda proposta tinha como fundamento os diversos setores da sociedade civil. A principal divergência entre ambas era em relação ao papel do Estado na educação. Enquanto a proposta dos setores organizados da sociedade civil apresentava uma grande preocupação com mecanismos de controle social do sistema de ensino, a proposta dos senadores previa uma estrutura de poder mais centrada nas mãos do governo. Apesar de conter alguns elementos levantados pelo primeiro grupo, o texto final da LDB se aproximou mais das ideias levantadas pelo segundo grupo, que contou com forte apoio do governo Fernando Henrique Cardoso nos últimos anos de tramitação.

Vale lembrar que a aprovação da LDB se deu diante de uma expansão fenomenal do Ensino Superior privado, uma vez que as universidades públicas não supriam a demanda necessária. Além disso, essa situação instituiu uma espécie de subordinação aos mecanismos internacionais que, mais uma vez, agiram sobre a educação dos países em desenvolvimento. Dentre os organismos internacionais, especificamente, podemos destacar a União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e o Banco Mundial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira ampliou e incorporou alguns princípios já estabelecidos em nossa constituição, enfatizando o respeito à liberdade e o apreço à tolerância, coexistência das instituições públicas e privadas de ensino, valorização da experiência extra-escolar e vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

### **2.1.1. A Educação Superior no Brasil atualmente**

A promulgação da LDB 9394/96 efetivou-se em um cenário de grandes transformações sociais e econômicas. Nessa época, o fenômeno da globalização era predominante e se implantava uma política concernente com tal fenômeno, conhecida como neoliberalismo. Destaca-se, nessa perspectiva, que, normalmente, uma lei expressa à opinião ou interesses de um determinado grupo social; assim, a promulgação da LDB suscitou intensos debates e conflitos sobre as intenções de seu conteúdo.

Além de todas as circunstâncias sociais e políticas, concomitantes à sua aprovação, se verificava uma expansão extraordinária do Ensino Superior privado, pois a demanda de vagas em instituições públicas não supria mais a necessidade da população em se aperfeiçoar e adquirir conhecimentos. Nesse sentido, se considerarmos as palavras de Zabalza (2004), podemos compreender melhor o exercício da docência atualmente, pois, afirma que é preciso levar em consideração as transformações pelas quais o cenário universitário está passando, em razão das mudanças do mundo contemporâneo. Entre as mais significativas, notam-se: de um bem cultural, a universidade passou a ser um bem econômico; de um lugar reservado a poucos, tornou-se um lugar para o maior número possível de pessoas; de um bem direcionado ao aprimoramento de indivíduos, tornou-se um bem cujo beneficiário é o conjunto da sociedade; e, ainda, transformou-se em mais um recurso do desenvolvimento social e econômico dos países, submetendo-se às mesmas leis políticas e econômicas; faz parte das dinâmicas sociais e está sujeita aos mesmos processos e às mesmas incertezas do âmbito político, econômico ou cultural que afetam todas as instituições sociais.

Neste cenário, as políticas neoliberais, ocasionaram profundas mudanças na linha de produção mundial, buscando estabelecer-se pela formação e qualificação de recursos humanos, enfatizando a difusão de conhecimentos, atribuindo cada vez mais responsabilidade à educação. Em contrapartida, percebe-se o distanciamento do estado na manutenção dos setores para garantir o livre comércio, contexto propício para ação de mecanismos internacionais, que ditaram as regras para a educação brasileira

como um todo, o que fica claro nas palavras de Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p. 95). “Nesse sentido, a orientação do Banco Mundial tem sido a de educar para produzir mais e melhor”.

Tais mecanismos sugerem maior concentração de recursos para a Educação Básica, deixando a Educação Superior a cargo da iniciativa privada. “A desobrigação do Estado na área educacional apresenta-se, atualmente, com intensidade, no ensino superior” (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2005, p. 149).

Nesse sentido, podemos levar em consideração dois pontos decisivos para a aprovação da LDB 9.394/96: o primeiro nos leva a crer que o governo, conforme a imposição dos mecanismos internacionais aceitou as diretrizes para a educação em função das políticas neoliberais que assolavam o mundo. O segundo, por sua vez, nos conduz a essa mesma ação de forma inversa, pois o governo pode ter tratado de adequar suas diretrizes educacionais a uma nova configuração política e econômica.

Assim, a LDB nos reporta às novas tendências educacionais mundialmente impostas pela globalização e pelo neoliberalismo. Muitos de seus artigos retomam ou fazem referência ao Relatório da Unesco, redigido por Jacques Delors e intitulado “Educação um Tesouro a Descobrir”. Um exemplo explícito está no artigo 03 da LDB em que valores como respeito à liberdade, tolerância, respeito ao pluralismo de ideias, valorização extra-escola são enfatizados, tal como preconiza Delors no documento citado.

Dentro dessa nova perspectiva, as relações sociais não se restringem mais a dominantes e dominados, elas assumem uma complexidade diferenciada da que se viu até então. De acordo com a LDB, a educação, mais do que nunca, deve estar preparada para lidar com a diversidade. Ela não deve se ater somente ao aspecto formal do conhecimento, mas também preocupar-se com o indivíduo, com a pessoa; respeitar e inserir o diferente é fundamental. A escola deve transmitir o saber, o saber fazer, despertar o gosto pelo aprender e contribuir para que se alcance a independência e a autonomia. Assim, o professor deve se preocupar com essa nova identidade da educação e se preparar para enfrentar os desafios colocados a ele.

Mesmo sabendo que a criação da LDB é um reflexo direto das políticas da época e que representam, de alguma forma, a intencionalidade de alguns

grupos, ela é fundamental para o desenvolvimento da educação brasileira. Muito depende de docentes bem preparados para cumprir as determinações nela expostas.

Nesse cenário atual da Educação Superior, podemos destacar, ainda, a utilização das novas tecnologias pelas quais se pode visitar qualquer lugar do mundo, sem sair do lugar, bastando estar diante da tela de um computador que tenha acesso à internet. Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p. 66):

Tais avanços tornam o mundo pequeno e interconectado por vários meios, sugerindo-nos a ideia de que vivemos em uma aldeia global. As informações circulam de maneira a encurtar distâncias e reduzir o tempo, o que se deve à multiplicação dos meios, dos modos e da velocidade com que são propagadas ou acessadas atualmente.

As informações se propagam em uma velocidade estrondosa, fazendo com que o professor não seja mais o único detentor do saber, muito menos o único transmissor dele. Também, nesse aspecto, ele precisará organizar suas práticas para lidar com essa evolução e tirar proveito das novas tecnologias para reconstituir seus processos pedagógicos e, conseqüentemente, dinamizar suas aulas. Ainda, de acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2005), as mídias estão presentes em todos os espaços sociais e fortemente ligadas à vida das pessoas. Embora, muitas vezes, esses meios de comunicação procurem transmitir uma realidade velada ou moldada de acordo com determinadas ideologias, é por meio deles que a grande maioria das pessoas recebe informações.

É chegado o momento em que o professor precisa se adequar para ser o mediador do conhecimento. É necessário saber minuciosamente o conteúdo que se vai ministrar, contudo, é preciso entender que novos pontos de vista podem ser ressaltados e que os alunos não são seres estáticos que apenas ouvem aquilo que é transmitido. É preciso que o professor trabalhe o conhecimento levando seus alunos à reflexão. Sobre as novas tecnologias nos remetemos às palavras de Libâneo (2004, p. 16):

Na vida cotidiana, cada vez mais, um maior número de pessoas são atingidas pelas novas tecnologias, pelos novos hábitos de consumo e indução de novas necessidades. Pouco

a pouco, a população vai precisando se habituar a digitar teclas, ler mensagens no monitor, atender instruções eletrônicas. Cresce o poder dos meios de comunicação, especialmente a televisão, que passa a exercer um domínio cada vez mais forte sobre crianças e jovens, interferindo nos valores e atitudes, no desenvolvimento de habilidades sensoriais e cognitivas, no provimento de informação mais rápida e eficiente.

Neste cenário educacional, nos deparamos também com a Educação a Distância, modalidade que teve sua legalidade com a promulgação da nova LDB 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Com a nova lei, a Educação a Distância foi reconhecida como uma modalidade de ensino. Houve ampliação e intensificação de cursos a distância em nível de graduação e pós-graduação. Essa viabilidade legal proporcionou a democratização do ensino àqueles que não tiveram a possibilidade de estarem no mesmo espaço e tempo com seus professores e colegas de turma. Além disso, a EAD alcançou uma dimensão social e geográfica que promove o processo de inclusão educacional.

Cumpramos ressaltar que, a necessidade de mão-de-obra rápida dada às novas formas de trabalho no mercado, também proporcionaram o impulso dessa modalidade de ensino. Dessa forma, sofreram influência o trabalho docente presencial e especialmente o da EAD. As formas de ensinar passaram a ser questionadas, pois como já afirmamos outrora, o professor não é mais o único detentor do saber

Mesmo tendo sido reconhecida legalmente como modalidade de ensino apenas com a nova LDB, a Educação a Distância apresenta uma longa história no contexto da educação brasileira. Para delinear esse panorama da EAD, atualmente, nos remetemos a um estudo sobre sua história no Brasil.

### **3. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA**

Na presente seção, procuramos nos ater aos principais marcos históricos que impulsionaram o avanço da EAD em nosso país, visto que diferentes autores preconizam esses marcos de maneira diferente, buscamos entendimento utilizando como fontes principais os livros ABC da EAD – A Educação a Distância hoje, de autoria de Carmem Maia e João Mattar (2007) e EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – O Estado da Arte, organizado por Fredric M. Litto e Marcos Formiga (2009).

Algumas pesquisas, de acordo com Alves (2009), mostram que antes de 1900 já existiam anúncios em jornais do Rio de Janeiro que ofertavam cursos profissionalizantes por meio de correspondências. Eram cursos de datilografia ministrados por professores particulares, sem fazer uso de um estabelecimento de ensino. Por meio de cartas, os alunos eram orientados e avaliados; isso era estendido a outros estados para pessoas que se interessavam em aprender esse ofício.

Oficialmente a instalação das escolas internacionais com cursos mediados por correspondências é datada somente em 1904:

[...] o marco de referência oficial é a instalação das escolas Internacionais, em 1904. A unidade de ensino, estruturada formalmente, era filial de uma organização norte americana existente até o hoje e presente em diversos países. Os cursos oferecidos eram todos voltados para as pessoas que estavam em busca de empregos, especialmente nos setores de comércio e serviços. (ALVES, 2009, p. 9)

Esses cursos eram oferecidos por instituições privadas e, inicialmente, eram em espanhol. Em consequência da pouca importância despendida à Educação a Distância e as dificuldades dos correios que faziam seus transportes de material didático, principalmente, por ferrovias, não houve incentivo por parte dos governantes, como afirma Maia e Mattar (2007, p.24): “O ensino por correspondência recebeu reduzido incentivo por parte das autoridades educacionais e órgãos governamentais”.

No ano de 1923, foi fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que deu início à educação via rádio. De iniciativa também privada, um grupo, que teve como líder Henrique Morize<sup>3</sup> e Roquete Pinto<sup>4</sup>, comandou os cursos de português, silvicultura, literatura francesa, esperanto, radiotelegrafia e telefonia.

Apesar de alcançar êxito, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro trouxe preocupação para os governantes da época, principalmente para os revolucionários da década de 1930, pois isso possibilitava a transmissão de programas considerados como subversivos.

Segundo Maia e Mattar (2006), a emissora tinha como principal objetivo possibilitar educação popular; dessa forma, os programas educativos se multiplicaram e foram transmitidos não só no Brasil, mas em outros países do continente americano pela rádio do Rio. Suas dependências localizavam-se em uma escola superior de poder público e, por consequência de várias pressões e exigências difíceis de serem cumpridas, em 1936, os instituidores doaram a emissora para o Ministério da Educação e Saúde. No ano seguinte, foi criado o Serviço de Rádio Difusão Educativa do Ministério da Educação.

Em 1939, houve a Criação da Rádio Monitor e 1941 o Instituto Universal Brasileiro. Nas palavras de Maia e Mattar (2006, p. 24):

Os primeiros institutos brasileiros a oferecerem sistematicamente cursos a distância por correspondência – profissionalizante em ambos os casos – foram o Instituto Rádio Técnico Monitor, em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, em 1941. Juntaram-se a eles outras organizações similares, que foram responsáveis pelo atendimento de milhões de alunos em cursos abertos de iniciação profissionalizante à distância, até hoje.

Ainda segundo os autores supracitados, o Instituto Monitor teve início com uma experiência de rádio caseiro e as atividades realizadas por correspondência. Esse instituto ainda oferece cursos técnicos, supletivos e

---

<sup>3</sup> Henri Charles Morize ou Henrique Morize – 31 de dezembro de 1860 – 19 de março de 1930. Nasceu em Beaune (França) tendo se naturalizado brasileiro em 1884. Foi o primeiro presidente da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://eternosaprendizes.com/2010/05/20/20-de-maio-de-1923-radio-sociedade-do-rio-de-janeiro/>

<sup>4</sup> Edgard Roquete Pinto – 25 de setembro de 1884 – 1954. Nasceu no Estado de Minas Gerais, foi Médico, antropólogo, poeta e professor. Foi considerado “o pai do rádio brasileiro”. Disponível em: <http://eternosaprendizes.com/2010/05/20/20-de-maio-de-1923-radio-sociedade-do-rio-de-janeiro/>

profissionalizantes a distância e, aproximadamente, cinco milhões de alunos já estudaram nessa instituição.

Em 1943, a Voz da Profecia, que teve início nos Estados Unidos em 1929, chegou ao Brasil. As gravações eram feitas em português e foram transmitidos, no Brasil, via rádio. Foi colocado no ar o primeiro programa de rádio de cunho religioso.

Com a finalidade de oferecer cursos comerciais radiofônicos, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, o Serviço Social do Comércio - SESC e emissoras associadas fundaram a Universidade no Ar, no ano de 1947. A metodologia desta instituição não se diferenciava muito das outras experiências de cursos a distância; o material didático constituía-se de apostilas e todos os exercícios eram corrigidos por monitores. A experiência com essa metodologia perdurou até o ano de 1961, porém cursos na modalidade a distância oferecidos pelo SENAC continuam até os dias atuais.

Após ter criado alguns projetos e utilizado algumas vias de comunicação para levar a educação a seus alunos, em 2001 o SENAC passou a oferecer cursos de Especialização em Educação a Distância e, em 2002, especialização em Educação Ambiental e outros que atualmente são realizados via internet.

Houve, ainda, a Criação do MEB – Movimento de Educação de Base, em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. De acordo com Maia e Mattar (2007, p. 26):

Esse foi um marco na EAD não formal no Brasil. O MEB, envolvendo a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil e o Governo Federal, utilizou inicialmente um sistema radioeducativo para democratização do acesso à educação, promovendo o letramento de jovens e adultos.

Partindo desse princípio, esse canal de comunicação promoveria a inserção de indivíduos ao mínimo de conhecimento e desenvolvimento de atitudes. De acordo com Beisiegel, esse projeto tinha como objetivos:

- 1) desenvolvimento do pensamento e dos meios de relacionamento (ler e escrever, falar e ouvir, calcular); 2) desenvolvimento profissional (agricultura, trabalhos caseiros,

edificação, formação técnica e comercial necessária ao progresso econômico); 3) desenvolvimento de habilidades domésticas (preparação de comida, cuidado das crianças e enfermos); 4) desenvolvimento de meios de expressão da própria personalidade em artes e ofícios; 5) desenvolvimento sanitário por meio da higiene pessoal e coletiva; 6) conhecimento e compreensão do ambiente físico e dos processos naturais (elementos científico-práticos); 7) conhecimento e compreensão do ambiente humano (organização econômica e social, leis e governos); 8) conhecimento das outras partes do mundo e dos povos que nelas habitam; 9) conhecimento de qualidades que capacitam o homem a viver no mundo moderno, como o são o ponto de vista pessoal e a iniciativa, o triunfo sobre o medo e a superstição, a simpatia e a compreensão para com as opiniões diferentes; 10) desenvolvimento moral e espiritual; fé nos ideais éticos e aquisição do hábito de proceder de acordo com eles, com a obrigação de submeter a exame as formas de condutas tradicionais e de modificá-las segundo o requeiram as novas circunstâncias. (BEISIEGEL, 2004, p. 81-82)

A MEB tinha como propósito apresentar conhecimentos para atender as necessidades individuais, porém, sem perder o foco da coletividade, buscando formas de solucionar problemas sociais. Seus princípios se pautavam na educação fundamental gratuita por meio de escolas radiofônicas.

No ano de 1962, em São Paulo, foi fundada a Ocidental School, instituição de origem americana atuante no campo da eletrônica; atendia alunos no Brasil e em Portugal.

Em 1967, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, na área de educação pública, iniciou suas atividades trabalhando com cursos a distância também mediados por correspondência.

Ainda em 1967, a fundação Padre Landell de Moura criou seu núcleo de EAD, concretizado por correspondência e rádio para cursos profissionalizantes.

Com duração de menos de uma década, foi concebido também em 1967 o projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares – SACI, por iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. Segundo Maia e Mattar (2007, p.26):

[...] o projeto Saci (Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares) tinha como objetivo criar um sistema nacional de telecomunicações com o uso de satélite. A idéia do Projeto Saci era inovadora e pioneira, vislumbrando as

possibilidades dos meios de comunicação de massa em favor da prestação de serviços educacionais. O projeto, entretanto, foi encerrado em 1976.

Após o encerramento do projeto, suas instalações e equipamentos foram transferidos para a TV Universitária do Rio grande no Norte que passou a dirigir os programas, principalmente para as escolas da zona rural.

No ano de 1970, firmou-se um convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Landell de Moura e a Fundação Padre Anchieta, dando início ao Projeto Minerva. Seu principal objetivo era a utilização do rádio para implantação de uma rádio educativa para a inclusão social de adultos buscando amenizar as deficiências da educação formal nas regiões do Brasil em que existiam poucas escolas e um número reduzido de professores. Segundo Maia e Mattar (2007), o projeto perdurou até o início da década de 80.

Em 1977, foi criado, pelo Jornalista Roberto Marinho, o Telecurso. Por meio das tecnologias de teleducação, satélite e materiais impressos, foram implantados cursos supletivos a distância, oferecidos por fundações privadas e organizações não governamentais. Segundo Maia e Mattar (2007, p. 27):

Na década de 1970, a Fundação Roberto Marinho lançou programa de educação supletiva a distância para 1º e 2º graus. Hoje denominado Telecurso 2000, utiliza livros, vídeos e transmissão por TV, além de disponibilizar salas pelo país para que os alunos assistam às transmissões e aos vídeos, e tenham também a oportunidade de acessar o material de apoio. Calcula-se que mais de 4 milhões de pessoas já foram beneficiadas pelo telecurso (p.27).

No ano de 1981, houve a fundação do Centro Internacional de Estudos Regulares do Colégio Anglo-Americano – CIER. Oferece, atualmente, ensino fundamental e médio na modalidade a distância, propiciando às crianças que se mudam temporariamente para o exterior, que continuem seus estudos pelo sistema de educação brasileiro.

Em 1991, foi criado o Jornal da Educação, produzido pela Fundação Roquete-Pinto que, em 1995, passou a se chamar Salto para o Futuro e foi incorporado à TV Escola, um canal educativo da Secretaria de Educação a

Distância do Ministério da Educação. Segundo Maia e Mattar (2007), foi um marco importante na história da EAD no Brasil.

É um programa para a formação continuada e aperfeiçoamento de professores (principalmente do ensino fundamental) e alunos dos cursos de magistério. Utiliza diversas mídias, como material impresso, TV, fax, telefone e internet, além de encontros presenciais nas telessalas, que contam com a mediação de um orientador de aprendizagem. Os programas são ao vivo e permitem interação dos professores presentes nas telessalas. (MAIA e MATTAR, 2007, p. 27).

Segundo os autores, o programa atinge 250 mil docentes em todo o Brasil. As Secretarias de Educação e SESC são os parceiros responsáveis por montar e acompanhar o processo das telessalas nos Estados.

### 3.1. A EAD PÓS LDB

Desde a década de 90, do século passado, a sociedade, de maneira geral, tem assistido a uma verdadeira revolução tecnológica. Dessa forma, as instituições de Ensino Superior passaram a desenvolver cursos a distância utilizando as tecnologias de informação e comunicação, havendo assim, a expansão e democratização do ensino.

Os paradigmas educacionais, até então desenvolvidos, geravam, de acordo com Bacha Filho (2003), desconfiança e, na maioria das vezes, eram ignorados e vistos como paliativo pela legislação educacional brasileira, uma forma de aligeirar a aprendizagem, porém o referido autor não comunga dessas ideias:

Ora, a EAD não significa necessariamente nem “aligeiramento” nem “simplificação” do processo de aprendizagem, uma vez que o referencial teórico-prático para a aquisição de habilidades, competências e atitudes que promovam o desenvolvimento pleno da pessoa, o exercício da cidadania, a qualificação para o trabalho e a autonomia para

continuar aprendendo é exatamente o mesmo para ambas as formas de ensino: presencial e a distância (BACHA FILHO, p.29).

Lobo Neto (2001) organizou o livro Educação a Distância: Referências e Trajetórias há dez anos com a mesma preocupação de Bacha Filho (2003). Ele afirma que, no Brasil, a EAD não recebe o tratamento proporcional à sua importância no que se refere ao serviço educacional oferecido pelas Instituições de Ensino Superior – IES:

E o que é mais grave, a sistemática prática de, entre nós, limitar sua utilização aos segmentos vitimados pela ineficiência da política pública, empurrando-a para categoria de pseudo-solução de segunda classe para engodo dos despossuídos (LOBO NETO, 2001, p. 58)

Diante de tantas discussões, em 1996, temos dois marcos históricos no cenário da Educação a Distância no Brasil: a criação da Secretaria de Educação a Distância – SEED, em maio de 1996<sup>5</sup> e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Para Niskier (2000, p. 55), “a criação da Secretaria Especial de Educação a Distância (SEED) e a promulgação da Lei 9394/96 foram as primeiras manifestações oficiais de apreço à modalidade da Educação a Distância”. Cumpre afirmar que no ano de 2011, no governo Dilma, a SEED foi extinta. O Decreto Nº 7480 de maio de 2011 aprovou a nova estrutura organizacional do MEC. O artigo 30 do referido decreto refere-se À Diretoria de Regulação e Supervisão em Educação a Distância.

No que tange a nova LDB, a referida lei traz oito dispositivos que tratam da EAD como modalidade de ensino, sendo um artigo, quatro parágrafos e três incisos:

"Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

---

<sup>5</sup> A Secretaria de Educação a Distância – SEED – foi oficialmente criada pelo Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996. MEC.  
Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=content&task=view&id=153&Itemid=290>>.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições, especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais” (BRASIL, 2011).

Segundo Lobo Neto (2006), com a promulgação da nova LDB, foram fixadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A EAD passou a ser considerada como modalidade de ensino, com possibilidade de acesso à educação pela sociedade brasileira. A lei regulamentou as atividades educacionais e estabeleceu a necessidade das instituições credenciar-se perante o poder público. “A educação a distância, portanto, deixa de pertencer ao elenco de projetos, sempre designados como ‘experimentais’, ao sabor de momentâneas e autoritárias arbitrariedades, tanto a favor quanto contra, sem qualquer respeito a resultados educacionais concretos” (LOBO NETO, 2006, p.402).

A viabilidade legal da EAD ampliou ainda mais a oferta de cursos a distância em nível superior. Até então, o que se tinha eram modelos que não estavam amparados legalmente; eram tentativas isoladas e fragmentadas sem uma política educacional consolidada. Com esse novo paradigma educacional, tornou-se possível a democratização do Ensino Superior no Brasil, visto que a EAD apresenta custos menores, proporciona ao aluno flexibilidade de horários e permite a ele administrar seu tempo de estudo. Nas palavras de Bacha Filho (2003, p. 30):

As várias modalidades de EAD possibilitam educação barata e de qualidade, acessível ao maior número de pessoas, constituindo-se numa oportunidade para incrementar a produtividade da educação que se abre também aos países

mais pobres. São novos cenários que nos convocam a uma resposta crítica, por certo, mais efetiva. A EAD pode ser eficiente em tempo, em custos e também em flexibilidade, permitindo uma metodologia adequada às condições do aluno e o respeito pelo seu ritmo de aprendizagem. Costuma-se dizer que o melhor ensino *online* é tão bom quanto o melhor ensino presencial, sendo verdadeira a recíproca.

Em 1998, o Decreto nº 2.494/98 regulamentou o Art. 80 da lei 9394/96. Segundo Fregale Filho (2003, p.15):

Embora a LDB esteja num patamar normativo superior, é no Dec. 2.494/98 que se encontra a definição legal da EAD, mais especificamente, em seu art. 1º, que estabelece como uma “forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente

Percebe-se que, nesse decreto, houve uma preocupação maior no que diz respeito à aprendizagem; como ela se efetivaria nessa modalidade, pois até então, a LDB, no seu artigo 80, preocupou-se mais em indicar quem podia oferecer os cursos e quais seriam os mecanismos de controle desses cursos. No mesmo ano, no mês de abril, esse decreto foi modificado pelo Decreto nº 2.561/98. De acordo com Alves (2006, p. 419), “os referidos decretos serviram de apoio para os primeiros credenciamentos de curso superiores de graduação a distancia”.

Não temos a pretensão de realizar uma análise aprofundada desses decretos, mas mostrar que eles fizeram parte da história da EAD e também foram marcos importantes nessa trajetória. Ambos os decreto foram revogados pelo atual Decreto nº 5.622/05 que proporcionou, após sua implantação, uma expansão de cursos a distância. Nele aparecem explicitas normas que tratam do credenciamento institucional e cursos das diversas modalidades e níveis de ensino. Apresentamos apenas o capítulo IV que trata da oferta de cursos superiores, na modalidade a distância. Este que é o foco principal do nosso trabalho.

Art. 20. As instituições que detêm prerrogativa de autonomia universitária credenciadas para oferta de educação superior a

distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, conforme disposto no [inciso I do art. 53 da Lei nº 9.394, de 1996](#).

§ 1º Os cursos ou programas criados conforme o **caput** somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição.

§ 2º Os atos mencionados no **caput** deverão ser comunicados à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 3º O número de vagas ou sua alteração será fixado pela instituição detentora de prerrogativas de autonomia universitária, a qual deverá observar capacidade institucional, tecnológica e operacional próprias para oferecer cursos ou programas a distância.

Art. 21. Instituições credenciadas que não detêm prerrogativa de autonomia universitária deverão solicitar, junto ao órgão competente do respectivo sistema de ensino, autorização para abertura de oferta de cursos e programas de Educação Superior a Distância.

§ 1º Nos atos de autorização de cursos superiores a distância, será definido o número de vagas a serem ofertadas, mediante processo de avaliação externa a ser realizada pelo Ministério da Educação.

§ 2º Os cursos ou programas das instituições citadas no **caput** que venham a acompanhar a solicitação de credenciamento para a oferta de Educação a Distância, nos termos do § 1º do art. 12, também deverão ser submetidos ao processo de autorização tratado neste artigo.

Art. 22. Os processos de reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos superiores a distância deverão ser solicitados conforme legislação educacional em vigor.

Parágrafo único. Nos atos citados no **caput**, deverão estar explicitados:

I - o prazo de reconhecimento; e

II - o número de vagas a serem ofertadas, em caso de instituição de ensino superior não detentora de autonomia universitária.

Art. 23. A criação e autorização de cursos de graduação a distância deverão ser submetidas, previamente, à manifestação do:

I - Conselho Nacional de Saúde, no caso dos cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia; ou

II - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no caso dos cursos de Direito.

Parágrafo único. A manifestação dos conselhos citados nos incisos I e II, consideradas as especificidades da modalidade de Educação a Distância, terá procedimento análogo ao utilizado para os cursos ou programas presenciais nessas áreas, nos termos da legislação vigente (BRASIL, 2011).

Os artigos do decreto 5622/05 destinados à Educação Superior na Modalidade a distância permitem ver que as instituições, devidamente

credenciadas pelo Ministério da Educação, gozam de autonomia para oferta de cursos de graduação desde que tenham capacidade para operacionalizar e oferecer cursos a distância, não havendo distinção no rigor das avaliações.

Zainko e Pinto (2008) esclarecem que, após a obtenção do credenciamento específico junto ao MEC para o desenvolvimento do trabalho com essa modalidade, as Instituições de Ensino Superior - IES devem incluir e descrever no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI todo procedimento sobre a oferta ou previsão de cursos, as disciplinas de cada curso oferecido ou outros projetos a serem desenvolvidos. Para tanto, devem ser levados em consideração “os recursos materiais, tecnológicos, humanos, administrativo-financeiros e de gestão acadêmica necessária para garantir uma educação superior de qualidade” (ZAINKO e PINTO, 2008, p. 55).

Em consulta a página do MEC, verificamos que a instituição, que é alvo da pesquisa de campo deste trabalho, encontra-se devidamente credenciada pelo MEC, sendo assim, está apta a oferecer cursos de graduação nessa modalidade. A figura que segue reitera a veracidade da informação obtida na instituição.

The screenshot shows the e-MEC interface for consulting registered institutions. The top navigation bar includes 'Educação Ministério da Educação' and 'e-MEC'. Below, there are tabs for 'Instituição de Educação Superior' and 'Endereço'. A menu bar contains 'DETALHES DA IES', 'ATO REGULATÓRIO', 'CURSOS', 'PROCESSOS E-MEC', and 'OCORRÊNCIAS'. The 'ATO REGULATÓRIO' tab is selected, showing details for institution (1196). Two regulatory acts are listed:

Atto Regulatório	Prazo de validade
Recredenciamento	Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Tipo de documento: Portaria MEC	No. Documento: 95
Data do Documento: 16/01/2002	Data de Publicação: 18/01/2002
No. Parecer / Despacho:	Data do Despacho:
Atto Regulatório	Prazo de validade
Credenciamento	Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Tipo de documento: Decreto Federal	No. Documento: 98.471
Data do Documento: 05/12/1989	Data de Publicação: 06/12/1989
No. Parecer / Despacho:	Data do Despacho:

Figura 1 – Página e-MEC - CONSULTA DE INSTITUIÇÕES CADASTRADAS PELO MEC, 2011.

### 3.2. O CRESCIMENTO DA EAD NO BRASIL

Embora o tema Educação a Distância ainda desperte muita resistência no interior da academia, o número de instituições credenciadas, a oferta de cursos nessa modalidade de ensino autorizados pelo Ministério da Educação e o crescente número de alunos matriculados demonstram a importância desse tema para discussão. Dados do MEC mostram que, em 2008, houve um aumento de 100% no número de matrículas em relação ao ano de 2007 nos cursos de graduação.

A tabela a seguir nos mostra o crescimento de 1995 a 2008 de cursos de graduação e alunos matriculados na EAD e na Educação Presencial no Brasil:

Ano	Curso EAD	Aluno EAD	Aluno presencial	Total da graduação	Participação da EAD no total de alunos matriculados
1995	01	352	1.759.351	1.759.703	0,02
2000	10	1.652	2.692.563	2.694.245	0,06
2001	16	5.359	3.025.395	3.030.754	0,17
2002	46	40.714	3.479.913	3.520.627	1,15
2003	52	49.911	3.887.022	3.936.933	1,26
2004	107	59.611	4.163.733	4.223.344	1,41
2005	189	114.642	4.453.156	4.567.798	2,57
2006	349	207.206	4.676.646	4.883.852	4,24
2007	408	369.766	4.880.381	5.250.147	7,04
2008	647	727.961	5.080.056	5.808.017	12,53

Tabela 1- Crescimento das matrículas em cursos de EAD – graduação: Torres (2011, p. 39)

Os números da tabela foram resultados do censo 2009 realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED<sup>6</sup>. Esse crescimento é justificado, principalmente, pela legalização que a EAD alcançou com a promulgação da LDB 9394/96 e pelo avanço tecnológico principalmente da internet.

<sup>6</sup> A Associação Brasileira de Educação a Distância, sociedade científica, sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento da educação aberta, flexível e a distância, criada em 21 de junho de 1995 por um grupo de educadores interessados em educação a distância e em novas tecnologias de aprendizagem. Disponível em: [http://www2.abed.org.br/institucional.asp?Institucional\\_ID=1](http://www2.abed.org.br/institucional.asp?Institucional_ID=1)

Tendo em vista a necessidade constante de capacitação profissional e os desafios impostos pela sociedade atual, notamos que estão sendo exigidos profissionais que tenham cursos superiores nas diversas áreas. Segundo Peters (2004), isso se dá, entre outros fatores, pelos incentivos do governo federal, de empresas e, principalmente, pelo número crescente de Instituições que oferecem cursos na modalidade a distância.

Moore e Kearsley (2008, p.8) consideram que as políticas em nível institucional e governamental têm incentivado a Educação a Distância por diversos fatores:

- acesso crescente a oportunidade de aprendizado e treinamentos;
- proporcionar oportunidades para atualizar aptidões;
- melhorar a redução de custos dos recursos educacionais;
- apoiar a qualidade das estruturas educacionais existentes;
- melhorar a capacidade do sistema educacional; nivelar desigualdades entre grupos etários;
- direcionar campanhas educacionais para públicos-alvo específico;
- aumentar as aptidões para a educação em novas áreas de conhecimento;
- oferecer uma combinação de educação com trabalho e vida familiar;
- agregar uma dimensão internacional a experiência educacional.

Todos esses fatores elencados pelos autores nos mostram que a Educação a Distância traz benefícios para o indivíduo que não tem ou não teve oportunidade de realizar um curso presencial. Apresentam, ainda, que nos últimos anos a preocupação em promover a democratização do ensino pode ser viabilizada por meio da Educação a Distância.

Para Peters (2004, p.35), o aluno vê mais possibilidade de acesso ao Ensino Superior cursando uma graduação em EAD:

A maior demanda, e isto é muito impressionante, é por parte dos alunos. Estão correndo para se matricular em instituições de ensino a distância, especialmente universidades, por todo o mundo. Um número notável destas universidades de ensino a distância tem várias centenas de milhares de alunos matriculados.

Mesmo havendo incentivo por parte dos governos e instituições de ensino e um expressivo aumento em pouco mais de uma década, percebemos, em nossos estudos, que ainda há vários questionamentos e dúvidas no que se refere à qualidade e preparação do professor para essa modalidade de ensino.

Achamos pertinente, no primeiro momento desse trabalho, apresentar o contexto histórico das universidades no Brasil e também da EAD para compreendermos os entraves e estigmas que assolam essa modalidade de ensino. Partindo desse pressuposto, nas próximas sessões desse trabalho analisaremos o modelo pedagógico de uma instituição de Ensino Superior do Norte do Paraná que oferece cursos na modalidade a distância. O foco da pesquisa é o curso de Pedagogia e os professores que ministram aulas ao vivo nessa modalidade e também ministram aulas na Educação Presencial.

#### **4. A INSTITUIÇÃO CAMPO DE PESQUISA – ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

Em decorrência do aumento de instituições de Ensino Superior que ofertam cursos de graduação na modalidade a distância, em 2003, o MEC publicou a proposta de Referenciais de Qualidade para essa modalidade de ensino. Com base nas discussões sobre a temática nos últimos anos, em 2007, esse documento foi atualizado. De acordo com a nova proposta, as mudanças são justificadas por consequência do amadurecimento, em todos os aspectos, em relação a essa modalidade de ensino:

Os debates a respeito da EAD, que acontecem no País, sobretudo na última década, têm oportunizado reflexões importantes a respeito da necessidade de ressignificações de alguns paradigmas que norteiam nossas compreensões relativas à educação, escola, currículo, aluno, professor, avaliação, gestão escolar, dentre outros (BRASIL, 2007, p.03).

Frente a esse cenário, na qual circundam debates sobre a EAD, cumpre observar que se criou a necessidade de estabelecer um texto único, apresentando os referenciais de qualidade para os cursos de graduação na modalidade a distância. Todas as instituições superiores, mesmo que tenham autonomia para implantar cursos nessa modalidade e elaborar seu modelo pedagógico, devem seguir as diretrizes lançadas pelo MEC, até porque todas são avaliadas por um único instrumento:

Apesar da possibilidade de diferentes modos de organização, um ponto deve ser comum a todos aqueles que desenvolvem projetos nessa modalidade: é a compreensão de EDUCAÇÃO como fundamento primeiro, antes de se pensar no modo de organização: A DISTÂNCIA (BRASIL, 2007, p.07).

Nesse referencial de qualidade, proposto pelo Ministério da Educação, são estabelecidos parâmetros para a construção de um Projeto Pedagógico de Curso - PPC que norteie os cursos de graduação em EAD. Nas orientações desse documento institucional, devem ser contempladas duas dimensões na

elaboração de um PPC: “a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão” (BRASIL, 2007, p.07).

Na elaboração do PPC, três aspectos precisam estar explícitos: infraestrutura, modelo pedagógico e recursos humanos. Partindo da análise do PPC do curso de Pedagogia da Instituição Campo de Pesquisa, explicitaremos cada um dos aspectos mencionados.

#### 4.1. INFRA-ESTRUTURA

No que diz respeito à infra-estrutura, o Referencial de Qualidade do MEC prioriza:

- a) infra-estrutura material que dá suporte tecnológico, científico e instrumental ao curso;
- b) infra-estrutura material dos pólos de apoio presencial;
- c) existência de biblioteca nos pólos, com um acervo mínimo para possibilitar acesso aos alunos a bibliografia, além do material instrucional utilizado pelo curso;
- d) sistema de empréstimo de livros e periódicos ligado à sede da IES para possibilitar acesso à bibliografia mais completa, além do disponibilizado no pólo (BRASIL, 2007. p. 19).

Em seu PPC, a Instituição Campo de Pesquisa apresenta todos esses itens, mostrando a organização de cada espaço priorizado no referencial.

A instituição possui 83.678 m<sup>2</sup> de área útil construída. São destinados à EAD 2.482 m<sup>2</sup>, distribuídos em dois prédios que abrigam atividades administrativas, pedagógicas, tecnológicas e aquelas referentes à unidade de captação e monitoramento de alunos. Um dos prédios atende apenas ao Núcleo de Educação a Distância – NEAD e apresenta 1.956 m<sup>2</sup> de área construída; o outro, além de atender à EAD, também atende à Educação Presencial em diferentes horários.

A estrutura física do prédio, exclusivo para a modalidade a distancia está composta da seguinte forma:

No primeiro pavimento, encontra-se o pólo de apoio presencial com salas de aula, laboratório de informática, sala de tutoria, sala de coordenação de polo, sala de estudos, banheiro feminino e masculino.

No segundo pavimento, encontram-se a secretaria acadêmica, secretaria financeira, processo seletivo, auditoria, coordenação comercial, equipe de Tecnologia e Informação – TI, produção de material, área de convivência, logística, sala de reuniões, banheiros e cozinha para funcionários.

A instituição tem credenciado cinquenta e oito polos de apoio presencial, distribuídos em vários estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Salvador, Pará e Distrito Federal.

Cada polo apresenta-se equipado com salas de aula, laboratórios e biblioteca. Nas bibliotecas, encontram-se todos os livros descritos na referência básica de cada disciplina. Além de poder fazer uso dessas bibliotecas, os alunos também podem requerer livros da biblioteca localizada na sede ou da biblioteca virtual. Por meio dela, o aluno pode realizar suas pesquisas pela internet. O serviço fica disponível para todos, 24 horas por dia.

## 4.2. MODELO PEDAGÓGICO

No que diz respeito ao modelo pedagógico, o MEC não apresenta um modelo padrão de Educação a Distância para todas as instituições. Uma vez credenciadas, as instituições tem autonomia para desenhar seu próprio modelo, desde que atendam os direcionamentos do Referencial de Qualidade:

Não há um modelo único de Educação à Distância! Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos alunos são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada, bem como a definição dos momentos presenciais necessários e obrigatórios, para estágios supervisionados, práticas em laboratórios de ensino, tutorias presenciais nos pólos descentralizados de apoio presencial e outras estratégias (BRASIL, 2007, p. 7).

Na análise que realizamos do PPC da instituição, verificamos como foi concebido o curso de Pedagogia, Licenciatura na modalidade EAD. Tivemos como preocupação principal nesse item, analisar a metodologia do modelo pedagógico da Instituição Campo de Pesquisa.

O curso de Pedagogia teve início, nessa instituição, no ano de 2007 e, em 2010, sua primeira turma formada. Desde a sua implantação busca atender às Diretrizes Curriculares do MEC e, de acordo com o PPC, esse curso de graduação destina-se “à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (PPC, 2010, p. 30).

Entende-se que a formação do pedagogo necessita ser fundamentada no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, tendo a docência como base. Nessa instituição, a docência é pensada como ação educativa, processo pedagógico intencional e orientado metodologicamente.

A estrutura pedagógica do curso está organizada em módulos. São quatro módulos anuais, com duas disciplinas de 100 horas em cada um. Dessa forma, são 14 módulos distribuídos em três anos e meio, organizados da seguinte forma:

2800 horas – conteúdo programático

300 horas de estágio supervisionado

100 horas de trabalho de conclusão de curso – TCC

200 horas de atividades acadêmicas complementares

Essa estrutura modular permite que os ingressos sejam, basicamente, trimestrais, totalizando quatro entradas durante o ano letivo. Em maio de 2011 a instituição tinha um total de 3584 alunos matriculados no curso de Pedagogia. A seguir apresentamos a matriz curricular do curso e organização dos módulos.

### Matriz curricular do curso de Pedagogia – EAD

<b>Eixo Temático: DESAFIOS DOCENTES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA</b>		
Fundamentos Sociológicos e Antropológicos da Educação		100
Língua Portuguesa: Leitura Produção de Textos e Literatura Infantil		100
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>200</b>
<b>Eixo Temático: ESPAÇO PEDAGÓGICO E DOCENTE</b>		
Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica		100
Gestão Escolar e Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Básica		100
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>200</b>
<b>Eixo Temático: DIDÁTICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA</b>		
Didática		100
Prática de Ensino da Educação Básica		100
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>200</b>
<b>Eixo Temático: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO</b>		
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação		100
Psicologia da Educação		100
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>200</b>
<b>Eixo Temático: METODOLOGIAS DA LINGUAGEM</b>		
Metodologia da Alfabetização		100
Metodologia da Língua Portuguesa		100
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>200</b>
<b>Eixo Temático: METODOLOGIAS DO RACIOCÍNIO</b>		
Metodologia da Matemática		100
Estatística Aplicada à Educação Básica		100
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>200</b>
<b>Eixo Temático: METODOLOGIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS</b>		
Metodologia do Ensino de Ciências		100
Metodologia do Ensino de História		100
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>200</b>
<b>Eixo Temático: METODOLOGIAS DA ARTE E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL</b>		
Metodologia do Ensino de Geografia		100
Arte e Musicalização Aplicadas à Educação		100
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>200</b>
<b>Eixo Temático: FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b>		
Psicologia das Relações Humanas		100
Teoria e Prática na Educação de Jovens e Adultos		100
Estágio I		50
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>250</b>

<b>Eixo Temático: LEGISLAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE</b>		
Prática de Ensino das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio		100
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica		100
Estágio II		50
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>250</b>
<b>Eixo Temático: AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA</b>		
Teoria e Prática na Educação Infantil		100
Psicologia do Desenvolvimento da Criança		100
Estágio III		50
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>250</b>
<b>Eixo Temático: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL</b>		
Problemas e Dificuldades de Aprendizagem na Infância		100
Desenvolvimento Psicomotor na Infância		100
Estágio IV		50
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>250</b>
<b>Eixo Temático: TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS</b>		
Novas Tecnologias na Educação		100
Saúde e Educação		100
Estágio V		50
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>250</b>
<b>Eixo Temático: PROCESSO INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO BÁSICA</b>		
Políticas e o Processo Ensino/Aprendizagem na Educação Inclusiva		100
Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS		100
Estágio VI		50
<b>Carga Horária do Eixo</b>		<b>250</b>
<b>TCC - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b>		
Orientações para TCC – Trabalho de Conclusão de Curso		100
<b>Atividades Complementares</b>		
Atividades acadêmicas complementares		200
<b>Carga horária Total do Curso:</b>		<b>3400</b>

Tabela 2 – Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia (2010)

No Projeto Pedagógico do curso, cada módulo está organizado em 10 semanas:

<b>1ª 2ª 3ª</b>	<b>4ª</b>	<b>5ª</b>	<b>6ª</b>	<b>7ª 8ª 9ª</b>	<b>10ª</b>
Aula ao Vivo Disciplina 1	Semana Interdisciplinar	Semana de Provas Disciplina 1	Semana de Conhecimentos Gerais / SUB	Aula ao Vivo Disciplina 2	Semana de Provas Disciplina 2

Figura 2- Organização modular do curso de Pedagogia – EAD – Projeto Pedagógico do curso - 2010

Na primeira, segunda e terceira semanas acontecem as aulas ao vivo da primeira disciplina. Essas aulas são ministradas pelo professor titular na sede, em estúdios, e os alunos as assistem nos polos de apoio presencial. Tendo como suporte o áudio e vídeo, os alunos visualizam os slides utilizados pelo professor no estúdio em tempo real e podem, ainda, enviar perguntas por meio do *chat* que é mediado por um segundo professor, intitulado como mediador. As perguntas e comentários são enviados para o professor que as responde e interage com quem as enviou. Essas aulas têm a duração de 4h/a e o professor tem autonomia para organizá-las, porém dentro dos padrões estabelecidos pelo modelo pedagógico da instituição.

Na quarta semana, acontece a aula interdisciplinar. Nessa aula, os dois professores do módulo que ministram aula no mesmo ano se juntam para ministrar concomitantemente a mesma aula, podendo trazer um convidado para debater sobre um tema comum as duas disciplinas:

Com objetivo de promover a Interdisciplinaridade, respectivamente em cada curso, acontecem diversificadas atividades que compreendem a problematização de temas da atualidade, à luz das disciplinas do módulo corrente (PPC, 2010, 95).

A dinâmica da aula pode variar de acordo com a organização estabelecida pelos dois docentes, juntamente com a coordenação do curso. Nessa aula, também, acontece o *chat* para que os alunos interajam com os professores. Na quinta semana do módulo, acontece a prova da primeira disciplina de cada ano<sup>7</sup>. Essas provas são realizadas presencialmente nos polos de apoio presencial. São acompanhadas pelos tutores e fiscais de sala.

Na sexta semana, a instituição oferece uma semana de formação geral: são temas diferentes a cada dia, que tem como objetivo oferecer aos acadêmicos conhecimentos além dos específicos do curso para estabelecer relação com a realidade social, política, econômica etc:

Por meio das palestras e do material didático disposto nesta semana, o NEAD tem como objetivo levar o aluno a uma

---

<sup>7</sup> Corresponde ao primeiro ano os módulos 1, 2, 3 e 4. Ao segundo ano os módulos 5, 6, 7 e 8, ao terceiro ano os módulos 9, 10, 11 e 12 e ao quarto ano os módulos 13 e 14, por se tratar de um curso de três anos e meio.

compreensão e uma capacidade de ler e interpretar textos, análise crítica de informações, estabelecimento de relações, comparações e contrastes em diferentes situações. Além disso, é objetivo do NEAD estimular os alunos a fazer escolhas valorativas avaliando conseqüências, argumentando e questionando a realidade, buscando estar informado com a realidade vivida naquele momento em seu país e mundo, buscando sempre a correlação com sua área de formação (PPC, 2010, p. 96).

A prioridade para que o aluno assista e faça atividades é a palestra ministrada no dia da aula do seu curso, contudo, todos são convidados para assistirem as palestras dos demais dias ao vivo ou por demanda. “O acadêmico que assistir além das palestras correspondentes ao seu dia de aula, recebe certificado de atividades complementares” (PPC, 2010, p. 95). Dessa forma, o aluno pode acumular atividades acadêmicas complementares ao longo do seu curso. Por se tratar de temas atuais, a instituição também estabelece como objetivo, para essa semana, preparar os alunos para concursos e provas como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE<sup>8</sup>.

Paralelamente, nessa mesma semana, acontece a prova substitutiva do modulo anterior. Essa prova é destinada aos alunos que, por algum motivo, perderam a prova de primeira chamada ou não obtiveram média para aprovação na disciplina.

Na sétima, oitava e nona semanas são ministradas as aulas da segunda disciplina e tem como dinâmica a mesma organização das aulas da primeira, segunda e terceira semanas. Para encerrar o módulo, na décima semana são aplicadas as provas da segunda disciplina do módulo. Todas as provas são presenciais, obrigatórias e sem consulta.

---

<sup>8</sup> O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o [Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior \(Sinaes\)](http://portal.inep.gov.br/enade), tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/enade>. Acesso em: 10. jun. 2011

#### 4.2.1. Avaliações

Segundo o Referencial de Qualidade para Educação Superior a Distância, as avaliações na EAD devem ser compostas de avaliações a distância, avaliações *on-line* e avaliações presenciais, com controle de frequência e precauções na segurança para apresentar credibilidade nos resultados.

As avaliações da aprendizagem do aluno devem ser compostas de avaliações a distância e avaliações presenciais, sendo estas últimas cercadas das precauções de segurança e controle de frequência, zelando pela confiabilidade e credibilidade dos resultados. Neste ponto, é importante destacar o disposto no Decreto 5.622, de 19/12/2005, que estabelece obrigatoriedade e prevalência das avaliações presenciais sobre outras formas de avaliação (BRASIL, 2007, p.17).

Na análise do PPC da instituição Campo de Pesquisa, percebemos que em seu modelo pedagógico as avaliações não se limitam apenas a uma prova final. O aluno é avaliado por meio de atividades *on-line*, atividades presenciais, fóruns e provas presenciais, obrigatórias nos polos de cada cidade. Dessa forma, sua nota é obtida durante cada semana de aula.

Entendendo a importância da avaliação no processo de aprendizagem, não com caráter excludente, mas como uma forma de acompanhar o aluno em seu processo de aprendizagem Hoffmann (2003, p. 17) nos alerta:

A avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação. “Educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente” (Gadotti, 1984). Um professor que não avalia constantemente a ação educativa, no seu sentido indagativo, investigativo, do termo, instala sua docência em verdades absolutas, pré-moldadas e terminais.

Por compreender essa importância do ato avaliativo como um ato educativo e não punitivo, a instituição proporciona diferentes momentos de avaliação que são divididos da seguinte maneira:

<b>ATIVIDADE</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Prova Presencial – Conhecimentos Específicos	7,0
Prova <i>On-line</i> de Conhecimentos Gerais	0,5
Fórum	0,5
Atividade de Estudo	1,5
Atividade Presencial Obrigatória Interdisciplinar	0,5
<b>TOTAL</b>	<b>10,0</b>

Tabela 3 – Composição de notas para obtenção da média - Projeto Pedagógico do curso - 2010

A prova presencial de conhecimentos específicos é composta por 10 questões, sendo 7 dissertativas e 3 objetivas. Nesse sentido, a instituição atende às determinações do Decreto 5.622, de 19/12/2005, que determina a “obrigatoriedade e prevalência das avaliações presenciais sobre outras formas de avaliação” (BRASIL, 2007, p. 17).

Essa prova presencial é elaborada pelo professor titular e aplicada nos polos de apoio presencial, seguindo as exigências estabelecidas no referencial de qualidade proposto pelo MEC. Posteriormente, essa prova é enviada à sede para ser corrigida pelo professor mediador. As questões apresentam-se distribuídas em graus diferentes de dificuldade; dessa forma, as questões apresentam diferentes valores.

A prova *on-line* de conhecimentos gerais acontece na sexta semana do módulo. Após ter assistido à palestra de conhecimentos gerais do seu dia de aula, o aluno tem até uma semana para responder a 10 questões, que são disponibilizadas no seu ambiente virtual de aprendizagem – AVA. Essa prova tem o valor de 0.5 e é corrigida automaticamente pelo sistema; após realizá-la o aluno já tem o conhecimento da sua nota automaticamente.

Os fóruns são discussões pertinentes a cada aula. São elaborados pelo professor titular e disponibilizados para reflexão e sistematização do conteúdo. Para cada tema, o aluno tem o prazo de uma semana para responder. Esses

fóruns são corrigidos e mediados pelo professor mediador que interage com os alunos. De acordo com a análise do PPC, percebe-se que os fóruns além de ter a interação aluno/professor, também têm como objetivo a interação aluno/aluno. São três fóruns com conteúdos específicos de cada disciplina e, na semana da aula interdisciplinar, é disponibilizado o fórum avaliativo sobre o conteúdo discutido nessa aula pelos professores do módulo de cada série.

As atividades de estudo são realizadas *on-line*, semanalmente, após cada aula. Cada atividade é composta por 10 questões objetivas que também são elaboradas pelo professor titular, e, assim como a atividade de conhecimentos gerais, elas também são corrigidas pelo sistema. São três atividades, compreendendo a 1,5 pontos na composição da nota final.

A atividade presencial obrigatória interdisciplinar acontece na quarta semana do módulo e são realizadas nos polos de apoio presencial. Durante a aula ao vivo, o professor lança a atividade que tem como tema a discussão da aula. Para responder o aluno conta com seu material de estudo, os livros da biblioteca do polo e também da biblioteca virtual.

Para os alunos que não puderam realizar a prova no dia em que ela acontece, ou para aqueles que não atingiram a média 6.0, a instituição oferece a prova substitutiva com valor 10.0. Essa prova acontece sempre na sexta semana do módulo posterior e apresenta o mesmo formato da prova de primeira chamada. A nota dessa prova substitui a primeira nota.

#### 4.3. RECURSOS HUMANOS

Atendendo às exigências do Referencial de Qualidade para os Cursos Superiores a Distância, o projeto pedagógico de curso da graduação em Pedagogia da Instituição Campo de Pesquisa conta com apoio técnico, administrativo e corpo docente para atender o alunado da instituição. Fazem parte dessa organização: a Direção do Núcleo de Educação a Distância – NEAD; Coordenação de Ensino; Coordenação de Planejamento e Gestão; Coordenação de Polos; Coordenação de Tecnologia e Inovação – TI;

Coordenação Comercial; Coordenação dos Mediadores; Coordenação de Curso e Corpo Docente.

Mesmo a pesquisa tendo como foco o professor titular, ou seja, aquele que ministra aulas ao vivo em um estúdio da sede, buscamos, na análise do PPC da instituição, conhecer como está estruturado todo o corpo docente. Acreditamos ser pertinente para realização e clarificação da pesquisa, conhecer o trabalho de cada um, visto que há uma dependência entre eles para que a aula tenha qualidade.

O corpo docente da Instituição Campo de Pesquisa é constituído por professores contratados pela instituição e também por professores que prestam serviços a EAD. De acordo com o PPC, esses professores exercem atividades de ensino pesquisa e extensão, tríade educacional propagada pelo Ministério da Educação, tanto na educação presencial como na modalidade a distância:

Este corpo docente deve buscar, a cada dia, a sua capacitação e atualização, integrando a comunidade acadêmica como um todo, devendo, no desempenho de suas funções, levar em conta o processo global de educação segundo as políticas e objetivos da IES e as especificações da modalidade a distância (PPC, 2010, p. 13).

Por se tratar de uma modalidade considerada ainda nova na instituição, os professores são acompanhados nas suas diferentes funções, visando o desenvolvimento do aluno. Diferentemente da Educação Presencial, em que o mesmo professor ministra as aulas, escolhe seu material e acompanha o desenvolvimento do aluno, a EAD da instituição Campo de Pesquisa é composta por quatro categorias de professores: professor conteudista, professor titular, professor mediador e tutor. Na sequência, explicaremos o papel que cada um exerce.

#### **4.3.1. Professor conteudista**

Os professores conteudistas têm formação específica na área, com titulação mínima de especialista. São responsáveis, principalmente, pela qualidade dos materiais impressos (livros ou apostilas) e materiais midiáticos.

Sua principal função é escrever as apostilas para uma determinada disciplina ou organizarem livros customizados<sup>9</sup>. De acordo com o PPC, são atribuições do professor conteudista:

- Participar dos cursos de capacitação promovidos pelas Coordenadorias Tecnológica e de Ensino.
- Elaborar Plano e Guia didático da disciplina.
- Elaborar material impresso e *online* (MID – Mídia Interativa Digital).
- Planejar trabalhos de avaliação a distância e presencial.
- Participar das reuniões agendadas pela Diretoria do NEAD e Coordenadores de Curso.
- Propor leituras e atividades auxiliares de estudo para mediadores e alunos.
- Orientar mediadores e tutores no desenvolvimento da disciplina.
- Acompanhar o desenvolvimento dos Objetos de Aprendizagem (PPC, 2010, p. 18).

Percebe-se, nas suas atribuições, que esse professor deve ter amplo conhecimento na disciplina em que atua, mantendo-se atualizado para poder construir novas possibilidades pedagógicas. Por ser o autor das apostilas e organizador dos livros customizados, seu trabalho deve estar alinhado com o plano de ensino da disciplina, e esse deve ter seus parâmetros nas diretrizes curriculares do curso.

A produção do material escrito tem prazo mínimo de três meses antes do início da disciplina, pois passa pela aprovação da equipe pedagógica, que analisa o conteúdo, passa pela equipe de correção, que faz a revisão ortográfica, formatação, diagramação e ilustração, antes de ser enviada para a impressão na gráfica. Esse material é composto de cinco capítulos quando apostila e, quando livro customizado, o professor tem autonomia para definir a quantidade de capítulos que atenda ao plano de ensino da disciplina.

Após a entrega desses materiais, são agendas, com antecedência ao início do módulo, aulas gravadas pelo professor que, posteriormente, são disponibilizadas para os alunos no AVA. Essas aulas são preparadas em slides

---

<sup>9</sup> São chamados livros customizados, os livros organizados pelo professor conteudista da instituição a partir de análise de textos de editoras renomadas como Artmed, editora que atende o curso de pedagogia da instituição. Tendo como referencial a ementa da disciplina, o professor seleciona e organiza os textos dos livros de fonte primária e produz a apresentação, um capítulo e a conclusão do livro, buscando atender as exigências do MEC para que o material tenha linguagem dialógica e respeitando os direitos autorais da obra original.

e enviadas à equipe de produção, com no mínimo dez dias de antecedência. Na maioria das vezes, o professor conteudista também é o professor titular e ministra as aulas ao vivo. Na impossibilidade desse professor ministrar as aulas ao vivo, a instituição contrata outro professor para ministrá-las, usando o material produzido pelo professor conteudista.

#### **4.3.2. Professor Titular**

Nossa pesquisa foi realizada com o professor titular, por ser ele o responsável por ministrar as aulas ao vivo, em um estúdio, para os 58 polos da instituição. Sendo assim, fez-se necessário conhecer o que o PPC do curso traz sobre o perfil desse professor para melhor compreensão das respostas apresentadas por eles no questionário da pesquisa de campo.

As aulas do curso de Pedagogia acontecem todas as quintas-feiras e, em cada disciplina, o professor tem quatro encontros de quatro horas/aula com os alunos. Ministra as aulas em um estúdio na sede, que alcançam 58 polos espalhados pelo Brasil e centenas e até milhares de outros lugares, em que o aluno pode assisti-las.

Para o professor que não tem experiência na EAD, esse passa por orientações orais e escritas da coordenação e do Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP e depois tem a oportunidade de fazer uma aula piloto juntamente com uma jornalista que trabalha postura em frente às câmeras, tom de voz, marcas da oralidade etc, e aponta o que está certo e o que precisa ser melhorado nos dias das aulas. Vale ressaltar que esse acompanhamento e orientações que ora apresentamos, até o ano de 2008 não acontecia. Os professores recebiam apenas orientações da coordenação de curso.

Segundo o PPC, são atribuições do professor titular:

- Ministrar ao vivo e gravar a aula a ser transmitida via satélite ou Internet.
- Elaborar roteiro para aula a ser transmitida.
- Elaborar material de apoio da aula ao vivo.

- Participar dos cursos de capacitação promovidos pelas coordenadorias Pedagógica e Tecnológica e demais atividades quando necessário.
- Planejar trabalhos de avaliação a distância e presencial (PPC, 2010, p. 18).

Ao analisar as atribuições do professor que ministra aula totalmente a distância em um estúdio, percebe-se que a dinamicidade do conhecimento torna-se característica principal para esse profissional, quebrando paradigmas do ensino presencial e enfatizando a participação ativa do educador na busca contínua da reconstrução da teoria e da prática.

Discutiremos, posteriormente, sobre as características do trabalho desse professor a partir da coleta de dados de 22 professores titulares que participaram da pesquisa de campo.

#### **4.3.3. Professor Mediador**

Segundo Pereira (2007), existem algumas modalidades de tutoria para potencializar a aprendizagem do aluno, entre elas a tutoria à distância. Ao analisar os trabalhos descritos desse profissional, partindo das idéias do autor supracitado, podemos perceber que, na instituição Campo de Pesquisa, ele é denominado como professor mediador.

O professor mediador exerce trabalhos técnico-pedagógicos. Ele é o principal responsável por acompanhar o aluno em todo processo, facilitando a comunicação dele com os professores conteudista, titular e tutor presencial nos polos.

No curso de Pedagogia todos os professores mediadores têm titulação mínima de especialista e, como o próprio nome diz, medeiam o processo de aprendizagem do aluno, motivando-o, orientando e avaliando.

Na Educação a Distância, o professor mediador percorre caminhos com o grupo de alunos, propiciando uma troca mútua de conhecimentos. Cabe a ele desenvolver a autonomia e o desenvolvimento de seu senso crítico, isto é,

muito mais que disponibilizar conteúdos específicos produzidos historicamente, o mediador faz o acompanhamento do processo de aprendizagem do aluno.

Entre as diferentes funções exercidas pelo professor mediador, destacam-se:

- Organizar a classe virtual, informando o calendário e os objetivos do curso, expondo ao aluno a expectativa esperada em relação à interação dele com o curso, promovendo contato inicial com a turma, bem como estimulando o aluno a interagir uns com os outros, gerando um senso de comunidade social.
- Interpretar o material visual e multimídia, quando o aluno tiver dúvidas, melhorando, assim, o andamento do curso.
- Incentivar a pesquisa, fazer perguntas, avaliar respostas, relacionar comentários, coordenar as discussões, sintetizar seus pontos principais e desenvolver o clima intelectual geral do curso, encorajando a construção do conhecimento.
- Acompanhar os comentários lançados no fórum de cada disciplina, participar, incentivar os alunos, motivá-los e avaliá-los.
- Orientar o acadêmico em suas atividades, fazendo o intercâmbio da aprendizagem e proporcionando um atendimento individual e personalizado por meio do AVA e/ou telefone.
- Dar *feedback* constante e rápido ao aluno, enfatizar ao aluno a real importância que a formação tem para sua vida pessoal e profissional. Também cabe a ele expor ao acadêmico as habilidades de estudo autônomo e a compreender as relações do estudo com seus interesses particulares e profissionais.
- Identificar as capacidades e limitações dos alunos, atentando-se às dificuldades deles e buscando reintegrá-los ao grupo, utilizando estratégias diversificadas para intervir no processo de ensino e aprendizagem, ajudando-o a progredir em seus estudos e minimizando as desistências.
- Verificar a ausência do aluno no AVA. Caso o aluno fique ausente por uma semana, deverá fazer contato imediato com o mesmo por meio de mensagens pelo Ambiente Virtual, caso não ocorra resultado, daí então por *e-mail* e via telefone, mostrando a importância de cada aluno na Instituição.
- Manter contato direto com o corpo docente, trazendo as informações com fontes concretas ao aluno.
- Corrigir (em parceria com outros professores) as atividades e avaliações.
- Estimular o estudante ao hábito da leitura e a busca constante do conhecimento, indicando material bibliográfico e sites, conforme orientação dos Professores Conteudistas e Titulares da disciplina, sempre procurando mostrar ao aluno a relação dos conteúdos vistos com a realidade apresentada no mercado, mantendo uma atitude reflexiva e crítica em sua prática educativa.
- Controlar o acesso de seus alunos, mostrando a ele como estudar e a importância de ficar sempre ativo em suas atividades (PPC, 2010, p. 16 e 17).

Percebe-se que o trabalho do professor mediador está intimamente ligado ao trabalho dos outros professores, uma vez que ele é o responsável por auxiliá-los nas suas tarefas técnico-pedagógicas. Dentre todas as atribuições do professor mediador, destaca-se sua participação das aulas no estúdio, interagindo com o professor titular e com os alunos e tutores de polo, por meio do *chat*; exige-se dele muitas concentração e horas de estudo da disciplina na qual é mediador para essa interação com o professor titular.

O Referencial de Qualidade para Educação Superior a Distância descreve o papel do tutor a distância, ou tutor *on-line*, que na instituição pesquisada é chamado de professor mediador:

O tutor a distância atua a partir da instituição mediando o processo pedagógico junto a estudantes, geograficamente distantes, e referenciados aos pólos descentralizados de apoio presencial. Sua principal atribuição é o esclarecimento de dúvidas através fóruns de discussão pela Internet, pelo telefone, participação em videoconferências, entre outros, de acordo com o projeto pedagógico. O tutor a distância tem também a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e, freqüentemente, faz parte de suas atribuições participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2007, p. 21).

As atribuições descritas no referencial de qualidade são, no geral, as mesmas desempenhadas pelo professor mediador da instituição, reforçando a teoria de que tutor *on-line*, tutor à distância ou professor mediador são atribuições do professor que medeia o processo pedagógico virtualmente e conduz o acadêmico nos seus afazeres no ambiente virtual de aprendizagem - AVA.

#### **4.3.4. Professor Tutor**

O professor tutor da instituição campo de pesquisa trabalha nos polos de apoio presencial atendendo e auxiliando os alunos nas mais diversas tarefas, sejam elas administrativas ou pedagógicas. “Os tutores são peças muito importantes no quadro de colaboradores do NEAD” (PPC, 2010, p. 18).

Pereira (2007, p. 85), nos esclarece a importância desse profissional em projetos de EAD:

Nos últimos tempos, o trabalho da tutoria começa a se fazer cada vez mais presente nos ambientes acadêmicos, sobretudo quando está em pauta a discussão dos elementos essenciais na adequação do processo educativo. No entanto, é preciso rever e discutir o papel da tutoria como uma ação pedagógica necessária nas diversas etapas de uma proposta em EAD. Nesse sentido, cumpre pontuar e entender os conflitos enfrentados pela tutoria na busca de se adequar a um ritmo individual e coletivo de tempos e espaços curriculares, o que implica a necessidade de desenvolver uma pedagogia que se alicerce em uma nova compreensão do processo educativo, exigindo das instituições formadoras e, conseqüentemente, da tutoria a construção de novas competências para desenvolver propostas pedagógicas em EAD.

Partindo das ideias de Pereira (2007), percebe-se que o tutor é o profissional que está mais perto do aluno, dessa forma, exerce papel fundamental no processo educativo. Por se tratar de uma modalidade, na qual as aulas acontecem totalmente à distância, o tutor deve promover momentos de estudo e trabalhos e, principalmente, orientar o aluno quanto à organização da EAD.

De acordo com o PPC da instituição Campo de Pesquisa, o tutor de polo deverá ter a capacidade de:

- Orientar os alunos quanto aos procedimentos acadêmicos do ensino a distância.
- Intermediar o aluno junto à instituição tentando trazê-lo mais próximo possível ao ensino.
- Acompanhar a frequência nas aulas ao vivo dos alunos, lançando presença aos que compareceram até 24h após a aula.
- Acompanhar e auxiliar as dificuldades dos alunos no desenvolvimento das atividades do eixo temático.
- Acompanhar se o aluno está tendo alguma dificuldade para acessar o AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem ou algum recurso do ambiente (ex.: participação dos fóruns, envio de atividades, dentre outros).
- Incentivar e motivar os alunos a estarem presentes no pólo pontualmente para a aula ao vivo da semana.
- Estar atento às necessidades do aluno, orientando-o sobre como proceder para resolução do seu problema e certificando se o assunto foi resolvido.

- Estar atento ao nível de interatividade dos alunos, para identificar quais alunos não estão interagindo e tentar resgatar a relação interativa.
- Manter a coordenação de mediadores informada sobre qualquer anomalia referente a aluno/curso.
- Manter contato regular com o Mediador.
- Monitorar a aplicação da avaliação presencial certificando que nenhum aluno utilize qualquer material para realização da prova e cumprimento de dia e horário estabelecido pelo NEAD para a aplicação das mesmas.
- Orientar o aluno ao final de cada eixo temático a consulta das notas através do ambiente *on-line*, acompanhando se o aluno entende a visualização das notas e verificando se o aluno está aprovado ou não na disciplina.
- O Tutor deverá se apresentar ao pólo nos dias da aula ao vivo, uma hora antes do início da mesma para um encontro *online* com o Professor Titular, Conteudista e Mediador da aula (PPC, 2010, p. 20).

Partindo do exposto sobre as responsabilidades e funções do tutor, podemos inferir que esse profissional precisa ter clareza em relação às metas do curso, pois sua ação junto ao aluno pode determinar a permanência na instituição.

O trabalho do tutor de polo diferencia-se do trabalho do mediador, no que diz respeito ao ambiente de atendimento ao aluno. O mediador só tem contato virtual e, se necessário, por telefone. O tutor tem contato presencial com o aluno, pois acompanha as aulas no mesmo espaço, tira as dúvidas, medeia o contato do aluno com a coordenação de curso, setor financeiro, secretaria e outros departamentos que são centralizados na sede. Nesse sentido, precisa conhecer todo funcionamento do curso e ter domínio tecnológico.

De acordo com o MEC, mesmo atuando em ambientes diferentes, o tutor presencial e o tutor a distância têm as mesmas responsabilidades, no que diz respeito ao domínio do conteúdo:

Em qualquer situação, ressalta-se que o domínio do conteúdo é imprescindível, tanto para o tutor presencial quanto para o tutor a distância e permanece como condição essencial para o exercício das funções. Esta condição fundamental deve estar aliada à necessidade de dinamismo, visão crítica e global, capacidade para estimular a busca de conhecimento e habilidade com as novas tecnologias de comunicação e informação (BRASIL, 2007, p. 22),

Para estarem em consonância com as exigências do Ministério da Educação, os tutores presenciais participam de uma reunião *on-line*, semanal, com a coordenação de tutores que os capacita, informa sobre qualquer procedimento, os orienta, sana dúvidas e direciona o trabalho. Podem participar dessa reunião: coordenadores de cursos, coordenação de ensino, professores titulares, mediadores, direção geral ou outros setores, que precisem dar orientações ou recados.

O trabalho em equipe, em especial com os outros professores é necessário para manter o aluno informado e evitar problemas futuros. Dessa forma, o tutor deve planejar suas ações para que possa atuar com eficiência e desenvolver seu papel a contento. Para isso, deve ter consciência de sua função para desempenhar um bom trabalho junto aos alunos.

Na análise do PPC da Instituição Campo de Pesquisa, percebemos que a instituição teve a preocupação de elencar os três aspectos: infra-estrutura, modelo pedagógico e recursos humanos, descritos no Referencial de Qualidade para o curso à distância, elaborado em 2007 pelo MEC. Por ser credenciada pelo MEC e o curso de Pedagogia autorizado, a instituição tem autonomia para elaborar seu modelo pedagógico, porém, precisa seguir as determinações e direcionamentos do Ministério da Educação.

## 5. A PESQUISA DE CAMPO

Até o presente momento, analisamos o projeto pedagógico do curso de pedagogia para compreendermos quem são os professores que atuam na instituição. Esta visão geral da estrutura do curso nos possibilita entendermos com mais clareza o campo de trabalho em que atuam os professores titulares que se constituem a amostra dos nossos entrevistados.

### 5.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO

Para o desenvolvimento dessa parte da pesquisa, optamos por uma metodologia com abordagem de cunho qualitativo. Entendemos que a investigação qualitativa, em educação, proporciona ao pesquisador a possibilidade de analisar e interpretar os múltiplos olhares do que se pretende pesquisar: opiniões, crenças, conhecimentos, atitudes e valores.

Segundo Neves (1996, p. 2):

Nas ciências sociais, os pesquisadores, ao empregarem métodos qualitativos estão mais preocupados com o processo social do que com a estrutura social; buscam visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno.

Para o pesquisador que se propõe a realizar tal tipo de pesquisa, os dados coletados possibilitam conhecer o fenômeno pesquisado, inferir e compreender as inquietações que o levaram a pesquisar tal tema. Seu principal objetivo é investigar fenômenos na sua complexibilidade e contexto natural. A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos que encaminharão à construção do produto final da pesquisa. Porém, entende-se que os fenômenos descritos não são estanques, pois se caracteriza pela interpretação do pesquisador e constantes modificações históricas. Nesse sentido, buscamos entendimento nas palavras de Cunha (2007, p. 173):

Na pesquisa, a prática entendida como leitura do campo social e científico onde acontece o fenômeno, sempre antecede a teoria. As normas e os cuidados metodológicos protegem o processo de construção do objeto científico, nunca seus resultados. Estes são sempre provisórios, estão constantemente na expectativa de sua contestação. Não há uma única resposta para nada e muito menos constructo que seja imutável no tempo e no espaço.

A pesquisa que ora se apresenta, tem como tema: Formação técnico-pedagógica do professor para Educação a Distância. Com ela temos o intuito de responder a seguinte problemática: Que desafios e novos saberes técnicos e pedagógicos são necessários ao professor que ministra aulas na educação a distância?

Investigamos a mudança de padrão docente a partir do desenvolvimento acelerado da Educação a Distância – EAD no Brasil, motivado, inicialmente, pela regulamentação desta modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 e pela disseminação do uso da internet, para conhecer as principais especificidades funcionais que caracterizam o novo perfil docente requerido. Para tanto, verificaremos a relação entre a teoria e a prática por meio da análise qualitativa de uma pesquisa de campo realizada com professores do curso de Pedagogia – EAD de uma instituição de Ensino Superior do Norte do Paraná e que também ministram aula no ensino presencial.

Entendemos que responder a esta questão é relevante, uma vez que a proliferação da Educação a Distância causa grandes inquietações para os profissionais da educação e, nesse caso, em especial, para os professores que ministram aula em um estúdio para alunos espalhados em diversos lugares do Brasil.

Compreendendo a importância de realizar pesquisa de campo, tivemos como espaço de investigação uma instituição do Norte do Paraná que oferece cursos de graduação na modalidade à distância.

A pesquisa com os professores titulares do curso de pedagogia EAD e que também ministram aulas na Educação Presencial teve início com o envio, por *e-mail*, dos questionários a 24 professores (apêndice), obtendo retorno de 22 desses professores. Nossa primeira preocupação, na elaboração do questionário, foi a de coletar dados pessoais e profissionais dos sujeitos

participantes da pesquisa, buscando analisar principalmente a faixa-etária, a formação e tempo de docência; na Educação Básica, na Educação Superior Presencial e na EAD.

Na segunda parte do questionário, estabelecemos como critério avaliativo três categorias de análise: A concepção de Educação Presencial e Educação a Distância; Metodologias de ensino e novas tecnologias para a Educação Presencial e a distância e A formação docente para a modalidade de Educação a Distância.

Nessas categorias, utilizamos questões abertas e fechadas e procuramos aliar a teoria e a prática. Trouxemos, em cada uma, autores que discutem o tema e a partir deles introduzimos as respostas dos professores participantes da pesquisa, com o propósito de identificar características que nos ajudassem a responder à problemática desse trabalho.

## 5.2. A INSTITUIÇÃO CAMPO DE PESQUISA – ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DA PESQUISA

Iniciamos o trabalho de análise buscando conhecer alguns dados pessoais e profissionais dos professores que participaram da pesquisa, visto que são informações que nos ajudarão a compreender posteriores respostas apresentadas por eles.

Segundo Souza (2005, p. 111):

Os (As) docentes carregam consigo um conjunto de conhecimentos e características advindos de uma trajetória pessoal e profissional. São aspectos relativos à idade, gênero, tempo de atuação como professores (as) e muitos outros que compõem sua identidade. Apresentar esses aspectos significa, primeiramente, reconhecê-los(as) como seres humanos protagonistas de uma história de vida, permeada por muitas opções, dentre elas a docência.

O questionário foi enviado a 24 professores titulares que atuam na Educação Presencial e também na EAD, ministrando aulas ao vivo,

especificamente no curso de Pedagogia. Dos questionários enviados, tivemos a devolutiva de 22 professores.

Nesse estudo, aplicamos o questionário para os professores titulares do curso da EAD porque são eles que ministram as aulas ao vivo, dessa forma, pretendemos conhecer elementos que nos permitam pensar nas convergências e divergências técnico-pedagógica no trabalho com a Educação a Distância e a Educação Presencial

Como é de praxe em uma pesquisa, os nomes dos professores não serão divulgados; utilizaremos números para relacioná-los.

A tabela que segue demonstra a faixa-etária dos professores:

<b>Idade</b>	<b>Número de professores participantes da pesquisa</b>
20 a 30	2 professores
31 a 40	11 professores
41 a 50	6 professores
51 a 60	1 professor
61 a 70	2 professores
mais de 70	nenhum

Tabela 4 – Idade e número de professores participantes da pesquisa

Partindo da análise dos dados coletados, verificamos que 2 têm menos que trinta anos; 11 têm entre 31 e 40 anos; 6 têm entre 41 e 50 anos; 1 tem entre 51 e 60 anos e 2 têm entre 61 e 70 anos. Mesmo sendo um grupo com diferentes idades todos tiveram sua formação na Educação Presencial.

Quanto ao gênero, 2 professores são homens e 20 são mulheres. Não há um equilíbrio quanto a essa categoria. Por se tratar de um curso de Pedagogia, a maioria dos professores é oriunda de cursos de licenciaturas, cursos esses mais procurados por pessoas do sexo feminino. Entre o grupo, temos: 8 formados em Pedagogia licenciatura, 4 em Letras licenciatura, 3 em História licenciatura, 1 em Matemática licenciatura, 3 em Psicologia bacharelado e licenciatura, 1 em Economia, um em Fonoaudiologia e 1 em Zootecnia. Somente os dois últimos não são cursos de licenciatura.

Dentre os professores, a titulação que predomina é a de mestre, sendo que 16 professores já têm essa formação concluída e dois estão em processo

de conclusão. Oito deles são mestres na área de educação, os demais se dividem em: Literatura, Agronegócio, Produção Animal, Matemática, Psicologia Educacional e História; dos que estão concluindo seu mestrado, um é da área da educação e o outro da Psicologia. Outro aspecto a ser destacado, diz respeito ao número expressivo de professores que possuem mestrado na área de educação; dessa forma, torna-se possível a distribuição de aulas com disciplinas que exijam conhecimentos, principalmente, metodológicos e práticos.

Cinco dentre os 16 professores citados anteriormente, possuem doutorado concluído nas seguintes áreas: Educação, Psicologia Educacional, Produção Animal – melhoramento genético, História e Cultura. Três são doutorandos nas áreas de Educação, Lingüística e Economia.

Com o título de especialista, há 4 professores; todos com experiência nas áreas em que ministram as disciplinas.

Todos os professores têm no mínimo uma especialização, em diferentes áreas; porém, o que nos chamou a atenção é o fato de que apenas dois professores tem especialização em Educação a Distância, reforçando a ideia de que, a maioria é fruto de formação na Educação Presencial e ainda iniciantes na carreira docente na Educação a Distância.

Dessa forma, mesmo os professores participantes da pesquisa tendo, no geral, pouco tempo de atuação em EAD, todos com menos de 5 anos, eles apresentam uma vasta experiência na Educação Presencial. Dentre os 22 professores participantes da pesquisa, 14 tem experiência na Educação Básica. Considera-se importante essa experiência porque conhecem, na prática, o “chão<sup>10</sup>” da escola, contribuindo para agregar mais conhecimentos teóricos e práticos na formação dos acadêmicos.

Ao serem questionados sobre o tempo de docência no Ensino Superior, tivemos o seguinte resultado:

---

<sup>10</sup> O termo chão da escola é uma expressão figurada para designar o espaço da sala de aula como lócus fundamental do ensino e da aprendizagem. Foi uma expressão utilizada no III Seminário de Educação Brasileira - Plano nacional de Educação: Questões desafiadoras e embates emblemáticos, no artigo: O desafio da qualidade social para todos: olhares e perspectivas dos sujeitos da Educação Básica, da autora Daniele Farias Freire Raic. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/seminario3/anais.pdf>

<b>Tempo de experiência no Ensino Superior</b>	<b>Número de professores Participantes da pesquisa</b>
Menos de 5 anos	10 professores
Entre 5 e 10 anos	5 professores
Entre 10 e 15 anos	2 professores
Entre 15 e 20 anos	1 professor
Mais de 30 anos	3 professores
Não tem experiência	1 professor

Tabela 5 – Tempo de docência no Ensino Superior

Apenas um professor, dentre os respondentes, não tem experiência na Educação Superior Presencial. O tempo de atuação na Educação Superior dos outros 21 professores varia da seguinte forma: 10 professores têm menos de 5 anos de atuação, 5 professores têm entre 5 e 10 anos, 2 professores têm entre 10 e 15 anos, um professor têm entre a 5 e 20 anos e, 3 professores têm mais de 30 anos de docência no Ensino Superior. Destaca-se como importante essa experiência no Ensino Superior para a atuação em EAD, visto que, mesmo tendo uma metodologia diferente e muitas especificidades nessa modalidade de ensino, a experiência docente corrobora para o desenvolvimento do planejamento, preparação das aulas, atividades e avaliações.

Os professores participantes da pesquisa atuam nas seguintes disciplinas do curso: Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação, Fundamentos Sociológicos e Antropológicos da Educação; Metodologia do Ensino de História; Metodologia do Ensino de Geografia; Metodologia da Língua Portuguesa; Língua Portuguesa: Leitura, Produção de Texto e Literatura Infantil; Metodologia da Alfabetização; Libras; Prática de Ensino da Educação Básica; Desenvolvimento Psicomotor na Infância; Psicologia das Relações Humanas; Problemas e Dificuldades de Aprendizagem na Infância; Metodologia do Ensino de Ciências; Novas Tecnologias na Educação; Estatística Aplicada a Educação Básica; Psicologia da Educação; Saúde e Educação; Políticas e o Processo Ensino/aprendizagem na Educação Inclusiva; Psicologia do Desenvolvimento da Criança; Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica; Didática; Teoria e Prática na Educação de Jovens e Adultos; Arte e Musicalização Aplicadas a Educação; Prática de

Ensino das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio; Teoria e Prática na Educação Infantil e Gestão Escolar e Organização do Trabalho Pedagógico.

Deste modo, somos levados a pensar que, por serem professores formados em diferentes áreas, contribuam para agregar saberes diferenciados aos acadêmicos, visto que o curso de Pedagogia oferece diversos campos do conhecimento, como o filosófico, o histórico, o antropológico, metodológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

A sequência desse capítulo constitui-se de fundamentos teóricos que servirão como pressupostos para análise dos dados da pesquisa realizada com os professores titulares do curso de pedagogia – EAD, que também ministram aulas no ensino presencial. Para tanto, discutiremos três categorias de análise pré-estabelecidas na formulação dos questionários: a concepção de Educação Presencial e Educação a Distância; metodologias de ensino e novas tecnologias para a Educação Presencial e Educação a Distância e a formação docente para a modalidade de Educação a Distância.

### 5.3. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Buscamos, na literatura, definições de Educação Presencial e Educação a Distância, a fim de aliar essas definições às respostas dos professores participantes da pesquisa para compreender o que esses professores pensam em relação à formação do aluno que faz um curso de pedagogia presencial e um curso na modalidade EAD. Analisaremos, também, quais os desafios com que esses professores se depararam na atuação como docentes nessa modalidade de ensino, visto que foram formados em cursos presenciais.

### 5.3.1. Educação Presencial – alguns conceitos

Em consonância com a pesquisa de campo, a priori, buscamos conhecer a origem da palavra educação. Educação vem do latim *educere*, que em sentido etimológico, significa “conduzir para fora”, “fazer sair de” daí, podemos dizer: preparar o indivíduo para o mundo. Se buscarmos o entendimento da palavra em dicionários da língua portuguesa encontraremos diversos significados para essa mesma palavra:

1. Ato ou efeito de educar. 2. Aperfeiçoamento das faculdades físicas intelectuais e morais do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino. 3. Processo pelo qual uma função se desenvolve e se aperfeiçoa pelo próprio exercício: Educação musical, profissional etc. 4. Formação consciente das novas gerações segundo os ideais de cultura de cada povo. 5. Civilidade. 6. Delicadeza. 7. Cortesia (MICHAELIS - *online*).

1. Conjunto de normas pedagógicas para o desenvolvimento geral do corpo e do espírito; 2. ação de educar; 3. cortesia, polidez (OLINTO, 2001, p.101).

Sabemos que discutir educação não é uma tarefa fácil. Ao analisar os dois conceitos dos dicionários de língua portuguesa, percebemos que trazem algumas definições diferentes, mas que ambos afirmam ser o ato, ação, efeito de educar, ou seja, fazer desabrochar o que já existe no indivíduo.

Segundo Saviani (2008, p. 12), “a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana”. Nesse sentido, o autor completa que o animal já tem sua existência garantida naturalmente e não age sobre a natureza transformando-a seu favor, já o homem precisa agir sobre ela e transformá-la para produzir sua existência. “Portanto, o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho” (p. 12)

Uma vez entendido o processo de compreensão humana e o que diferencia o homem dos animais, podemos dizer que a escola não é o único ambiente na qual a educação se faz presente.

Educamos de verdade quando aprendemos com cada coisa, pessoa ou idéia que vemos, ouvimos, sentimos, tocamos, experienciamos, lemos, compartilhamos e sonhamos, quando aprendemos em todos os espaços em que vivemos – na família, na escola, no trabalho, no lazer etc. Educamos aprendendo a integrar em novas sínteses o real e o imaginário; o presente e o passado olhando para o futuro; ciência, arte e técnica; razão e emoção (MORAN, 2010, p.13).

À luz das ideias de Moran, percebemos que existem outras instâncias de formação e produção do conhecimento, porém é a instituição escola a principal responsável por levar o aluno a ter domínio do conhecimento científico. Saviani reitera essa afirmação na citação que segue:

A escola existe, pois para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber (SAVIANI2008, p. 16).

A nosso ver, Brandão (2007) comunga com as ideias de Moran, ao afirmar que em nenhum lugar estamos livres da educação. Ela acontece em nossas casas, nas ruas, na igreja, na escola. Sendo assim, extrapola os limites da escola. O autor define educação como um processo de aprender, de ensinar, de ensinar aprender e de aprender a ensinar. Por defender a ideia que a educação existe em lugares em que não há escolas, que o sujeito aprende e ensina a todo o momento e em diversos lugares, ele questiona o conceito do termo educação e esclarece que esse termo deve ser usado no plural, educações.

Ainda segundo Brandão (2007), a educação é entendida como a construção social de um determinado povo, podendo colaborar para sua autonomia ou promover a submissão desse povo. Se houver redes de estruturas sociais e transmissão de conhecimento de uma geração para outra, tem-se instaurada a educação. Dessa forma, nessa troca de saberes, todos os envolvidos no processo tornam-se educadores e aprendentes.

A educação escolar pode ser compreendida como o processo pelo qual o indivíduo terá acesso a conhecimentos científicos de uma determinada área que possibilitará o desenvolvimento de habilidades e ações para tornar-se um profissional qualificado na sociedade. O processo educativo deve expressar a

possibilidade de efetivar a humanização do indivíduo em sociedade, isto é, através da aquisição do conhecimento científico a educação pode tornar o homem alguém digno e agente social de uma comunidade mais universal. Além dessa preparação, a educação escolar deve também preocupar-se com a formação do indivíduo para o mundo do trabalho.

No que tange ao Ensino Superior, essa preocupação torna-se ainda maior. Com a explosão da oferta de ensino privado em nível superior, a questão da qualidade no ensino é um tema que tem sido discutido por diferentes estudiosos da educação. Segundo Moran (2010), no geral, as IES estão distantes do conceito de educação de qualidade, e isso é preocupante. Segundo o autor, um ensino de qualidade envolve muitas variáveis:

- Uma organização inovadora, aberta, dinâmica, e com um projeto pedagógico coerente, aberto, participativo; com infraestrutura adequada, atualizada, confortável; tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas.
- Uma organização que congregue docentes bem preparados intelectual, emocional, comunicacional e eticamente; bem remunerados, motivados e com boas condições profissionais, e onde haja circunstâncias favoráveis a uma relação efetiva com os alunos que facilite conhecê-los, acompanhá-los, orientá-los.
- Uma organização que tenha alunos motivados, preparados intelectual e emocionalmente, com capacidade de gerenciamento pessoal e grupal (MORAN, 2010, p.14).

Moran deixa claro que o Ensino Superior apresenta muitas lacunas no que se refere à qualidade, visto que o acelerado processo de democratização do ensino acarretou, por parte de muitas instituições, uma perda na qualidade e atribuição de um valor maior ao lucro, característica própria de uma sociedade capitalista.

Na análise de Gasparin (2009, p. 1-2), perceberemos que a escola, em determinado período histórico, responde à sociedade na qual faz parte:

[...] a escola, em cada momento histórico, constitui uma expressão e uma resposta à sociedade na qual está inserida, nesse sentido, ela nunca é neutra, mas sempre ideológica e politicamente comprometida. Por isso, cumpre uma função específica. Pode ser que a escola, hoje, não esteja acompanhando as mudanças da sociedade atual e por isso deva ser questionada, criticada e modificada para enfrentar os novos desafios.

Nesse sentido, o que faz com que a escola seja repensada é justamente o momento histórico em que estamos vivendo. Temos assistido, ao longo do século XX e início do XXI, que a sociedade tem passado por transformações, por mudanças nas esferas políticas, econômicas e educacional, geradas principalmente pelo avanço tecnológico. A sociedade, atualmente, exige profissionais competentes, críticos, autônomos, atualizados e atuantes, e nesse cenário a educação precisa preparar-se para atender essas exigências impostas pela sociedade sem perder o foco do humanismo.

Durante muito tempo, até mesmo por causa do ensino elitista brasileiro, partia-se do conceito que no Ensino Superior os conhecimentos epistemológicos e didáticos não eram fundamentais, pois se entendia que nesse nível de ensino, os alunos adultos, com interesses profissionais não apresentariam problemas em relação à aprendizagem, além do que, estariam totalmente motivados, pois cada indivíduo agia em função de seus próprios objetivos.

Essa ideia, segundo Gil (1997), até determinado momento, foi entendida como verdadeira, uma vez que a quantidade de alunos que ingressavam no Ensino Superior em nosso país era muito reduzida, além disso, passavam por um crivo rigoroso de testes seletivos, em que, na maioria das vezes só restavam os melhores. Assim, a qualidade da universidade e o desempenho de seus docentes não se tornavam alvo de maiores questionamentos.

Com a expansão do acesso ao Ensino Superior, esse também se tornou uma necessidade em relação à melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento do país. O quadro de qualidade inquestionável começa sofrer alteração e a comunidade acadêmica, em geral, verifica a real necessidade de preparação didática e epistemológica para os professores universitários. Não bastam mais os saberes técnicos e científicos da área a que se propõe ministrar aulas, mas, concomitantemente, são necessários saberes relacionados a como ensinar, como os indivíduos aprendem, como planejar, como avaliar. Tal concepção também é afirmada nas palavras de Gil:

Muitos professores universitários reconhecem a necessidade da formação pedagógica. Também as autoridades

educacionais. Tanto é que os cursos de especialização, conhecidos também como pós-graduação *Lato Sensu*, incluem obrigatoriamente disciplinas de formação pedagógica. E em algumas instituições de ensino universitários já se nota a presença de assessores pedagógicos para auxiliar os professores em relação ao planejamento e condução das atividades docentes (1997, p.16).

Diante dessas afirmativas, também se faz necessário complementar a ideia em relação aos saberes pedagógicos, pois de acordo com Araujo (2000, p.107), “a pedagogia se constrói em torno de uma estrutura teórica, sistematizada, organizada, que tem em vista a tarefa de educar: teoria e prática constituem a práxis pedagógica em vista da instrução e da educação”.

Segundo Masetto (2010), existem muitas técnicas para dinamizar a aula no Ensino Superior. O uso das tecnologias de informação e comunicação – TIC são instrumentos que, se usados adequadamente, podem proporcionar ao professor um melhor desenrolar na sua aula. É necessário que os professores compreendam que jamais perderam ou perderão seus lugares como profissionais da educação, mas que necessitam de um processo contínuo de formação.

Gasparin (2009, p. 1) comunga dessa ideia:

À primeira vista, parece que os professores perderam suas funções de transmissores e construtores de conhecimentos. As profundas mudanças que se estão processando na sociedade dão a impressão de que eles são dispensáveis e podem ser substituídos por computadores e outros equipamentos tecnológicos, por meio dos quais o educando adquire conhecimento. Todavia, quando se buscam mudanças efetivas na sala de aula e na sociedade, de imediato se pensa no mestre tanto do ponto de vista didático-pedagógico quanto político. Não se dispensam as tecnologias, pelo contrário, exige-se, cada vez mais, sua presença na escola, mas como meios auxiliares e não como substitutos dos professores.

Cumpramos reforçar que as tecnologias podem ser ferramentas importantes para a prática docente, mas tanto na Educação Presencial como na EAD, devem ser pensadas como meio, ou seja, como forma de corroborar no processo de dinamismo da aula.

Segundo Oliveira (2008):

Esse contexto revela que, ao mesmo tempo em que há um avanço tecnológico impressionante, ele não exige tecnicistas; ao contrário, reivindica uma formação que permita à pessoa ampliar as diferentes maneiras de ler, interpretar e interagir com a pluralidade dos diferentes mundos que se entrecruzam. Dessa forma, o desafio emergente é a criação de novas maneiras de educar as pessoas, não para lidar com o aparato tecnológico, mas com as informações advindas ou propiciadas por esse novo tipo de saber (p.187)

Partindo das ideias do autor, não basta que os professores utilizem os aparatos tecnológicos e nem formem pessoas para isso; precisa haver uma convergência entre a tecnologia e a forma de educar, para que as pessoas sejam formadas para compreender as informações com que são bombardeadas diariamente. Para ter informações o aluno não precisa mais da escola, atualmente, podemos adquiri-las, principalmente, por meio do uso das novas tecnologias, em especial pela internet e televisão.

Nesse sentido, a Educação a Distância, por fazer uso direto das novas tecnologias, especialmente da internet, não pode ser entendida como uma educação que apenas informa o aluno; é preciso que seja pensada como um modelo de educação, na qual professor e aluno encontram-se separados no espaço e, muitas vezes, no tempo.

O papel do professor, nesse contexto, deve ser repensado, uma vez que não basta mais ser um transmissor de conhecimentos, é preciso ser um mediador da produção desse conhecimento, mesmo que interagindo virtualmente.

Na análise do conjunto de definições dos professores participantes da pesquisa em relação ao conceito de Educação Presencial, a resposta de três deles chamou a atenção:

A Educação Superior é uma instituição social que tem, por finalidade, formar profissionais, intelectuais, bem como pessoas para a área científica objetivando que estas possam contribuir para o processo de mudança dos diferentes contextos que fazem parte da sociedade como um todo. Com isso, é importante pensar essa instituição como aquela que forma para a continuidade de produção da história dos homens, no que diz respeito ao estabelecimento de normas, princípios e valores condizentes com o que se acredita

enquanto formação do homem e de sociedade. Fundamenta-se nos saberes científicos, os quais perpassam a história dos homens na sua dimensão maior, o que pode transformar a todo o tempo a nossa prática social, munindo-a de novos saberes, novos conhecimentos num movimento que considera as contradições sociais em todos os seus aspectos. No ensino presencial, professores e alunos não são separados no espaço e no tempo. As aulas são diárias e permitem maior contato do aluno com o professor (professor – 6).

A educação, no mundo contemporâneo (assim como a função da escola nos diferentes níveis), tem responsabilidade com todas as dimensões do desenvolvimento do indivíduo: cognitiva, afetiva, ética, motivacional etc. Especificamente em relação à dimensão cognitiva, há alguns anos era possível confundir inteligência com capacidade de armazenar informações e a escola tinha como função transmitir essas informações que os alunos deveriam armazenar. Atualmente, tais conceitos estão superados, uma vez que a informação é armazenada, disponibilizada e compartilhada nos bancos de dados, por exemplo. Atualmente, definimos inteligência como habilidade para estabelecer conexões entre as informações, de traçar relações. O ensino teria, então, como função ensinar para a compreensão, pois a compreensão possibilitaria o estabelecimento de conexões e relações. Compreensão pode ser definida como capacidade de uma pessoa para usar seus conhecimentos de forma inovadora. Outro aspecto fundamental do ensino seria o desenvolvimento da capacidade de comunicação do indivíduo, comunicação tanto oral como escrita, o que o ensino médio não tem feito e, portanto, resta ao Ensino Superior promover. Sem poder deixar de considerar o desenvolvimento de valores morais e éticos, a ampliação da visão de mundo dos acadêmicos e de sua capacidade de estabelecer relações adequadas com o próprio mundo físico e com os outros homens, funções que em momentos históricos anteriores eram de responsabilidade da família ou outros grupos e que hoje também compete à escola (professor – 15).

Acredito que a Educação Superior precisa preparar os sujeitos dentro de uma visão holística permitindo-lhes a formação completa: humana e profissional. A vantagem da Educação Presencial é que as relações interpessoais são reais e, na Educação a Distância, são virtuais (professor – 12).

Nas respostas desses professores, fica claro que entendem a educação como um processo cercado de preocupações com a formação do sujeito não somente para o mercado de trabalho, mas com o desenvolvimento dele em diferentes aspectos, seja intelectual, emocional, ético ou moral.

Nas demais respostas elencadas sem a referência explícita de cada professor, podemos observar que traduzem a mesma forma de pensar:

- Educação baseada na transmissão do conhecimento para alunos no mesmo espaço e tempo.
- Sistema educacional que não dispensa a presença física dos professores.
- Exigência de frequência diária na sala de aula.
- Alunos mais dependentes do professor.
- Modalidade de ensino na qual a interação entre aluno e professor é mais constante.
- Educação limitada a um espaço físico: sala de aula, laboratórios, bibliotecas etc.
- Número limitado de alunos, conhecimento individual desses alunos por parte do professor proporcionando maior atenção.
- Predominância de aulas expositivas.
- Horários pré-determinados e controle direto em relação ao período de permanência em sala de aula.
- Estabelecimento de relação direta com o conhecimento.
- Flexibilidade de planejamento pelo número de aulas ministradas.

Percebemos, em todas as respostas, que os professores vêem a Educação Presencial como a forma de educação recebida em lócus, no qual se tem maior controle dos alunos, do tempo e do espaço. Concebem a Educação Presencial como uma forma direta de controle do acadêmico e o fator mais citado diz respeito à interação entre professor e aluno, mostrando que acreditam que isso é mais possível no modelo presencial.

### **5.3.2. Educação a Distância – alguns conceitos**

Após conhecermos alguns conceitos de Educação Presencial e a percepção dos professores participantes da pesquisa sobre Educação Superior Presencial, discutiremos sobre o conceito de Educação a Distância. Consideramos pertinente para nossa pesquisa, conhecer o conceito de Educação a Distância trazido pela Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED:

Muitas são as definições possíveis e apresentadas, mas há um consenso mínimo em torno da ideia de que EAD é a modalidade de educação em que as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas majoritariamente (e em bom número de casos exclusivamente) sem que alunos e professores estejam presentes no mesmo lugar à mesma hora (ABED, 2011).

Maia e Mattar (2007, p. 5) nos alertam que a EAD recebe denominações diversas em diferentes países, como:

Estudo ou educação por correspondência (Reino Unido); estudo em casa e estudo independente (Estados Unidos); estudos externos (Austrália); telensino ou ensino a distância (França); estudo ou ensino a distância (Espanha); teleducação (Portugal) etc.

Segundo o autor, independente do termo adotado por diferentes países, essa modalidade de educação é caracterizada pela separação de tempo e espaço entre professor e aluno, ou seja, a EAD, ao contrário da Educação Presencial, prescinde da presença física para que a educação ocorra. Porém, faz-se necessário o uso de diversas tecnologias de informação e comunicação.

Essa definição de Educação a Distância, retratada por Maia e Mattar, foi expressa por 15 dos 22 professores que participaram da pesquisa. Um número significativo, demonstrando que apresentam preocupação em não ministrarem suas aulas utilizando as mesmas metodologias do ensino presencial, por não estarem no mesmo espaço e, muitas vezes, no mesmo tempo dos alunos.

Moore e Kearsley (2008, p. 2) reafirmam o conceito supracitado:

Educação a Distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação de curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.

Aretio (2001) parte do princípio de que a Educação Presencial é a forma convencional de educação, enquanto o ensino a distância utiliza multimeios para que aconteça:

A educação a distância é um sistema tecnológico, de comunicação de massa e bidirecional, que substitui a interação

peçoal, em aula, de professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e o apoio de uma organização tutorial, que propiciam a aprendizagem autônoma dos estudantes (ARETIO, 2001. p. 30-31)

O autor considera o ensino a distância como um meio de comunicação de massa, diferente do presencial, no que diz respeito ao número de alunos. Afirma também que o tecnológico é fator fundamental na EAD, pois depende deles a interação pessoal do professor com o aluno. Vale ressaltar que, seja na Educação Presencial ou EAD, a tecnologia, isoladamente, não garante o sucesso da modalidade se não estiver em sintonia com o pedagógico.

Encontra-se na análise dos questionários uma profusão de dados demonstrando os múltiplos olhares que se tem em relação ao conceito de Educação a Distância. A resposta de um dos professores participantes da pesquisa apresenta esse conceito aproximando-se das ideias de Aretio (2001).

Relação estabelecida entre professor e aluno com o objetivo de formação teórico-prática, acerca de um campo específico do conhecimento. A prioridade na Educação Superior é formar sujeitos capazes de buscarem soluções para as demandas sociais de maneira crítica e reflexiva a partir de sua formação. Na EAD, a relação ensino/aprendizagem está mediada por tecnologias variadas de comunicação, professor e aluno não estão no mesmo espaço e, muitas vezes, no mesmo tempo. Acredito que o que dificulta ainda, até por uma questão de cultura, é o controle dos alunos, visto que na EAD trabalhamos com um grande número de alunos com características diferenciadas e que, muitas vezes, não conhecemos, pois estão espalhados por todo Brasil (professor 17).

Outra definição trazida pelo professor 15 nos chamou a atenção:

Acredito que a Educação a Distância tem condições de estabelecer parâmetros de ensino que promovam o desenvolvimento da compreensão, como também de promover uma nova visão de mundo e de sociedade entre seus usuários, no entanto, ainda penso que o modelo do professor tem uma influência subjetiva importante na constituição da personalidade dos indivíduos e, neste aspecto, o ensino presencial, mediado constantemente por professores que acompanham os alunos por um período razoável de tempo, pode ter um efeito mais efetivo nesta dimensão do desenvolvimento. Mas acredito que um positivo da Educação a Distância é promover (exigir) uma nova forma de organização do trabalho acadêmico, com

responsabilidade por seu próprio progresso e autonomia. Mas, nem todos os alunos conseguem atingir essa autonomia sozinho, como é exigido na EAD. Muitos são frutos de uma educação caótica do ensino médio; esses, com certeza, não conseguirão acompanhar e, conseqüentemente, acabam se evadindo.

A resposta desse professor nos mostra que tem consciência que a EAD promove o desenvolvimento da aprendizagem, porém acredita que, por ter o professor próximo dele, a efetivação da aprendizagem ocorrerá com maior proporção. Pelo seu entendimento, a EAD exige mais responsabilidade e autonomia dos alunos, porém, muitos deles não estão preparados. A EAD não tem um processo seletivo rigoroso, sendo assim, ingressam nos cursos alunos despreparados para as exigências impostas a ele, por isso há um grande número de evasões nessa modalidade de ensino.

A concepção de outro professor reforça isso:

No começo, olhava para essa modalidade com preconceito, mas depois de trabalhar com essa modalidade de ensino, noto alunos mais maduros e empolgados. Em alguns quesitos, considero a EAD mais difícil do que o curso presencial, posto que leva o aluno a buscar o próprio conhecimento e não ficar dependente do professor. Mas, em contrapartida, muitos desses alunos chegam até nós com um nível insuficiente de conteúdos e, infelizmente, temos de nivelar as aulas para atender a esta demanda; os que conseguem se sobressair continuam, os demais desistem (professor 10).

Rosini (2007) nos esclarece que a EAD é uma modalidade de ensino que cresce a cada dia em todo mundo. Isso é proporcionado pela expansão do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação nos processos produtivos “cada vez mais cidadão e instituições vêm nessa forma de educação um meio de democratizar o acesso ao conhecimento, bem como de expandir oportunidades de trabalho e aprendizagem ao longo da vida (p. 67).

A EAD proporciona a democratização do ensino, principalmente àqueles que não têm condições de estarem todos os dias em uma sala de aula, assim, o acesso ao conhecimento torna-se alcançável a muitos que vêm essa modalidade de ensino como a única maneira de dar continuidade aos seus estudos e se especializar profissionalmente.

O professor 18 apresenta argumentos muito próximos à concepção de Rosini (2007):

Na minha concepção, esse tipo de modalidade deve ser direcionado para alunos mais disciplinados, mais velhos e maduros. Deve dar oportunidade para aquelas pessoas que têm dificuldade de frequentar uma sala presencial. Deve ser oferecida, principalmente, em regiões em que a modalidade presencial não tem alcance ou baixa oferta de vagas, assim, a EAD torna-se uma forma de proporcionar a formação continuada, principalmente, no curso de pedagogia, em que muitos professores têm apenas o magistério em nível de ensino médio.

Dentre todas as respostas dos professores, podemos elencar outras definições de Educação a Distância, que traduzem a forma de pensar dos professores participantes da pesquisa:

- Educação sem diferença na qualidade, apenas os meios é que diferem.
- Educação com um número de alunos, muitas vezes, desconhecido pelo professor que ministra a aula.
- Transmissão do conhecimento com interação limitada pela distância.
- Educação que exige mais preparo do professor.
- Educação que exige maior autonomia e responsabilidade do aluno.
- Educação mediada pela tecnologia.
- Modalidade de ensino que contribui para o avanço do Ensino Superior no Brasil.
- Processo dinâmico de ensino que proporciona a democratização da educação.
- Educação que exige a participação de uma grande equipe para que aconteça.

Embora sendo professores da modalidade EAD, percebemos que existe resistência e, até mesmo, certa desconfiança no nível de formação oferecida por ela. Ao serem questionados sobre qual modalidade de ensino prepara melhor os acadêmicos para o exercício da profissão docente, tivemos 7 professores que afirmam que o presencial prepara melhor os futuros docentes, 15 disseram acreditar que ambos oferecem a mesma formação no que se refere a comprometimento e qualidade no ensino, e nenhum professor vê a Educação a Distância como uma modalidade de ensino que oferece melhor formação ao graduando em comparação com a Educação Presencial.

Entre as justificativas dos docentes que assinalaram que a Educação Presencial prepara melhor o aluno, uma resposta diferiu das demais:

Quando se trata do primeiro curso superior, a Educação Presencial torna-se mais eficiente na medida em que prepara o acadêmico melhor para enfrentar o curso superior. O próprio contato com colegas de curso possibilita que o acadêmico vá encontrando estratégias em relação aos horários e maneiras de estudar. No entanto, se o acadêmico estiver em um segundo curso superior, se já é experiente em relação aos estudos, a EAD será tão eficiente quanto a presencial (professor 5).

Não encontramos, na literatura, nenhum livro que trouxesse esse perfil citado pelo professor 5 para os alunos da EAD. Mas, cumpre afirmar que em muitas regiões essa é a única opção de se chegar ao Ensino Superior e esse fator independe da idade.

As respostas que seguem ilustram o pensamento dos professores, no que diz respeito à separação no espaço na hora de ministrar as aulas:

Apesar de acreditar muito na EAD, creio que, no presencial, o aluno tem contato mais próximo com os professores e esta interação ajuda a preparar melhor para uma futura docência (professor 3).

O contato professor/aluno cria uma intimidade que pode propiciar ao aluno um melhor entendimento do conteúdo (professor 11).

Porque permite o diálogo síncrono. As argumentações são rebatidas ou acatadas e é possível uma interação que extrapola o limite das palavras, pois as expressões faciais e corporais são elementos importantes em uma comunicação (professor 14).

O contato com o aluno, o poder conversar e conhecer proporcionam um melhor relacionamento e, conseqüentemente, melhor aprendizagem (professor 15).

As duas modalidades preparam o futuro docente, porém, penso que na modalidade presencial pelo maior contato e proximidade do professor/aluno, o menor número de alunos, o acompanhamento mais de perto do que os alunos estão fazendo, os trabalhos e provas sendo aplicados por nós, acredito que há um melhor desempenho por parte dos alunos (professor 20).

O aspecto que vale a pena ser destacado nessas respostas é que para eles, mesmo sendo alunos de nível superior, ainda necessitam da presença do professor, o contato direto professor/aluno é imprescindível para que a aprendizagem ocorra.

Em outra resposta, o professor opta pela Educação Presencial como a que melhor prepara o futuro docente, mas faz ressalvas em relação ao desenvolvimento da EAD e o compromisso na busca do ensino de qualidade:

Bom, penso que o ensino e a aprendizagem se dão numa relação mútua, em que a mediação permeia todo o processo. O estar em sintonia com a explicação do professor (no caso do aluno) possibilita maior acompanhamento didático-pedagógico do trabalho com o conteúdo proposto. O professor consegue perceber “de perto” as dificuldades existentes, para então direcionar suas ações. Por outro lado, o Ensino a Distância tem buscado aprimorar-se para atingir os objetivos educacionais de formação dos sujeitos. Com o mesmo compromisso que atuo no Ensino Presencial, faço com o Ensino a Distância, procurando sempre, nesta modalidade, também me aperfeiçoar para transmitir os conteúdos de forma que o aluno possa se apropriar dos conceitos relevantes para sua formação. Mas, percebo que, na maioria das vezes, acabo terminando a minha disciplina sem um retorno, seja positivo ou negativo dos alunos. Sempre tem aqueles que entram em contato, porém esse número é pequeno. No presencial, acabamos conhecendo todos nossos alunos pelo nome. Sinto falta desse contato na EAD, talvez eu precise me acostumar melhor com a ideia (professor 6).

Rumble (2003, p.16) reafirma o exposto pelo professor 6, no que diz respeito à separação física entre professor e aluno:

Teoricamente, o ensino a distância é um método que separa fisicamente o estudante do professor. Ainda que os professores possam entrar em contato direto com seus alunos, por telefone, áudio e videoconferência, a separação física entre aluno e professor implica a utilização de certos meios para ensinar. Embora certos recursos permitam visualizar os estudantes (videoconferências) ou falar-lhes a distância (audioconferência), ensino por telefone, a maioria dos instrumentos de comunicação utilizados não permite o diálogo entre professor e aluno.

Compreendemos que entre a Educação Presencial e Educação a Distância existem diferenças, pois na EAD o aluno não tem a necessidade de estar fisicamente presente na instituição escolar, uma vez que seu processo de

formação dar-se-á pelo ambiente virtual de aprendizagem, a partir do qual ele estará também participando e interagindo, de maneira diferenciada do aluno do curso presencial. Nesse sentido, os procedimentos didáticos e as técnicas utilizadas para viabilizar esse processo de formação é que deverão também ser diferenciados. Oliveira (2008, p. 190) faz a seguinte análise:

(...) a diferença entre a aula presencial e a distância resume-se na troca de mídia: em vez de usar biblioteca escolar ou comprar muitos livros, o estudante acessa a internet; interage em salas de bate-papo ou em fóruns virtuais, ou, na maioria das vezes, por *e-mail*, lista de discussões e outros meios. Contudo, os objetivos dessas atividades e os processos de aprendizagem pouco mudaram.

Rover (2003) descreve que a diferença entre a EAD e a Educação Presencial é que, na EAD, a responsabilidade pedagógica não recai sobre o professor como indivíduo, mas sobre a instituição, que é responsável pela contratação desses professores especialistas que ministrarão as aulas, produzirão material e verificarão a aprendizagem. É a instituição a principal responsável por criar meios e recursos que permitirão que a aprendizagem se concretize, mesmo com a separação física entre professor e aluno.

Tanto a Educação Presencial quanto a EAD devem contribuir para o desenvolvimento sustentável e melhorar as condições de vida da sociedade como um todo, dessa forma, a modalidade presencial e EAD apresentam convergência quanto à concepção de educação, pois ambas devem buscar tornar o aluno sujeito-ator do seu processo social e profissional.

### **5.3.3 Os desafios docentes na EAD**

A Educação Presencial é, historicamente, o modelo de educação que existe desde o nascimento das escolas, talvez por isso apresente maior credibilidade por parte de todos. Na Educação Presencial, têm-se os alunos próximos, assim, é possível perceber se estão prestando atenção na aula, se

mostram interesse, se estão trabalhando de acordo com as propostas e objetivos estabelecidos para aula.

Nesse âmbito, é possível perceber o quanto é necessária uma mudança de postura e perfil dos professores que ministram aulas na modalidade de EAD, visto que são frutos da Educação Presencial. Belloni (2006, p.80) nos esclarece:

Diretamente relacionada com as inovações tecnológicas, com as novas demandas sociais e com as novas exigências de um aprendiz mais autônomo, uma das questões centrais na análise da EAD, e talvez a mais polêmica, refere-se ao papel do professor nesta modalidade de ensino, chamado a desempenhar múltiplas funções, para muitas das quais não se sente, e não foi preparado.

Com o propósito de esclarecer essa problemática na pesquisa, em nosso questionário perguntamos aos professores quais os maiores desafios com que ele se deparou na atuação como professor de EAD. As respostas nos mostraram, no geral, o quanto os professores ainda sentem insegurança em estar em frente a uma câmera. Esse foi o principal desafio observado em todas as respostas. O depoimento da professora 4 deixa isso muito visível:

No início, quando ministrei as primeiras aulas, foi muito difícil. Saber como agir em frente uma câmera, falar por quatro horas-aulas para centenas de alunos me causava insegurança, um “frio na barriga mesmo”, preparava muitos slides com medo de sobrar tempo e não ter mais o que falar. Na EAD não podemos ter improvisos, por isso é mais difícil. Outro desafio era saber se os alunos estavam gostando da aula e entendendo o que eu estava falando, no final da aula tem as enquetes, mas durante a aula esse feedback você não consegue. Hoje, depois de tanto tempo me sinto mais preparada, porém, ainda, na maioria das vezes, fico insegura (professora 4).

Outro professor explica suas dificuldades e faz comparações com a Educação Presencial:

A principal dificuldade foi a falta do interlocutor direto, ou seja, ministrar uma aula para uma platéia que eu não vejo. É muito difícil ter o feedback de como está sendo a aula. No presencial, este feedback é instantâneo, na EAD, não. Falar por 4 horas-aula sem o interlocutor direto é um grande desafio,

pois, muitas vezes, me sinto como se estivesse “falando sozinha”. Apesar de saber que isto não é verdade, emocionalmente gera tensão.

Outra dificuldade da EAD é a necessidade de ter a aula toda preparada de antemão, sem possibilidade de mudanças de momento. Isto, no presencial, é muito mais tranquilo, podendo haver mudança no rumo da aula de acordo com o retorno e interesse dos alunos (professor 3).

A resposta do professor 16 deixa claro que começou a trabalhar na EAD antes de acreditar na possibilidade de se ensinar a distância, mas que, para ele, esse paradigma educacional foi quebrado em relação a aprendizagem, porém, ainda encontra desafios para ministrar as aulas.

Bem, primeiramente penso que desconstruir uma cultura posta ou imposta de que a EAD não ensina..., esse estigma para mim foi quebrado. Esse era o pensamento que eu tinha em relação a EAD, para mim, somente no ensino presencial o aluno aprendia. Mas, confesso que mesmo acreditando nessa modalidade, como professor ainda encontro algumas dificuldades.

O maior desafio foi ministrar aula ao vivo para um público tão diversificado (regiões diferentes, culturas diversas etc), não foi fácil encarar as câmeras, a impressão que tinha era que estava apresentando um jornal e não ministrando aulas (risos) (professor 16).

Cumpramos observar que o trabalho docente está associado a um conjunto de indicativos e orientações impostas pela instituição no gerenciamento de cada aula, conforme indicamos na análise do PPC da instituição, sobre as atribuições dos professores que ministram as aulas ao vivo.

Podemos elencar, ainda, outros desafios indicados pelos professores titulares da instituição:

- Falar para um público que não estão vendo, sem conhecer o perfil e cultura.
- Não saber qual é a reação no aluno no momento da aula, com suas expressões, gestos e comportamentos.
- Aguardar a enquete para saber se teve bom desempenho na aula.
- Adequar a metodologia da aula a que são acostumados no ensino presencial para as aulas na EAD.
- O sistema de avaliação engessado, tudo já determinado pela instituição, quantidade e modelo tiram a autonomia do professor na elaboração.

- A falta de domínio dos recursos tecnológicos.
- O controle do tempo para poder dar conta do conteúdo proposto para cada aula.
- A organização de todo material com muita antecedência.
- A frieza das câmeras e falta de calor humano.
- Heterogeneidade do grupo de alunos.
- O controle da organização do tempo e o número de slides para cada aula.
- Não poder improvisar nada durante a aula, ou pensar em uma coisa diferente para fazer no mesmo dia (um vídeo, uma entrevista...) todo material deve ser entregue com pelo menos uma semana de antecedência.

Sobre os desafios elencados pelos professores, no que diz respeito a não ter o aluno no mesmo ambiente, a preparação das aulas e a falta de improvisos, Litto (2010, p.32) afirma:

É esse planejamento, feito com muita antecedência, e sem improvisações, que garante a qualidade e o sucesso do curso a distância. Muitos educadores que têm uma visão nostálgica dos processos educacionais do passado consideram insubstituível o “toque” pessoal do professor na sala de aula. Mas esquecem de que não é todo professor que tem a imaginação, a inspiração e a energia ideais para ministrar, toda vez que se encontra com alunos face-a-face, a aula brilhante esperada.

Nesse enfoque, o autor completa que os professores se esquecem de que a Educação Presencial e o atendimento individual a alunos é caro e elitista, à qual poucos tem acesso, e a Educação a Distância permite diminuir os custos e democratizar o conhecimento.

De fato, não podemos negar que a EAD também tem essa função, porém, é necessário que os professores que ministram as aulas estejam preparados para atender a contento essa demanda, para que não se tenha, segundo Lobo Neto (2003), o barateamento do ensino com implicações, na qualidade.

É necessário, por parte das instituições que se propõem a trabalhar com essa modalidade, preparar os professores para que superem esses desafios. O que percebemos nas respostas dos professores não foi, em momento algum, que não dominam o conteúdo da disciplina que ministram, mas, a falta de

preparo psicológico e tecnológico. Com relação ao respectivo assunto, trataremos mais à frente, quando discutirmos sobre a formação docente para a EAD.

#### 5.4. METODOLOGIA DE ENSINO E NOVAS TECNOLOGIAS PARA A EDUCAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

Toffler (1980), em sua obra “A terceira onda”, afirma que a história da humanidade passa por ciclos, denominada por ele de primeira, segunda e terceira ondas. A primeira onda é caracterizada pela mudança da cultura nômade para civilização agrícola, há aproximadamente dez mil anos. O principal recurso utilizado nesse ciclo foi a terra, na qual a agricultura passou a ser o principal meio de subsistência.

A segunda onda, descrita por Toffler, foi a Revolução Industrial, na qual intensificou o progresso capitalista em virtude do aumento das indústrias. Os recursos básicos eram o capital e o trabalho; dessa forma, impulsionou o surgimento de uma corrente mecanicista na administração, garantindo velocidade, eficiência e redução de custos, principalmente da mão-de-obra.

A terceira onda, Toffler denomina de revolução da informação. Nela o capital intelectual e a informação são mais valorizados como recursos do que o próprio capital. Nesse contexto, destaca-se o trabalhador do conhecimento que, cada vez mais, exige das pessoas o acesso à educação e à informação.

Lévy (1999, p. 121) reforça as ideias de Toffler:

Atualmente, a maior parte dos programas computacionais desempenha um papel de tecnologia intelectual, ou seja, eles reorganizam, de uma forma ou de outra, a visão de mundo de seus usuários e modificam seus reflexos mentais. As redes informáticas modificam circuitos de comunicação e de decisão nas organizações. Na medida em que a informatização avança, certas funções são eliminadas, novas habilidades aparecem, a ecologia cognitiva se transforma. O que equivale a dizer que engenheiros do conhecimento e promotores da evolução sociotécnica das organizações serão tão necessários quanto especialistas em máquina.

Nesse cenário, temos assistido o crescente desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação – TICs e a incorporação delas no meio educacional. Dessa forma, percebe-se que as mudanças trazidas por essas tecnologias, principalmente pela internet, afetam toda a sociedade e, conseqüentemente, os profissionais do conhecimento, que se vêem obrigados a repensar suas metodologias e técnicas de ensino.

Masetto (2010, p. 140-141) expõe o conceito de TICs:

Por TICs queremos entender o uso da informática, do computador, da Internet, do CD\_ROM, da hipermídia, da multimídia, de ferramentas para Educação a Distância, como *chat*, grupos ou lista de discussões, correio eletrônico etc, e de outros recursos e linguagens digitais de que atualmente dispomos e que podem colaborar significativamente para tornar o processo de educação mais eficiente.

Para o autor, o uso desses recursos e técnicas traz benefícios para o desenvolvimento da educação, seja ela presencial ou a distância. Na Educação Presencial, cooperam para dinamizar as aulas “tornando-as mais vivas, interessantes, participantes e mais vinculadas a nova realidade de estudo, de pesquisa e de contato com os conhecimentos produzidos” (MASETTO, 2010, p.141).

Na Educação a Distância, as TICs são fator fundamental para atender a realidade dessa modalidade. O uso de imagens, sons, a comunicação síncrona<sup>11</sup> e assíncrona<sup>12</sup> possibilitam a comunicação rápida entre aluno e professor, aluno e aluno. Mesmo as pessoas estando espalhadas por diversos lugares do país e do mundo podem se encontrar, discutir e refletir em momentos de estudo.

A utilização das novas tecnologias de informação e comunicação em processos educativos, segundo Sancho e Hernandez (2006, p.18) são vistas como motor de inovações pedagógicas. “As tecnologias da informação e comunicação estão aí e ficarão por muito tempo, estão transformando o mundo e deve-se considerá-las no terreno da educação”.

---

<sup>11</sup> Mattar (2011) denomina atividades síncronas aquelas que exigem que os professores e alunos estejam conectados ao mesmo tempo, como chats e vídeoconferências.

<sup>12</sup> Para o mesmo autor, as atividades assíncronas são aquelas que permitem que os alunos as realizem no momento que desejarem, como os fóruns e *e-mails*.

Coll e Monereo (2010, p. 15) completam: “O impacto das TIC na educação é, na verdade, um aspecto particular de um fenômeno muito mais amplo, relacionado com o papel das tecnologias na sociedade atual”.

A evolução das tecnologias causa impactos na sociedade, na forma das pessoas viverem e de se organizarem. Essa nova organização, apresentada pela sociedade da informação, por sua vez, modifica os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Mudam-se as formas de trabalho, comunicação, relacionamento, pensamento e aprendizagem.

Para Masetto (2010, p. 140), há muitas possibilidades de fazer uso das TICs no contexto escolar presencial ou a distância:

O surgimento da informática e da telemática trouxe inúmeras oportunidades aos usuários, aos alunos e aos professores para entrar em contato com as mais novas e recentes informações, pesquisas e produções científicas do mundo todo, em todas as áreas. Trouxe oportunidade de desenvolver a autoaprendizagem e a interaprendizagem a distância, a partir dos computadores que se encontram nas bibliotecas, nas residências, nos escritórios, em locais de trabalho.

Cumprе afirmar que o uso das tecnologias de informação e comunicação, no ensino presencial, amplia as possibilidades de aperfeiçoamento das metodologias. É possível fazer uso de lousas eletrônicas, projetor de slides, realizarem atividades assíncronas como fóruns, *e-mails*, blogs, entre outros. Porém, em cursos, na modalidade a distância, o uso dessas ferramentas é peça fundamental no desenvolvimento do processo, isso acontece porque todo trabalho é mediado por elas. A transmissão de uma aula, por exemplo, é comum ser realizada pela internet ou via satélite. Isso diminui a distância física entre professor e alunos e promove a interação, mas vale ressaltar que a tecnologia, isoladamente, não garante o sucesso da modalidade. Tecnologia e humanismo devem estar em sintonia para se ter sucesso no pedagógico.

Em nossa pesquisa, questionamos os professores sobre a forma como são utilizados os recursos tecnológicos na EAD e na Educação Presencial. Em relação ao ensino presencial, foi unânime dizerem que mesmo dispondo de recursos como projetor multimídia e computadores dentro da sala, seu uso não

é obrigatório, mas que, no trabalho da EAD, não têm escolha, fazem uso obrigatoriamente.

**Na Educação Presencial:**

Na IES, atualmente, o professor tem, à sua disposição, diversos recursos tecnológicos, como por exemplo, computador equipado com multimídia e internet. As aulas são preparadas em slides e, quando necessário, o professor acessa a internet para passar vídeos relacionados com a disciplina ou para buscar algum conteúdo complementar durante a aula.

No presencial, a partir do momento que foram implantadas as aulas com slide, o professor tem a possibilidade de abordar mais assuntos em suas aulas, que, conseqüentemente, em algumas salas, os alunos passaram a interagir mais durante as aulas, pois perceberam que se não interagirem terão muito mais conteúdo para estudar para a prova. Mas, mesmo tendo todo esse aparato tecnológico, seu uso não é obrigatório em todas as aulas.

**Na Educação a Distância:**

Na Educação a Distância, além dos recursos tecnológicos disponíveis no presencial, temos a nossa disposição uma equipe de jornalistas e técnicos de filmagem e edição, que podem produzir vídeos e entrevistas sobre o assunto que está sendo ministrado, o que facilita o processo de ensino aprendizagem, colaborando na fixação do assunto e também na visualização da prática daquele determinado assunto. Ao contrário do presencial, seu uso não é opcional. Todo aparato tecnológico é obrigatório, visto que é fundamental para transmissão das aulas (professor 18).

Outro professor reforça essa mesma ideia de forma bem clara:

**Na Educação Presencial:**

Nesta modalidade, o professor poderá utilizar os recursos tecnológicos de diversas maneiras. No entanto, na maioria das vezes, o professor acaba resumindo a sua prática pedagógica na aula expositiva. Muitos professores apresentam resistência no seu uso; mesmo os tendo à disposição, deixam de usufruir desse recurso.

**Na Educação a Distância:**

Na modalidade a distância, acredito que o uso das tecnologias constituiu um poderoso veículo de comunicação e também instrumento pedagógico, que especialmente o professor universitário poderá utilizar para motivar os alunos e ressignificar o processo ensino/aprendizagem, tornando-o mais dinâmico, atrativo e participativo. Portanto, o uso dos recursos tecnológicos possibilita melhorar a qualidade do ensino e adequá-lo à realidade; na EAD, ele é peça fundamental do processo e não há como não fazer uso dele (professor 22).

Os professores participantes da pesquisa mostraram que sabem da importância da utilização dos recursos tecnológicos para o bom desenvolvimento da aula, seja ela presencial ou a distância, mas percebemos que muitos não utilizam esses recursos no presencial por serem adeptos à aula expositiva e ao uso, muito comum, do quadro e giz. Na Educação a Distância, por não terem opção de escolha, precisam preparar todo material e desenvolvimento da aula utilizando os aparatos tecnológicos.

#### **5.4.1. O planejamento como forma de organização da aula**

O ato de planejar é uma ação que permeia a vida dos seres humanos diariamente, e na educação não é diferente. Para que se tenha bom desenvolvimento de uma aula, seja ela presencial ou a distância, faz-se necessário o planejamento, com objetivos e metas a serem alcançados, a partir do conteúdo proposto para o trabalho da disciplina que ministra. Para Masetto (2003), ao planejar uma aula o professor do Ensino Superior tem grandes preocupações em: “organizar o conteúdo que será trabalhado e o cronograma das aulas para garantir que todo conteúdo seja cumprido” (p.141).

O documento do MEC sobre Avaliação e Planejamento diz que: “planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o que foi previsto. Dessa forma, o planejamento é algo que se faz antes de agir, mas que também acompanha a execução do que foi pensado” (BRASIL, 2006, p. 46).

De acordo ainda com o documento do MEC acerca da avaliação e planejamento <sup>13</sup>:

**Planejar exige:**

- estar aberto para o aluno e sua realidade;
- eleger prioridades;
- ser criativo na preparação da aula;

---

<sup>13</sup> Trecho retirado do Documento do MEC – Avaliação e Planejamento. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja\\_caderno4.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno4.pdf). Acesso em 30. jun. 2011

- ser flexível para modificar o planejamento sempre que necessário.

**Para planejar é preciso levar em conta:**

- as características e aprendizagens dos alunos;
- os objetivos e o projeto pedagógico da escola;
- o conteúdo da etapa ou nível do curso;
- as condições objetivas de trabalho.

**Planejar é estabelecer:**

- o que vai ensinar;
- como vai ensinar;
- o que, como e quando vai avaliar.

**Para o(a) professor(a) o planejamento é importante para:**

- orientá-lo no seu trabalho de ensinar;
- os conteúdos a serem desenvolvidos;
- os recursos didáticos mais adequados;
- os procedimentos que serão usados na avaliação.

**Para os alunos o planejamento é importante para:**

- orientá-los no seu processo de aprender;
- auxiliá-los a organizar seus esforços para atingir o que se espera deles. (BRASIL, 2006, p. 47):

Ao fazer o planejamento é necessário que o professor tenha em mente os requisitos supracitados, que nortearão o trabalho e organização do processo de ensinar e aprender. Percebe-se que o ato de planejar organiza não somente o trabalho docente, mas também a forma que o discente aprende.

Tanto no presencial quanto na EAD, é necessário que o professor reflita e faça uma investigação das possibilidades do processo de ensinar e de aprender que devem ser materializados por meio do planejamento. Portanto, em qualquer modalidade é necessário que o professor organize sistematicamente e de forma consciente o desenvolvimento de sua prática pedagógica.

Em ambas as modalidades, o acadêmico pode tornar-se sujeito-ator do processo de construção do conhecimento. Na EAD, apesar de não ter contato presencial com os professores e, na maioria das vezes, com demais colegas de curso, o sujeito está em permanente relação comunicacional e colaborativa. Na modalidade presencial, por meio da intervenção direta, por estarem no mesmo ambiente, também deve ocorrer a relação entre professor/conhecimento/aluno, ou seja, os sujeitos também devem realizar trocas interativas significativas para a aquisição do conhecimento e isso só será possível a partir de uma ação planejada.

A forma de planejamento na Educação Presencial e EAD foi uma de nossas preocupações para compreensão da metodologia utilizada nesses dois modelos de educação. No questionário enviado aos professores, perguntamos sobre a sua forma de planejamento e preparação de aulas em sua prática docente presencial e a distância.

Nas semelhanças, percebemos que colocam a responsabilidade e o compromisso em primeiro lugar na elaboração em ambos os modelos. Isso é perceptível nas respostas de dois professores:

Quanto a esta questão, vejo que há semelhanças, pois, planejar o ensino e a aprendizagem em qualquer das situações, tanto presencial como a distância exige o compromisso ético e político com os alunos em formação, portanto, trata-se com igual importância (professor 6).

Em qualquer modalidade é necessário que o professor tenha uma postura investigativa sobre a sua prática pedagógica. No ambiente virtual, o professor deve informar-se dos diversos procedimentos pedagógicos existentes para promover diversificadas formas de interação e comunicação no ambiente virtual. Na Educação Presencial, o professor também precisa organizar os procedimentos didáticos que poderá utilizar para viabilizar a aprendizagem dos acadêmicos. O grande desafio tanto na EAD quanto no presencial é desenvolver uma prática pedagógica que promova a construção dos conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de novas competências necessárias ao campo de ação profissional do acadêmico (professor 22).

As respostas dos professores indicam que independentemente da modalidade, é necessário o planejamento pensando no processo de aprendizagem do aluno que está sendo formado. Ao refletirmos sobre a necessidade do planejamento não encontraremos diferenças substanciais entre a EAD e a Educação Presencial. Encontraremos diferenças entre a forma de planejar, visto que estamos tratando de duas modalidades de ensino que contemplam metodologias diferenciadas.

Essa forma diferenciada de planejamento foi exposta pelos professores participantes da pesquisa e apresenta-se na tabela que segue:

<b>Educação Presencial</b>	<b>Educação a Distância</b>
Planejamento mais flexível.	Planejamento rígido, com poucas possibilidades de mudanças.
Maior autonomia na elaboração.	Mesmo tendo autonomia na elaboração, segue modelos e padrões determinados pela instituição.
Por um maior número de aulas, pode ter improvisos em vários momentos da aula.	Pelo número limitado de aulas, não há pouca possibilidade de improvisos.
Mesmo seguindo o plano de ensino da disciplina, o planejamento pode ser feito sem muita antecedência.	Todo planejamento deve ser construído com muita antecedência.
Pouco controle e supervisão por parte da instituição, o professor é que determina sua metodologia de trabalho.	Total controle por parte da instituição, pois a aula antes de ser ministrada passa pelo crivo da coordenação e correções gramaticais antes de ser enviada para o estúdio.
Maior probabilidade de realizar trabalhos e aulas práticas durante as aulas.	Mesmo tendo muitos recursos tecnológicos, as aulas acabam sendo mais expositivas.
Maior espaço para discussão e interação.	Pelo número limitado de aulas, há pouca discussão e interação.
Planejamento anual.	Planejamento modular (duração de três meses).
Menor quantidade provas e trabalhos.	Produção de trabalhos e fóruns semanalmente. Elaboração de provas partindo de um número já estabelecido de questões e modelos.

Tabela 6 – Planejamento da Educação Presencial e EAD, conforme resposta dos professores participantes da pesquisa

Na análise dos dados, percebemos que, no ensino presencial, o planejamento é mais flexível pelo número de dias letivos que os professores trabalham. Já na EAD da instituição campo de pesquisa, o professor tem apenas cinco aulas gravadas de 50 minutos, três encontros ao vivo de quatro horas-aulas e um encontro no qual divide sua aula com outro professor, chamada de aula interdisciplinar. Isso faz com que seu planejamento seja mais rigoroso e sem improvisos. Ao aluno cabe ter mais autonomia para a realização das leituras do material didático e trocas de mensagens com o professor mediador para sanar suas dúvidas.

Sobre o planejamento na EAD Litto (2010, p. 32) sinaliza:

[...] na Educação a Distância todo curso é sempre preparado por uma equipe de especialistas, cada um contribuindo com

seu talento e experiência para produzir um produto organizado nos mínimos detalhes para obter o êxito planejado. É esse planejamento feito com muita antecedência, e sem improvisação, que garante à qualidade e o sucesso do curso a distância.

No que tange ao controle do planejamento, podemos perceber que na EAD da instituição pesquisada, o professor, necessariamente, envia com antecedência seus materiais como slides, roteiro de aula, fóruns, atividades e provas, porque antes de chegar ao aluno ele passa por uma equipe técnica e pedagógica que supervisiona e, se necessário, envia novamente ao professor para ajustes. Assim como Litto (2010), não consideramos isso um controle do trabalho do professor, mas uma forma de organização, pois se houver, por exemplo, uma questão em uma atividade enviada com gabarito errado, essa questão será cancelada e automaticamente milhares de alunos terão nota garantida.

Nas respostas da maioria dos professores, foi apontada a impossibilidade de realização de aulas práticas na EAD como um fator que difere da Educação Presencial. A possibilidade de realização de trabalhos e aulas práticas, certamente é mais comum na Educação Presencial, porém, a resposta de um dos professores apontou que é possível também ensinar os alunos da EAD apresentando a prática.

A distância o professor precisa de um planejamento mais minucioso, pois o tempo destinado a aula é realmente destinado a aula, não se “perde tempo” por nada. Não há improvisos e tudo deve ser planejado com muito tempo de antecedência. Como trabalho com uma disciplina de metodologia, costume, no presencial, fazer aulas práticas com os alunos. Ao trabalhar essa disciplina na EAD pela primeira vez, senti que faltava alguma coisa. No ano seguinte, li um pouco mais sobre metodologias para EAD e vi que poderia também fazer algo prático. Com antecedência, postei no mural de avisos e avisei na aula anterior os materiais que precisaríamos para montar uma réplica de um ecossistema. Dentro do estúdio fui montando e explicando para os alunos. Cada um em seu polo ou em casa montou o seu, vários deles tiraram foto e me mandaram, a partir daí, a cada aula procuro inovar e aliar teoria e prática em meu planejamento para as aulas na EAD (professor 12).

No que se refere à autonomia para elaboração de trabalhos e provas, o modelo pedagógico da instituição já determina para o professor a quantidade e o modelo dessas avaliações, por isso, os professores afirmam ter um sistema de planejamento “engessado”.

Na EAD, o professor deve planejar, a priori, com critérios, indagando quais serão os meios didáticos mais apropriados para potencializar o processo de aprendizagem, ou seja, quais os procedimentos mais favoráveis para a intervenção que impulse a aprendizagem colaborativa e cooperativa, promovendo, desta forma, a autonomia e a interatividade dos acadêmicos.

#### **5.4.2. A avaliação como parte do processo**

Avaliar é um processo indispensável em qualquer proposta de educação, ou seja, é inerente e imprescindível a um fazer pedagógico realizado em constante “ação-reflexão-ação” (Hoffmann, 1996). Nesse sentido, o processo de avaliação não pode estar desvinculado da ação e da reflexão pedagógica.

Para Souza (2011, p. 168):

Um processo de avaliação da aprendizagem acontece de modo coerente, quando a reflexão transformadora torna-se uma ação, norteando novas reflexões que devem ser permanentes na construção do conhecimento.

A avaliação é um instrumento necessário, fundamental no processo de ensino e aprendizagem. Possui complexidade pedagógica, pois, envolve muitos fatores que compreendem o ensinar e o aprender. Mesmo em nível superior não deve caracterizar-se em algo mensurável ou de verificação apenas. A avaliação caracteriza-se por ser elemento que visa propiciar mudanças significativas das práticas docentes. Possui valor pedagógico, e, na perspectiva descrita por Hoffmann (1996) e Souza (2011), apresenta caráter dialético do ensino e da aprendizagem.

Em nossa pesquisa, questionamos os professores sobre as semelhanças e diferenças da avaliação na Educação Presencial e na EAD.

Percebemos que, em ambas as modalidades, ela apresenta cunho de verificação do processo de aprendizagem. No presencial, é sempre composta por um trabalho e uma prova, com valores já estipulados no plano de ensino. Outra semelhança encontrada, diz respeito à obrigatoriedade da prova ser presencial e ter fiscais na aplicação. Os alunos que perdem a prova de primeira chamada ou não alcançam a média mínima para aprovação (6.0), tem direito a fazer uma prova substitutiva.

De acordo com a análise que fizemos do PPC da instituição, já apresentado nesse trabalho, a avaliação é um processo, pois é composta por atividades semanais *on-line* e presenciais, fóruns e provas. A resposta de um professor demonstra seu pensamento em relação à forma de avaliação do presencial e da EAD.

**Presencial:** Na maioria das vezes, a avaliação se resume na realização de uma prova e um trabalho bimestral, na qual o professor mensura em notas a aprendizagem do aluno. Esse tipo de avaliação refere-se somente ao processo do aprender e não inclui o processo de ensinar, isto é, somente avalia-se o que o aluno aprendeu e não os procedimentos utilizados pelo professor para ensinar. A avaliação ocorre sempre no final do processo, caracterizando-se como uma avaliação somativa não incluindo as demais formas de avaliação, como a diagnóstica e formativa, também necessárias no processo avaliativo.

**EAD:** Na modalidade EAD, a avaliação ocorre durante todo o processo, no qual o aluno é induzido a participar de fóruns, atividades interdisciplinares, colaboração na produção de hipertextos, participação na resolução de estudos de casos. Essas atividades avaliativas permitem a interação entre os alunos, ainda permite que os tutores realizem o processo de mediação, podendo fazer que todo o grupo avance na construção de conceitos que estão sendo discutidos. Além dessas atividades avaliativas, nesta modalidade, ainda há as avaliações modulares presenciais, nas quais o aluno terá oportunidade de externalizar os conhecimentos apreendidos durante todo o processo. Sendo assim, no EAD dependendo do software utilizado pela instituição é possível ofertar aos alunos formas diversificadas e gradativas de avaliar o processo de ensino e aprendizagem e assim potencializar a construção do conhecimento (professor 22).

Em contrapartida, temos a opinião de outro professor, que acredita que a avaliação presencial é mais eficaz:

**Presencial:** A avaliação pode ser considerada uma ferramenta flexível, capaz de ser regulada na relação que se estabelece em sala de aula. Os alunos respondem mais rapidamente ao desempenho da aula e o grau de produtividade que está sendo impresso.

Quanto ao meu trabalho na elaboração, tenho mais autonomia e flexibilidade ao elaborar.

**EAD:** No ensino a distância, existe uma dificuldade de sentir o aluno em relação à avaliação. O que nem sempre permite ao professor entender a sintonia entre a avaliação e conteúdo, visto que preparamos as avaliações, mas elas são acompanhadas e corrigidas pelo professor mediador.

Quanto ao meu trabalho na elaboração, considero bem mais complexo, pois são muitas atividades e fóruns que temos que elaborar, o modelo já é passado para nós, por isso o considero bom, porém um tanto quanto engessado. A prova também segue um padrão determinado de questões dissertativas e objetivas, isso tira um pouco a nossa autonomia na elaboração (professor 21).

O professor 21 deixa claro que a forma como é concebida a avaliação no presencial faz com que o professor tenha maior autonomia na elaboração e maiores possibilidades de devolutivas para os alunos, visto que, são eles que elaboram, aplicam e corrigem as provas. Na EAD, trabalham com a disciplina, mas seguem um modelo de avaliação determinado pela instituição, não são eles que aplicam e corrigem a prova. A verificação da aprendizagem, nesse caso, acaba permitindo apenas a verificação da aprendizagem e não do processo de ensino.

A partir das respostas dos professores participantes da pesquisa, apresentamos, a seguir, uma tabela com as principais diferenças verificadas na análise da questão,

<b>Educação Presencial</b>	<b>Educação a Distância</b>
Autonomia na elaboração e parametrização dos trabalhos e provas.	Segue modelo de avaliação determinado pela instituição. Os valores das atividades, fóruns e questões das provas já são estabelecidos no modelo pedagógico.
É possível inovar na forma de avaliar, principalmente os trabalhos bimestrais.	O modelo de avaliações são impostos pela instituição, que determina quantidade de atividades e provas.
Menor número de alunos permite maior controle da aprendizagem.	Muitos alunos, não permite um controle desse processo.
Possibilidade de fazer a retomada da	Processo inviável, pois ela é aplicada

prova.	depois que a disciplina acaba.
Elaboração, aplicação e correção feita pelo próprio professor que ministra as aulas.	Elaboração feita pelo professor que ministra as aulas, aplicação feita pelo tutor de polo e correção feita pelo mediador.
Maior possibilidade de realizar trabalhos em grupo.	Os trabalhos são, na maioria das vezes, individuais.
Em uma mesma disciplina têm-se provas bimestrais.	Pelo sistema ser modular, tem-se apenas uma prova da mesma disciplina.
Alunos mais dependentes.	Alunos com mais autonomia.
Preocupação com a contextualização das questões das provas.	Preocupação com a contextualização das questões das provas, com maior ênfase na dialogicidade, pois as questões devem ser auto-explicativas.

Tabela 7 – Diferenças de avaliações na EAD e na Educação Presencial segundo resposta dos professores participantes da pesquisa

Partindo do estudo comparativo sobre as avaliações da EAD e da Educação Presencial, pudemos perceber que, na visão da maioria dos professores participantes da pesquisa, a avaliação do presencial possibilita maior autonomia na elaboração, dando condições para definir modelo e parametrização das provas e trabalhos. Na EAD, isso já está definido e não pode ser mudado. Dessa forma, percebemos insatisfação dos docentes, por considerarem que o sistema da EAD engessa o trabalho do professor.

Em contrapartida, é compreensível essa forma de avaliação, uma vez que o processo na EAD é mais complexo, no que diz respeito ao envolvimento de muitas pessoas antes das avaliações serem realizadas pelos alunos. As atividades *on-line* são corrigidas automaticamente pelo sistema e, se não houver quantidade de questões e parametrização das mesmas, ou seja, se cada professor tiver autonomia quanto ao modelo e valor de cada questão, dificultará esse processo.

Quanto às provas, depois de elaboradas pelo professor titular, passam por correções da equipe pedagógica, correções gramaticais e formatação antes de serem enviadas aos 58 polos de apoio presencial. Os tutores recebem treinamentos e orientações para a aplicação, dessa forma, precisam ter padrão, pois se cada uma tiver quantidades de questões e modelos diferentes, dificulta o trabalho de orientação por parte deles.

Outro fator que nos chamou a atenção, diz respeito à preocupação dos professores em relação à correção e retomada da prova. Na Educação Presencial, isso se torna possível pelo número reduzido de alunos e maior contato com eles. Na EAD, por se tratar de um sistema modular, no qual as disciplinas acontecem uma de cada vez, as provas são aplicadas quando a disciplina acaba e corrigidas pelo professor mediador, não pelo titular. Dessa forma, o professor não tem mais o contato, ao vivo, com o aluno em momentos de aula, apenas pelo ambiente virtual, por meio de mensagens.

Pelo fato de o professor que ministra as aulas não estar próximo ao aluno no momento da aplicação das provas, essas devem estar muito bem contextualizadas e auto-explicativas, com linguagem dialógica que favoreça o entendimento, sem que não tenha dupla interpretação do que está proposto para o aluno. Por termos essa diferença de ambiente nos dois modelos de educação, a maioria dos professores apontaram que, na EAD, os alunos apresentam maior autonomia na realização das provas e trabalhos.

Apesar de, na EAD, o aluno ter a possibilidade de realizar os trabalhos semanais em grupo, discutindo e interagindo com os colegas, percebemos que essa prática, segundo os professores, é mais comum e utilizada na Educação Presencial.

Entendemos que entre a EAD e a Educação Presencial, a forma de avaliação apresenta diferenças, isso porque a metodologia também é diferenciada. Mas que, em ambos os modelos de educação, essa prática avaliativa torna-se necessária para verificação da aprendizagem e melhoria da qualidade do ensino. Segundo Palloff e Pratt (2002), a avaliação possibilita ao professor saber se os objetivos propostos e os resultados projetados foram atingidos, pois se houve reflexão do aluno sobre o conteúdo estudado, consequentemente houve aprendizagem.

#### **5.4.3 Relação professor-alunos**

Segundo Kenski (2003), o professor que atua na EAD e também na Educação Presencial trabalha com modelos e metodologias diferentes, mas,

independente da modalidade em que atua, é considerado um profissional da educação, sem distinção no que diz respeito ao profissionalismo.

Tenho a compreensão de que não somos profissionalmente diferentes apenas porque estamos em um novo ambiente, seja ele presencial ou não. Em princípio, somos sempre os mesmos profissionais, professores. Mas o paradoxo básico é de que 'o novo professor', que os autores listam com uma multiplicidade de papéis, precisa agir e ser diferente no ambiente virtual. Essa necessidade se dá pela própria especificidade de ciberespaço, que possibilita novas formas, novos espaços e novos tempos para o ensino, a interação e a comunicação entre todos (KENSKI, 2003, p. 143).

Esses desafios e novos saberes que são impostos ao professor da EAD, no que tange a sua forma de atuação no ciberespaço, nos faz refletir: como é estabelecida a relação professor-aluno nessa modalidade de educação e de que forma o professor pode construir uma relação pedagógica e, ao mesmo tempo, comunicativa, com os alunos?

Maia e Mattar (2007, p. 15) nos alertam:

A separação entre professores e alunos, na Educação a Distância, afeta, sem dúvida, consideravelmente o processo de ensino e de aprendizagem. De acordo com essa distância "física", e mesmo "temporal", surge, entretanto, um novo "espaço" pedagógico e psicológico, quando comparado a educação tradicional e presencial, em que ocorre uma forma diferente de comunicação, uma nova "transação". Esse novo espaço, criado pela EAD, pode ser denominado como "espaço transacional".

Por não estar fisicamente no mesmo espaço que o aluno, com certeza, essa relação é diferente de uma sala de aula na Educação Presencial. Nesse sentido, a forma de planejar a aula e os recursos didáticos utilizados é que promoverão a interação professor-aluno.

A distância transacional, descrita por Maia e Mattar (2007), pode ser amenizada se a instituição de ensino tiver uma estrutura adequada, programas educacionais que atendam os alunos a contento, professores preparados para o trabalho com essa modalidade de ensino e alunos com autonomia de estudo. "Quanto maior é a interação entre os participantes de um processo de ensino e aprendizagem, menor a distância transacional" (MAIA e MATTAR, 2007, p. 15).

Nas respostas dos professores participantes da pesquisa, todos disseram que a interação professor-aluno na Educação a Distância é possível, contudo, afirmam que ela se torna mais frequente na Educação Presencial pela proximidade física e temporal que se tem com os educandos.

Na Educação Presencial é mais fácil essa relação, pois o professor tem o aluno perto dele, pelo número reduzido de alunos que tem em uma sala de aula, muitas vezes, o conhece por nome. Há possibilidade de uma relação mais próxima e afetiva.

Na EAD há formas de haver uma boa relação, porém, mediada pela tecnologia, seja ela um computador ou um telefone. Falta a questão da proximidade de corpo, olhar no olho, saber para quem você está falando. A relação acaba ficando um tanto quanto fria, principalmente quando não assistem às aulas ao vivo e fazem questionamentos no momento em que estamos ministrando as aulas. Com certeza, a relação professor aluno é mais intensa no presencial (professor 4).

Outro professor reforça essa ideia:

No ensino presencial, há a interação direta no ambiente escolar, a presença física facilita essa relação, pois sabemos quem são nossos alunos por estarmos no mesmo espaço e tempo que eles. Na EAD - a relação acontece através de ambientes virtuais que favorecem as trocas de informação e conhecimentos científicos através de fórum, *chats* e outros recursos; temos a desvantagem de não ter o aluno próximo de nós. Acredito que com isso perdemos um pouco da interação. Com certeza, essa interação professor-aluno acontece com mais frequência com o professor mediador, pois é ele quem acompanha todo o trabalho, nós apenas ministramos as aulas e interagimos no fórum durante as semanas que ministramos as aulas, mas poucos recorrem a nós quando têm dúvidas. Eles procuram com mais frequência pelo professor mediador, pois esse está todos os dias na instituição (professor 9).

Percebemos, na resposta de ambos os professores, assim como os demais, que acreditam que a Educação Presencial proporciona maior interação dos discentes e docentes pela presença física e maior tempo de convivência com os alunos. Isso se torna um ponto negativo da EAD em relação à educação presencial, segundo eles.

Na resposta do professor 9, percebemos que pelo número reduzido de aulas ao vivo, a proximidade com os alunos é dificultada, assim, poucos os

procuram e interagem com eles em outros momentos. Por ser o professor mediador o responsável pela manutenção do ambiente virtual de aprendizagem – AVA, inserção de mensagens no mural de avisos, envio de mensagens individuais com informações, correção de provas e lançamento de notas, esse acaba tendo maior interação com os alunos.

Outro fator citado pelos professores que prejudica a interação professor aluno na EAD diz respeito ao número de alunos matriculados em cada série e a pluralidade cultural que se tem, pois são alunos que se encontram espalhados por todo país. Dessa forma, o professor além de ter total domínio do conteúdo, deve levar em conta esse fator. A resposta do professor 13 deixa claro o exposto:

No ensino presencial, você tem uma noção mais exata do seu público, pois tem contato direto com ele. Já na Educação a Distância os alunos são virtuais e o número de alunos é bem maior. Você não sabe exatamente a quem se dirige, além disso, como são alunos do Brasil todo, a diversidade cultural é muito grande. Ao dar um exemplo acerca do conteúdo, essa ideia da diversidade deve estar bem clara para o professor para que ele atinja a todos que assistem à sua aula. Assim, percebemos que no presencial nosso controle em relação a isso é bem maior, facilitando o diálogo entre nós.

Maia e Mattar (2007, p.15) reforçam essa ideia em relação a fatores que influenciam o diálogo estabelecido entre professor e aluno na EAD e que foram elencados pelos professores de nossa pesquisa:

Outros fatores sem dúvida influenciam o diálogo e, em decorrência, a distância transacional: o número de alunos por professor; a frequência das oportunidades para comunicação; o ambiente físico em que os professores ensinam e os alunos aprendem; o ambiente emocional dos professores e dos alunos; a personalidade do professor e dos alunos; e o conteúdo a ser ensinado e aprendido.

Oliveira (2008. p. 209) reitera:

É inegável que a relação entre professor e aluno é a que mais sofre alterações com a migração da aula para o ambiente virtual, pois, na aprendizagem mediada pelo computador, a motivação tem que vir pelas relações afetivas.

Palloff e Pratt (2002) desmistificam a ideia de que se não houver contato físico não haverá contato humano, quebrando paradigmas de que a interação só acontece se o professor tiver diante do aluno:

Na comunicação eletrônica, a noção de contato virtual como algo contrário ao contato humano determina um dualismo artificial. Pelo fato de as pessoas se comunicarem sob a forma textual, não deixa de ser humana (PALLOFF e PRATT, 2002, p. 61).

Consideramos oportuno reforçar que as tecnologias de informação e comunicação utilizadas para fim pedagógico e não apenas operacional, podem ser grandes aliadas do professor no processo de ensinar e aprender. Mas vale ressaltar que nem todos os alunos e professores estão preparados pedagogicamente e psicologicamente para esse diálogo que a EAD exige de ambos. A resposta do professor 14 exemplifica essa reflexão:

Alguns alunos com maior autonomia e domínio dos aparatos tecnológicos, não sofrem influência no processo de aprendizagem por estarem distantes geograficamente, pois apresentam maior autonomia em seus estudos e fazem uso dessa tecnologia para interagir com o professor, contudo, os alunos mais dependentes acabam não se adaptando com esse modelo pedagógico (professor 14).

Superar essas dificuldades exigirá do professor uma nova postura em sua prática pedagógica. De fato, não há, segundo Belloni (2006), fórmulas mágicas para ensinar e aprender em qualquer modelo de educação, mas, segundo a autora, o papel do professor deve ser repensado:

Para fazer frente a esta nova situação, o professor terá necessidade muito acentuada de atualização constante, tanto em sua disciplina específica, quanto em relação às metodologias de ensino e novas tecnologias. A redefinição do papel do professor é crucial para o sucesso dos processos educacionais presenciais ou a distância. Sua atuação tenderá a passar do monólogo sábio da sala de aula para o diálogo dinâmico dos laboratórios, salas de meios, *e-mail*, telefone e outros meios de interação mediatizada; do monopólio do saber à construção coletiva do conhecimento, através da pesquisa; do isolamento individual aos trabalhos em equipes interdisciplinares e complexas; da autoridade à parceria no

processo de educação para cidadania (BELLONI, 2006, p. 82-83).

A EAD tem princípios que precisam ser norteados e definidos. Segundo a autora, o papel do professor é relevante. Nesse sentido, em nossa pesquisa tivemos a preocupação de perguntar aos professores se depois de ministrar várias aulas na Educação a Distância eles se sentem mais preparados pedagogicamente e psicologicamente diante das câmeras.

Dos 22 professores entrevistados, 20 disseram sentir-se, com o tempo, mais preparado pedagogicamente, mas no geral, afirmam que é sempre um desafio ministrar aulas para uma câmera durante tanto tempo. Os relatos que seguem demonstram o exposto:

Depois de mais de três anos ministrando aulas na modalidade EAD, me vejo mais preparada tanto pedagogicamente como psicologicamente, porém, cada aula é um novo desafio, precisamos criar dinâmicas para que nossa aula não se torne cansativa e que os alunos tenham um bom aproveitamento (professor 4).

Acredito que a cada experiência vivenciada na docência requer uma reflexão crítica sobre a nossa prática pedagógica. Na EAD, cada aula ministrada constitui um desafio, pois devemos pensar em como utilizaremos pedagogicamente o ambiente virtual de aprendizagem para que esse de fato constitua um trabalho colaborativo (professor 22).

Sim, a EAD exige maior preparação e aprimoramento por parte do professor, o que contribui significativamente para sua atuação em qualquer modalidade da educação. Depois de um ano ministrando aulas a distância me sinto mais segura do que quando entrei no estúdio pela primeira vez, mas confesso que a cada aula fico ansiosa no início, mas depois me solto e corre tudo bem (professor 2).

De maneira geral, afirmaram que se preparar pedagogicamente é apenas uma questão de organização. Nas primeiras aulas, isso se torna um obstáculo, pelo tempo reduzido, é necessário programar-se com o planejamento de materiais, slides, provas e atividades. Mas, com a experiência de várias aulas ministradas, essa ideia é superada:

De certa forma preparada pedagogicamente, pois aos poucos vamos adquirindo domínio da dinâmica e estrutura da EAD, no

entanto, psicologicamente é sempre um desafio, pois estamos diante de uma câmera sem contato direto com os alunos e isso sempre nos causa um pouco de ansiedade (professor 1).

À medida que a prática vai se estabelecendo, há uma segurança maior em falar, em posicionar-se frente à câmera, mas há uma crescente necessidade de preparação pedagógica, pois a EAD exige muito do professor. No que diz respeito a estar preparada psicologicamente, não vou mentir, às vezes me sinto insegura quanto ao tempo e retorno dos alunos, pois como não os vemos, não sabemos como estão reagindo, se estão gostando ou não da aula e isso me causa ansiedade (professor 5).

No que diz respeito à preparação psicológica, 15 professores afirmam que ministrar aulas na EAD sempre causa ansiedade, mas que depois de algum tempo de experiência já se sentem mais preparados psicologicamente. Alguns relatos demonstram essa afirmação.

Criamos experiência, perdemos o medo das câmeras ou possíveis perguntas que virão a partir dos alunos. Entendemos o funcionamento e desenvolvemos, assim, maturidade ao ministrar as aulas e responder às perguntas; hoje me sinto mais bem preparada psicologicamente em comparação às primeiras aulas que ministrei na EAD (professor 11).

Certamente que sim. Psicologicamente, aquela sensação de bloqueio diante da câmera amenizou e consigo ser mais espontânea também, coisa que no início não ocorria. Pedagogicamente, consigo filtrar informações que o aluno pode buscar por si só e passo a dar, nas aulas, conteúdos que exijam mais explicações (professor 3).

Belloni (2006) nos alerta que com as inovações tecnológicas e as demandas sociais de um sujeito autônomo, exigidas pela EAD, uma questão polêmica é colocada em pauta: o papel e funções do professor que trabalha com essa modalidade. Segundo ela, o professor foi “chamado a desempenhar múltiplas funções, para muitas das quais não se sente, e não foi preparado (BELLONI, 2006, p.79). A afirmação da autora comprova o relato dos professores quando afirmam que no início tiveram dificuldade de adaptação a esse modelo de ensino, principalmente, aqueles que são professores desde o início do curso de pedagogia. Quanto à formação docente para EAD, trataremos na próxima categoria de análise.

## 5.5. FORMAÇÃO DOCENTE PARA A MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Ribas, Carvalho e Alonso (2003) esclarecem que a formação docente deve ser continuada, reelaborada e redimensionada frente às novas exigências da sociedade, causadas, principalmente, pelo avanço tecnológico. Nesse sentido, afirmam que esse processo de formação não cessa, e envolve todos os professores de qualquer nível de ensino. “Trata-se, pois, de uma situação muito peculiar em que o envolvimento do professor e sua responsabilidade com o processo de formação constituem condição fundamental” (RIBAS, CARVALHO E ALONSO, 2003, p. 47).

Nesse contexto, podemos inferir que em uma sociedade em constante transformação em suas diversas esferas, inclusive no campo educacional, faz-se necessário repensar o papel da escola e do professor. Fernández (2002, p. 45) corrobora com essa ideia ao afirmar que: “A inovação é sempre essencial em toda mudança educacional, tanto no sistema educativo como na própria escola. Envolve e tem sempre como referência o professor”.

Preparar-se como professor exigirá dele novas maneiras de lidar com as novas formas de aprender, advindas, principalmente, pelo uso das novas tecnologias. Na concepção de Tardif é reconhecer que:

[...] a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão do conhecimento já constituído. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações (TARDIF, 2002, p. 36).

Quando nos deparamos com uma modalidade de educação que, apesar de já configurar-se no cenário educacional há algum tempo, mas é ainda imbricada de estigmas e preconceitos, percebemos que são muitos os desafios e problemas enfrentados pelos professores que, acostumados com a Educação Presencial, irão se deparar como professores da EAD. Segundo Kenski (2003), independente da modalidade de ensino, o professor não deixará de exercer sua prática docente; todavia, é necessária a compreensão da forma de trabalho no novo espaço e tempo que a EAD possibilita a esse profissional.

Palloff e Pratt (2002) compartilham das ideias expressas por Kenski ao afirmar que, independente da modalidade de educação, seja ela presencial ou a distância, o papel do professor é o de promover o processo educativo eficiente, mesmo que cada modalidade tenha as suas especificidades.

Maia e Mattar (2007) comungam das ideias dos autores supracitados, no que diz respeito ao comprometimento e responsabilidade em ambos os modelos de educação, porém, distingue a forma de trabalho docente da EAD e da Educação Presencial:

*Online*, os professores podem também se comunicar diretamente e realizar novas experiências. Quando o professor entra em uma sala de aula presencial, ao contrário, ele está sozinho com seus alunos. Grande parte dos profissionais não desempenha suas atividades tão isoladamente, distantes de seus pares de profissão, e a internet, nessa circunstância, fornece ao professor a possibilidade de trabalhar em uma comunidade e manter contato constante com seus colegas (MAIA e MATTAR, 2007 p. 92 – 93).

Nesse trabalho, já apresentamos a análise do PPC do curso de Pedagogia e questionário respondido pelos professores participantes da pesquisa que, comprovam as ideias do autor. Segundo respostas dos professores, na Educação Presencial o professor tem maior autonomia para decidir o que, como e quando trabalhar determinado conteúdo, respeitando o plano de ensino realizado no início do ano letivo. Seu planejamento diário não depende de outros profissionais que trabalham com ele. Suas aulas independem do uso da tecnologia, tendo opção de utilizá-la ou não.

Na análise do PPC da Instituição Campo de Pesquisa, percebemos que o professor da EAD, sozinho, sem um trabalho em equipe, não conseguirá ter bom desempenho em suas aulas. Ele depende de uma equipe que orienta, corrige, formata e edita todo seu material, por isso a necessidade do envio com muita antecedência. Esse material passa pela equipe pedagógica, equipe de correção e formatação, pela equipe de Tecnologia da Informação – TI , equipe de estúdio, professor mediador que acompanha as aulas e interage no *chat* junto ao professor que ministra as aulas. Nos polos de apoio presencial, outra equipe é envolvida, coordenador de polo, tutor, TI etc. Todo esse processo é feito antes da aula chegar ao seu foco, o aluno.

Essas observações nos fazem compreender que na EAD, o processo é mais complexo que a Educação Presencial. Envolver nesse trabalho em equipe tem-se o professor que precisa se adequar a esse modelo de educação já configurado, principalmente, na Educação Superior.

Mauri e Onrubia (2010, p. 120) afirmam que capacitar para o uso das novas tecnologias é necessário para o professor atuar em ambientes virtuais, mas essa formação deve incorporar um conjunto amplo de outros elementos:

- capacidade para valorizar positivamente a integração das TICs na educação para ensinar seu uso no nível instrumental;
- conhecimento e capacidade para usar ferramentas tecnológicas diversas em contextos habituais de prática profissional;
- conhecimento do percurso incógnito das TICs, das suas implicações e conseqüências na vida cotidiana das pessoas, assim como dos riscos potenciais de segregação e exclusão social devido às diferenças de acesso e ao uso desigual dessas tecnologias.

Além do domínio técnico dos aparatos tecnológicos, o professor que se propõe a exercer a prática docente na EAD deve ter em mente que esses recursos devem ser incorporados a conhecimentos de caráter pedagógico e humano, a fim de promover a inclusão social do alunado que, geralmente, está adaptado a Educação Presencial.

Fernández (2002) nos esclarece que em uma sociedade em constante transformação, seria necessária uma reforma no sistema educacional e, conseqüentemente, no papel do professor:

- a) necessidade da mudança, o que implica uma mudança de atitude e adquirir novas competências profissionais;
- b) aplicação prática da investigação-ação, como elemento de melhoria da própria prática profissional e, portanto, a inovação;
- c) trabalho em equipe, o que exige novas habilidades sociais (o professor ilhado em sua classe não tem sentido, hoje em dia, pelas próprias exigências do desenvolvimento curricular). Tudo isso configura uma nova concepção do centro educativo e seu sistema relacional, valores e estruturas;
- d) exigência de outros protagonistas (família, meios de comunicação, outros profissionais etc) com os quais tem de relacionar-se;
- e) presença de outros meios (as novas tecnologias), que lhe permitem liberar-se da rotina, deixar de lado os planejamentos memorísticos tradicionais etc (FERNÁNDEZ, 2002, p. 48).

Essa prática inovadora, elencada pelo autor, pode ser projetada também para os docentes da EAD. O professor ao ministrar aulas a distância, precisa repensar sua postura, metodologia e competências profissionais. A incorporação dessas mudanças de atitudes permitirá aplicação prática da investigação-ação e o desenvolvimento de novos conhecimentos sobre essa modalidade de ensino e, principalmente, sobre o uso das novas tecnologias durante as aulas, essas que na EAD são essenciais para a transmissão da aula.

O trabalho em equipe é fundamental na EAD, pois são muitos os envolvidos no processo para que cada aula chegue ao aluno com qualidade pedagógica ou de transmissão, seja ela por satélite ou pela *web*. Ao contrário de uma aula presencial, na aula ministrada a distância, o professor não é o protagonista, é necessária a presença de outros atores para se obter êxito.

O que causa inquietações é referente à formação desse professor para atuar nessa modalidade de ensino. Segundo Litto (2009, p. 15), muitos professores que atuam nessa área, não tiveram formação docente: “A explosiva expansão da aprendizagem a distância nos últimos anos leva a crer que muitos dos profissionais que hoje trabalham com EAD não tiveram uma formação ‘formal’ na área”.

Dessa forma, usam a experiência que tem de ensino presencial para EAD. Há que se pensar que por conta da separação de espaço e tempo entre professor/aluno e aluno/aluno, a metodologia e os meios pelos quais a aula chega aos polos de apoio presencial, nas casas dos alunos ou em qualquer outro espaço em que a assistem, devem ser diferenciados.

### **5.5.1. Formação docente para EAD – algumas concepções**

Por compreender a diferença entre Educação Presencial e Educação a Distância, citada por vários autores que escrevem sobre EAD, procuramos a compreensão dessa questão na prática. Perguntamos aos professores participantes da pesquisa sobre o que era a formação docente para a Educação a Distância. No geral, os professores responderam que ter o domínio

do pedagógico é fundamental, contudo, ministrar aulas na EAD exige outros conhecimentos e capacitações. Os relatos de dois professores expressam bem essa afirmação:

Pedagogicamente, temos que estar preparados, independente da modalidade que vamos trabalhar. Porém, ser preparado para EAD exige conhecimentos que vão além do pedagógico, precisamos ser preparados psicologicamente e tecnologicamente e acho que isso não acontece com muitos professores, falta essa formação. Já fiz uma especialização em EAD e mesmo assim acho que não foi suficiente. Ministrar uma aula para poucas pessoas e sabendo quem são as pessoas que estão te assistindo é completamente diferente de ministrar uma aula para centenas e até milhares de pessoas espalhadas pelo Brasil. Você deve estar bem seguro do que está falando, pois ao contrário do presencial, tudo o que falamos fica gravado e não há como dizer que não foi falado (Professor 4).

É a possibilidade de inclusão dos profissionais da área de educação em trabalhar com um novo modelo educacional, pois a EAD está alcançando uma dimensão estrondosa e abrindo novas portas aos profissionais da educação. Dizer que somente estando preparado pedagogicamente iremos ministrar uma aula na EAD, é ilusório. Precisamos sim ter muito domínio pedagógico e propriedade do conteúdo que vamos ministrar, mas também precisamos ter uma formação ou até uma boa orientação de todo funcionamento do processo na EAD, pois quem está de fora não tem noção de como precisamos de um trabalho alinhado com toda equipe para poder ministrar uma boa aula. Por isso, antes de entrarmos num estúdio pela primeira vez, é necessário passar por uma capacitação, com certeza (Professor 18).

Mais uma vez, em nossa pesquisa, aparece na resposta dos professores que o trabalho na EAD não é um trabalho individual como nas aulas presenciais. Em virtude do crescimento da EAD, muitos professores foram chamados a exercer a docência nesse modelo educacional e não tiveram formação específica. Isso reforça a necessidade da busca constante pela formação. Se na Educação Presencial, na qual os professores já estão acostumados, essa formação é condição fundamental, na EAD ela é indiscutível:

A modalidade de Ensino a distância exige do professor formação e capacitação, visto ser uma modalidade inovadora com avanços significativos e de forma rápida na história da

educação. Não fomos formados para dar aula para uma câmera, dominar conteúdo é uma coisa, mas aliar isso a tecnologia e falar para um público desconhecido é totalmente diferente, exige uma formação específica e isso não podemos negar, mas, infelizmente, poucos têm essa formação, acabamos perdendo o “medo” e nos familiarizando com isso, fazendo (professor 9).

Os professores demonstraram ter consciência da necessidade da formação, visto que foram formados para trabalhar em uma sala de aula presencial. Dessa forma, em nossa pesquisa nos preocupamos em conhecer a formação dos professores que atuam na EAD da Instituição Campo de Pesquisa. Perguntamos se a IES ofereceu capacitação pedagógica para atuação em EAD. Dentre os 22 professores, 14 responderam que não receberam capacitação e 8 responderam ter recebido somente orientações, mas não passaram por um processo de capacitação. Os relatos a seguir demonstram a formação pedagógica que receberam:

Fui apresentada a todos os recursos tecnológicos utilizados, recebi explicações sobre o funcionamento das aulas, as gravações e o modelo pedagógico. Pude participar de aulas experimentais e através delas conhecer os erros mais comuns, porém não foi um curso de capacitação intenso, depende muito de cada professor “correr atrás” e buscar, sem medo a ajuda de quem está mais tempo atuando nessa modalidade (professor 2).

Recebi instruções quanto a procedimentos, postura frente às câmeras, organização das aulas, material didático, atividades e avaliação ( Professor 6).

Recebi informações, suporte técnico, indicação de leituras, mas faltou uma capacitação que envolvesse teoria e prática (Professor 7).

A IES, inicialmente, oferece uma aula piloto, caso o professor se sinta despreparado para esta modalidade, em seguida recebe instruções e orientações pedagógicas de como ministrar aulas por uma equipe de profissionais, no caso, há uma pessoa específica para isto na Instituição, além da visitação aos estúdios e contato com os materiais produzidos por outros que já dominem esta modalidade, são orientações importantes para quem está iniciando (Professor 12).

Recebi treinamento da familiarização do estúdio (aula piloto) para compreender como se comportar frente às câmeras. Na semana pedagógica, junto com os professores do presencial, tivemos uma oficina de elaboração de provas (Professor 18).

Os depoimentos apresentados indicam que a instituição oferece, aos professores, orientações quanto a diversos aspectos: aula piloto, apresentação do modelo pedagógico, explicações sobre o funcionamento das aulas, elaboração de materiais e provas. Mas, segundo eles, não foi oferecido um curso de capacitação que aliasse teoria e prática.

Ao serem questionados se receberam capacitação para o uso das novas tecnologias para Educação a Distância, 8 professores também responderam que tiveram apenas orientações, mas não cursos de capacitação, os demais responderam que não tiveram capacitação nenhuma. A resposta de um dos professores nos chamou atenção:

A IES oferece um curso semestralmente sobre o uso das Novas Tecnologias para aplicação em sala de aula presencial e também para aulas nos cursos a distância, porém muitos professores por já acharem que estão preparados não aproveitam isso, acredito que todos deveriam ser obrigados a realizar (professor 12).

No relato do professor 12, percebemos que são oferecidos cursos pela instituição, mas, por serem convidados e não convocados, os professores não os fazem, muitos por já se sentirem preparados e familiarizados com as TICs.

No que diz respeito às orientações recebidas pela equipe do EAD podemos destacar o posicionamento de 3 professores que, por já terem domínio das novas tecnologias, tiveram facilidade em operar o sistema:

Como disse anteriormente, tive a oportunidade de aprender como utilizar os recursos mais comuns em EAD, por meio de explicações de pessoas que já trabalham nessa modalidade há mais tempo e por já ter certo domínio do computador, tudo se tornou mais fácil. Também não foi uma capacitação intensa, mas o suficiente para me familiarizar com as ferramentas e depois é só fazer uso dela que nos acostumamos (Professor 2).

Durante o período de aulas existe um suporte técnico e didático que nos auxilia, mas o que facilitou foi que eu já tinha algum domínio do uso de alguns instrumentos tecnológico, cabe a nós que nos propomos a ser professores virtuais correr atrás de nos adequar a essa modalidade de ensino, o primeiro passo é ter domínio da tecnologia (Professor 7).

Não tive uma capacitação em nível de curso, mas todas as orientações necessárias para o uso dos recursos tecnológicos,

sem falar que temos o apoio da coordenação e uma equipe que está disposta a nos atender em caso de dúvidas, para quem já tem algum domínio pelo menos do computador, isso se torna mais fácil (Professor 16).

As respostas desses professores expressam que cabe também ao professor buscar o aperfeiçoamento quanto ao uso das TICs. Merece destaque a expressão usada pelo professor 7: “cabe a nós, que nos propomos a ser professores virtuais, correr atrás de nos adequar a essa modalidade de ensino, o primeiro passo é ter domínio da tecnologia”. Pelo fato de serem professores do presencial e ter domínio do conteúdo de suas áreas, não os exime de buscar novos conhecimentos, principalmente tecnológicos, visto que a modalidade a distância exige novas habilidades e novas metodologias. O posicionamento de o professor a seguir, mostra a complexibilidade no trabalho na modalidade a distância em relação à Educação Presencial:

Tive orientação da equipe, mas são tantas informações que, muitas vezes, ainda tenho dúvidas e acabo recorrendo a TI para me ajudarem. Ministrando uma aula no presencial, de certa forma, exige de nós apenas o domínio do conteúdo, o uso do tecnológico é fator secundário. Acredito que a prática proporcionará o domínio de todos esses aparatos tecnológicos que a EAD tem, nada melhor do que a experiência para melhorarmos a cada dia (Professor 9).

Tardif (2002) traz contribuições nesse campo, ao afirmar que apenas o saber teórico, desprovido de prática, não é considerado completo e carregado de significado.

Se assumirmos o postulado de que os professores são atores competentes, sujeitos ativos, deveremos admitir que a prática deles não é somente um espaço de aplicação de saberes provenientes da teoria, mas também um espaço de produção de saberes específicos oriundos dessa mesma prática (TARDIFF, 2002, p.234).

Podemos inferir que a relação teoria e prática também é fator fundamental para o professor da EAD. Por ser uma modalidade de ensino considerada nova em detrimento à Educação Presencial, torna-se de extrema

importância que os professores busquem capacitações teóricas e práticas para atuarem na Educação a Distância.

Na Instituição Campo de Pesquisa, tivemos a comprovação de que, no geral, os professores ainda exercem há pouco tempo a docência na EAD. Dos professores que participaram da pesquisa, apenas 2 já tinham experiências como docente da Educação a Distância, os outros 20 tiveram suas primeiras experiências na EAD da Instituição pesquisada.

Particpei do projeto piloto da UAB/UFMS e Banco do Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul, no curso de Bacharelado em Administração a distância, como professor e tutor a distância em diversas disciplinas.

Particpei também do projeto piloto da UAB/UEM e Banco do Brasil, no estado do Paraná, no curso de Bacharelado em Administração a distância, como tutor a distância em diversas disciplinas.

Fiz cursos de cursos de curta duração como aluno (Professor 18).

Fui professora na PUC - São Paulo e na FATEC - São Paulo, Santos, Sorocaba (professor 5).

Podemos considerar um número muito baixo de professores com experiência na EAD, menos de 10% dos professores que participaram da pesquisa já tinham atuado nessa modalidade de ensino em outros momentos.

Perguntamos também a eles se, por iniciativa própria, haviam feito algum curso em nível de pós-graduação para formação em EAD e se o curso foi suficiente para prepará-los e dar mais segurança para ministrar suas aulas. Entre os 22 professores, somente 2 tem o curso especialização em EAD concluído e um professor está com o curso em andamento, por isso não justificou quanto à preparação:

Fiz uma pós em nível de especialização para atuação em EAD, mas considero não ter sido suficiente, apesar de ter ajudado, pois acredito que nenhum conhecimento é perdido. Qualquer curso, seja ele em nível de graduação ou pós, não prepara o aluno totalmente, sendo assim, acredito que somente a prática e o domínio do conteúdo nos dá mais segurança (Professor 4).

O curso que realizei proporcionou-me momentos em que eu estava na situação de aluna, tive dificuldades como acredito que todos os alunos têm no início de qualquer curso a

distância, assim ao ministrar as minhas aulas consigo colocar-me no lugar do aluno e pensar qual seria sua expectativa para aquela aula. Foi um bom curso, mas me trouxe muita teoria, a prática adquiri ministrando as aulas, essa experiência sim, me dá mais segurança e confiança no meu trabalho, somente essa prática me fez perder o medo das câmeras (Professor 5)

Em ambos os relatos fica evidente que o curso de especialização em EAD contribuiu para formação docente nessa modalidade, contudo, não foi suficiente para dar segurança a eles dentro dos estúdios em frente às câmeras. Ambos garantem que somente a experiência consegue dar conta de superar a insegurança.

O relato do professor 5 nos chamou a atenção pela importância atribuída ao ser aluno para compreender as dificuldades que eles encontram. Salientamos que essa sinergia é fundamental para que a aprendizagem ocorra em ambientes virtuais. Para se sentir seguro, o aluno precisa perceber que mesmo estando separado no espaço e, muitas vezes, no tempo, o professor está se dirigindo a ele e pensando na sua formação. Todavia, isso só é possível se houver a conscientização e a preparação do docente para o gerenciamento da tecnologia aliado ao pedagógico e ao humanismo. Um trecho de seu relato demonstra essa importância: “assim ao ministrar as minhas aulas consigo colocar-me no lugar do aluno e pensar qual seria sua expectativa para aquela aula”.

Whitesel apud (PALOFF e PRATT, 2002, p. 87) afirma que a tecnologia isolada não garante a aprendizagem. Na concepção do autor:

A tecnologia não ensina os alunos; os professores eficientes, sim. Um espaço de aprendizagem virtual criado de maneira eficiente por um professor bem preparado pode cumprir as promessas que os educadores fazem a seus alunos. Pode-nos ajudar a levar aquilo que ensinamos para um número cada vez maior de alunos espalhados por uma área geográfica amplamente diversificada.

Mauri e Onrubia (2010, p.129) completam:

Na sociedade da informação, da aprendizagem e do conhecimento, o papel mais importante do professor em ambientes virtuais, entre os que identificamos, é o de mediador, entendido como alguém que proporciona auxílios

educacionais ajustados à atividade construtiva do aluno, utilizando as TICs para fazer isso. No que se refere ao ajuste da ajuda, argumentamos a conveniência de se diferenciar entre a interatividade tecnológica e interatividade pedagógica, e entre o plano do projeto e o do desenvolvimento do ensino.

Na concepção dos autores supracitados, a tecnologia é uma ferramenta que facilita o desenvolvimento do pedagógico. Segundo Oliveira (2008), a falta do contato físico entre professor e aluno não prejudica a capacidade do aluno aprender desde que o professor esteja preparado para a prática docente na EAD. A aprendizagem, por meio da tecnologia, faz com que sejam produzidos novos conhecimentos além dos propostos por cada disciplina, nesse sentido, proporciona a ele o que a autora chama de fluência tecnológica.

O docente, seja no presencial ou na modalidade a distância, necessita de uma formação sólida que favoreça na e para sua atuação profissional. Essa é a responsabilidade do professor enquanto sujeitos formadores. Formar-se docente, entretanto, na modalidade a distância, é valorizar o conhecimento científico, é sair do senso comum, tendo como pressuposto, que este profissional irá contribuir na formação de outros sujeitos, dessa forma, requer que haja na formação, rigor científico. Formar-se professor para EAD exige do profissional que, além de um conhecimento sólido no que diz respeito ao pedagógico, o professor também precisa ter conhecimentos tecnológicos e metodológicos diferenciados, visto que o público alvo é diferente.

Ao finalizar a pesquisa, pedimos aos professores que registrassem sugestões de como superar os desafios e dificuldades encontradas para ministrar as aulas ao vivo, principalmente para quem está iniciando a docência na EAD. Na sua maioria, as respostas apresentam o mesmo teor:

- Treinamentos constantes, principalmente para a interação no AVA.
- Capacitação, algumas vezes no ano, envolvendo teoria e prática.
- Manual do docente com dicas de como administrar seu tempo em uma aula, como se portar em frente às câmeras, tom de voz e outras instruções que fazem parte do cotidiano da EAD.
- Curso a distância usando a mesma plataforma que os alunos usam, com a participação em fóruns e postagem de atividades.

-Grupos de estudo entre os professores para troca de experiências, discussão de textos sobre EAD, elaboração de artigos, participação em congressos sobre o tema etc.

-Oficinas de como elaborar o material didático, provas, atividades e fóruns.

As respostas dos professores expressam a necessidade de uma formação mais consistente para o trabalho na EAD em virtude da complexibilidade da modalidade. Todavia, faz-se necessário que os professores busquem essa formação para superar as dificuldades. As respostas de dois professores apontam quão importante a organização da prática e a busca por leituras sobre o assunto para se manterem atualizados:

Organizar-me melhor! Estamos acostumados com o modelo presencial e na EAD não somente o aluno precisa ser organizado e disciplinado, mas o professor também. Isso para mim foi muito difícil no início. Acredito que nenhuma capacitação que a instituição oferecesse mudaria meu jeito, mas a prática me mostrou isso. Hoje, busco, na literatura, conhecimentos sobre EAD, precisamos conhecer para nos manter nela. Quanto às câmeras, não tive problema, mas na organização de tantos slides, provas e atividades semanais fico perdida a cada módulo que tenho que ministrar aula, mas isso só depende de mim, nenhum curso mudaria isso (professor 10).

A dica é: treino, assim como a criança aprende a lidar com o contexto escolar no início da vida na escola, nós docentes temos que nos habituar a essa modalidade de ensino que não é nova, mas que está cada vez mais passando por um processo de aperfeiçoamento. Temos que nos adequar a essa modalidade de ensino, se acreditamos nela. Penso que para ser professor na EAD temos que acreditar que ela é uma modalidade que capacita os alunos tão bem quanto o presencial. Estou lendo muito sobre o assunto e, a cada dia, fico mais encantado com as possibilidades que a EAD oferece para os alunos que não tiveram acesso a Educação Superior, essa democratização do ensino deu esperança a muitas pessoas que outrora não tiveram oportunidades (Professor 19).

Em uma aula concebida ao vivo, totalmente a distância, como no modelo da Instituição Campo de Pesquisa, o professor precisa ter domínio do conteúdo, fluência e conhecimentos básicos do uso do computador e lousa eletrônica e estar preparado psicologicamente para ministrar uma boa aula. Essas habilidades podem ser adquiridas com capacitações teóricas e práticas.

O saber docente não pode ser concretizado somente pela teoria, deve também, ser nutrido pela prática, nesse sentido, permite um olhar investigativo sobre a atuação do professor. Isso proporcionará a ele condições de analisar o contexto histórico, social, cultural, econômico, social e profissional e estabelecer relação com o contexto educacional. Em se tratando de EAD, essa análise não poderá ter outro rumo e outro olhar.

## 6. CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, tivemos como objetivo responder ao problema: Que desafios e novos saberes técnicos e pedagógicos são necessários ao professor que ministra aulas na Educação a Distância? Esperamos ter respondido, ao menos em parte, o que foi proposto para esse trabalho. Muitas pesquisas devem surgir ainda a respeito da formação de professores para EAD. Acreditamos que isso irá colaborar com a formação dos professores que buscam aperfeiçoamento para o exercício docente na Educação a Distância.

Esperamos que esse trabalho tenha trazido contribuições importantes para os estudos referentes a EAD. Sabemos que muito ainda tem para ser estudado, visto que é um assunto que não se esgota em apenas uma dissertação e nem foi essa a nossa pretensão. É necessário, ainda, um aprofundamento no estudo da EAD, visto que é um processo dinâmico, que exige busca de novos conhecimentos e aperfeiçoamentos constantes dos profissionais, que se propõem a trabalhar com essa modalidade de ensino.

As leituras realizadas revelaram que, nos últimos anos, o Brasil tem assistido a uma vertiginosa expansão do Ensino Superior em decorrência, principalmente, da evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs que proporcionaram o desenvolvimento acelerado da Educação a Distância.

O Ensino Superior, que até o final da década de 60 do século passado, era limitado, em virtude das poucas Universidades Públicas, assistiu, na Década de 70 do mesmo século, um significativo aumento no número de pessoas que ingressavam nesse nível de ensino. Esse aumento foi ocasionado por diversos fatores, entre eles, a concentração urbana da população; exigência de melhor formação para mão-de-obra industrial e de serviços e a facilidade para a abertura de escolas privadas.

Já na década de 80, uma forte crise assolou nosso país e todo processo de ingressos no Ensino Superior assistido na década anterior foi retardado.

Na década de 90 do mesmo século, com a promulgação da LDB, foram incorporados princípios para os níveis e modalidades de ensino já definidos na Constituição Federal de 1988. Na referida lei, a EAD passou a ser reconhecida

como uma modalidade de ensino. O Ensino Superior, principalmente privado, teve uma expressiva expansão. Em decorrência disso, houve uma preocupação em relação à qualidade de ensino oferecida pelas instituições.

No decorrer da pesquisa, percebemos que a EAD ainda é carregada de estigmas e preconceitos, no que diz respeito à educação oferecida pelas instituições de nível superior. Nesse sentido, o MEC elaborou um documento intitulado Referencial de Qualidade para Educação a Distância, que norteia o trabalho dessa modalidade, principalmente no que tange à elaboração de um Projeto Pedagógico de Curso.

A análise do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Instituição Campo de Pesquisa nos mostrou que essa instituição, ao elaborar esse documento, preocupou-se em atender as exigências do Referencial de Qualidade e descreveu de forma bastante clara os aspectos: infra-estrutura, modelo pedagógico e recursos humanos.

Essa análise nos deu uma ampla visão do modelo pedagógico da instituição, facilitando, posteriormente, a análise dos dados coletados, a partir do questionário enviado aos professores titulares da instituição. A escolha por esses professores se deu pelo fato de serem os responsáveis por ministrar as aulas ao vivo em um estúdio para centenas e milhares de alunos espalhados por todo Brasil, em que há polos de apoio presencial.

Dessa forma, ministrar um conteúdo para um público tão distante é quebrar paradigmas já existentes e criar mecanismos para esse novo processo de ensinar e aprender. Nesse sentido, consideramos que a formação desses professores é fator determinante para a obtenção de êxito em cada aula ministrada.

As análises realizadas das três categorias: A concepção de Educação Presencial e Educação a Distância; Metodologias de ensino e novas tecnologias para a Educação Presencial e a Distância e A formação docente para a modalidade de Educação a Distância, apontaram que os professores participantes da pesquisa, apesar de terem experiência como docentes do Ensino Superior na modalidade presencial, ainda apresentam pouco tempo de experiência na EAD, todos com menos de cinco anos de atuação.

Estes profissionais caracterizam a EAD como um modelo de educação na qual a principal característica está na separação de espaço e, muitas vezes,

de tempo entre professor e alunos. Acreditam que com isso diminui a interação entre ambos. Destacaram que esse fator na educação presencial se sobressai em relação à EAD pelo controle direto do professor em uma sala de aula, com os alunos presentes no mesmo espaço e tempo.

Um momento relevante da pesquisa foi a constatação de que, em geral, os professores pensam que na Educação a Distância os alunos apresentam maior autonomia e disciplina de estudo. Em contrapartida, o professor, para manter a atenção e participação intelectual dos alunos, nas aulas ao vivo, na EAD, deve elaborar seu conteúdo e materiais com antecedência, procurando ser claro e conciso.

Assim, o planejamento na EAD, mais fortemente que na Educação Presencial, deve ser criterioso e os meios didáticos apropriados para potencializar o processo de apropriação do saber, ou seja, devem ser estabelecidos procedimentos favoráveis para realizar o processo de intervenção que impulse a aprendizagem colaborativa e cooperativa.

Por ser a modalidade Presencial, historicamente, o modelo de educação que existe desde o nascimento das escolas, apresenta maior credibilidade por parte de todos. Nesse sentido, os professores da EAD se deparam frequentemente com desafios na sua prática docente, pois são frutos de uma Educação Presencial, e não foram preparados, em sua graduação, especialização, mestrado ou doutorado para ministrar aulas a distância.

No que tange à metodologia de ensino e novas tecnologias, pudemos inferir, a partir das respostas dos professores, que o planejamento, preparação das aulas, relação professor/alunos e sistema de avaliação na EAD são diferentes da Educação Presencial, principalmente porque tudo deve ser preparado com antecedência, seguindo o modelo padrão da instituição. Isso se justifica pelo fato de que, antes de chegar até ao aluno, o material é revisado pela coordenação, equipe de professores mediadores e equipe de correção gramatical.

Por serem muitos os envolvidos nesse processo, não há como cada professor utilizar a sua metodologia de trabalho, sem seguir o modelo pedagógico da instituição. Isso, segundo os autores estudados, dificulta o bom desenvolvimento de um projeto de EAD.

Em relação ao uso das novas tecnologias na EAD, essas ferramentas são recursos essenciais, portanto, o professor deve ter domínio dos aparatos tecnológicos para atuar como docente nessa modalidade de ensino. Já na Educação Presencial, seu uso é opcional e os professores participantes da pesquisa relataram que, mesmo sem utilizar instrumentos tecnológicos, é possível ministrar a aula sem prejuízos à aprendizagem do aluno.

Ministrar aulas na EAD, segundo os professores, é sempre um desafio e causa ansiedade mesmo tendo o domínio do conteúdo trabalhado. Segundo eles, com o tempo, vão adquirindo experiências que amenizam e lhes proporcionam maior segurança em frente às câmeras.

Compreendemos que para trabalhar com essa modalidade de ensino, o professor, necessariamente, precisa estar capacitado e utilizar metodologias adequadas para conduzir o trabalho, mesmo havendo a separação física entre ele e os alunos. Metodologias do presencial sem as adequações necessárias não são sustentadas na EAD.

Vale destacar que, segundo os professores participantes da pesquisa, a instituição deve oferecer capacitações, principalmente, para o uso das tecnologias da informação e comunicação. Afirmaram que não passaram por cursos específicos oferecidos pela instituição, apenas orientações da coordenação e técnicos, o que não foi suficiente para que pudessem ter segurança ao ministrar as aulas.

Na EAD, o trabalho do professor não é individual, como na maioria dos casos do presencial. Para que uma aula chegue com qualidade pedagógica e com boa transmissão, é necessário o trabalho de uma grande equipe. Na atuação do professor, é fundamental que ele tenha conhecimento de todo processo, pois muito depende da formação e orientação que teve para ministrar sua aula. Isso reforça a necessidade da busca constante pela formação. Se na Educação Presencial, na qual os professores já estão acostumados, essa formação é condição fundamental, na EAD ela é indiscutível.

A análise das respostas dos professores apontou que é necessário, na formação docente para EAD, um sólido trabalho e busca de novos saberes, em virtude da complexibilidade dessa modalidade de ensino.

Formar-se docente para EAD exige que, além de conhecimentos de conteúdo específico e pedagógico, o professor também precisa adquirir conhecimentos para o uso de instrumentos midiáticos e procedimentos metodológicos diferenciados da Educação Presencial. Por se tratar de professores que estão no início da carreira docente na EAD, percebemos que ainda se deparam com muitos desafios pedagógicos e técnicos no desenvolvimento do trabalho. Todavia, no geral, vislumbram com otimismo a nova modalidade de ensino que os desafia a superação das formas de ensino presencial, por meio dos recursos tecnológicos, o que possibilita, ao mesmo tempo, a cada um deles, melhorar sua forma de ensino também na modalidade presencial.

## REFERÊNCIAS

ABED. Associação Brasileira de Educação a distância. **O que é Educação a Distância?** Disponível em: [http://www2.abed.org.br/faq.asp?Faq\\_ID=8](http://www2.abed.org.br/faq.asp?Faq_ID=8). Acesso em: 20.jul.2011.

ALVES, João Roberto Moreira. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.) **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 9 – 13.

ALVES, João R. M. A nova regulamentação da EAD no Brasil. In: SILVA, Marco (Org.) **Educação Online**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2006, p. 417 – 428.

ARAUJO, José C. de S.As intencionalidades como diretrizes da práxis pedagógica. In: CASTANHO, Eugênia L. M; VEIGA, Ilma. P. A. (Orgs.) **Pedagogia Universitária: a aula em foco**. Campinas: Papyrus, 2000, p. 105 – 119.

ARETIO, Lorenzo G.Para uma definição de educação a distância. In: LOBO NETO, J. S. Francisco (Org.) **Educação a Distância: Referencias & trajetórias**. Rio de Janeiro: Plano editora, 2001, p. 21 – 32.

BACHA FILHO, Teófilo. Educação a distância, sistemas de ensino e territorialidade. In: FREGALE FILHO, Roberto (Orgs.) **Educação a Distância: análise dos parâmetros legais e normativos**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, p, 27 – 42.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos**. Brasília: Líber Livro, 2004.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados. 3.ed. 2006.

BRANDÃO, J. E. de A. A evolução do ensino superior brasileiro: uma abordagem histórica abreviada. In: MOREIRA, Daniel A. **Didática do ensino superior: técnicas e tendências**. São Paulo: Pioneira, 1997, p. 3 – 59.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. SEED. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Consulta de polos e instituições cadastradas pelo MEC**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto N. 5.622**, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm) . Acesso em: 25 mai. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei N. 9.394**, de 20 de dezembro de 1.996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm#art80](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art80). Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. SEED. **Avaliação e planejamento**. 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja\\_caderno4.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno4.pdf) Acesso em: 30. jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **ENADE**. 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=181&Itemid=313](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=181&Itemid=313) . Acesso em:10. jul. 2011.

COLL, César e MONEREO, Carles. Educação e aprendizagem no século XXI: Novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades. In: COLL, César e MONEREO, Carles (Orgs.) **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 15 – 46.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: VEIGA, G. V, LOPES, E. M. T, FARIA FILHO, L. M. (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151 – 204.

CUNHA, Maria Isabel da. Pesquisa e qualidade de ensino: aprendizagens e possibilidades na educação superior. In: Engers, Maria Emília Amaral; Marosini, Maria Costa (Orgs). **Pedagogia Universitária e aprendizagem**. Porto Alegre: EDIPURS, 2007, p. 102 – 120.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo, Cortez, 1998

FERNÁNDES, José TEJARA. O docente inovador. In: LA TORRE, Saturnino; BARRIOS, Oscar (orgs.) **Curso de formação para educadores**. São Paulo: Madras Editora, 2002, p. 45 – 55.

FREGALE FILHO, Roberto. O contexto legislativo da educação a distância. In: FREGALE FILHO, Roberto (orgs.) **Educação a Distância: análise dos parâmetros legais e normativos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 13 – 26.

GASPARIN, João L. **Uma didática para pedagogia histórico-crítica**. 5. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2009.

GIL, Antonio Carlos Gil. **Metodologia do ensino superior**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. São Paulo: Papirus, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo. Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: Políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?**: novas exigências educacionais e profissão docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LITTO, F. M. **Aprendizagem a distância**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

LITTO, F. M. O atual cenário internacional da EAD. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Orgs.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p 14 – 20.

LOBO NETO, J. S. Francisco. Educação a distância: Função Social. In: LOBO NETO, J. S. Francisco (org.) **Educação a Distância**: Referencias & trajetórias. Rio de Janeiro: Plano editora, 2001, p. 57 -71.

LOBO NETO, J. S. Francisco. Regulamentação da educação a distância: caminhos e descaminhos. In: SILVA, Marco (Org.) **Educação Online**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2006, p. 399 – 415.

MAIA, Carmen e MATTAR, João. ABC da EaD: **A educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson Prendice Hall, 2007.

MASETTO, Marcos T. **O professor e a hora da verdade**: a prática docente no ensino superior. São Paulo: Avercamp, 2010.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competências Pedagógicas do Professor Universitário**. São Paulo: Sammus Editorial, 2003.

MATTAR. João. **Guia de Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning. 2011

MAURI, Teresa e ONRUBIA, Javier. O professor em ambientes virtuais: perfil, condições e competências. In: COLL, César e MONEREO, Carles (Orgs.) **Psicologia da educação virtual**: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 118 – 135.

MICHAELIS: **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=educa%E7%E3o> . Acesso em: 02. jul. 2011

MOORE, M. KEARSLEY, G. **A educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

MORAN, José M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, José M; MASETTO, Marcos T; BEHRENS, Marilda A. (Orgs.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 18.ed. Campinas: Papirus, 2010, p. 11 – 65.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades**. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo. V. 1, Nº 3, 2º sem/1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em: 1. jun. 2011.

NISKIER, A. **Educação a Distância: a tecnologia da esperança**. São Paulo: Loyola, 2000.

OLINTO, Antonio. Minidicionário **Antonio Olinto da língua portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2001.

OLIVEIRA, Elsa G. Aula virtual e presencial são rivais? In: VEIGA, Ilma. P. A (Org.) **Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas**. Campinas: Papirus, 2008, p. 187 – 223.

PALLOFF, R. M; PRATT, Keith. **Construindo Comunidades de Aprendizagem no ciberespaço**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PEREIRA, Jovanira Lázaro. O cotidiano da Tutoria. In: JULIANE, Corrêa (Org.) **Educação a distância: orientações metodológicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 85 – 104.

PETERS, O. **A Educação a Distância em Transição**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

RAIC, Daniele Farias Freire. O desafio da qualidade social para todos: olhares e perspectivas dos sujeitos da Educação Básica. In: III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: QUESTÕES DESAFIADORAS E EMBATES EMBLEMÁTICOS, 1., 2011. Anais... Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011. p. 178 – 189. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/seminario3/anais.pdf>. Acesso em: 02. 10. 2011.

RIBAS, Marina. Holmann; CARVALHO, Marlene Almeida; ALONSO, Myrtes. Formação continuada de professores e mudança na prática pedagógica. In: MYRTE, Alonso (org.) **O trabalho docente**. 2. ed. São Paulo: Pioneira THOMSON, 2003, p. 47 – 57.

ROSINI, Alessandro M. **As novas tecnologias da informação e a educação a distância**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROVER, Aires J. A educação a distância no ensino de graduação: contexto tecnológico e normativo. In: FREGALE FILHO, Roberto (orgs.) **Educação a Distância: análise dos parâmetros legais e normativos**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, p. 43 – 69.

RUMBLE, Greville. **A gestão dos sistemas de ensino a distância**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Unesco, 2003.

SATHLER, Luciano; JOSGRILBERG, Fábio; AZEVEDO, Adriana B. **Educação a Distância: uma trajetória colaborativa**. São Paulo: Editora Metodista, 2008.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev e ampl.. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Alba Regina Battisti de. **Movimento didático na educação a distância: análises e prospecções**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SOUZA, Marcia M. P. **Metodologia da alfabetização**. Maringá: Cesumar, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

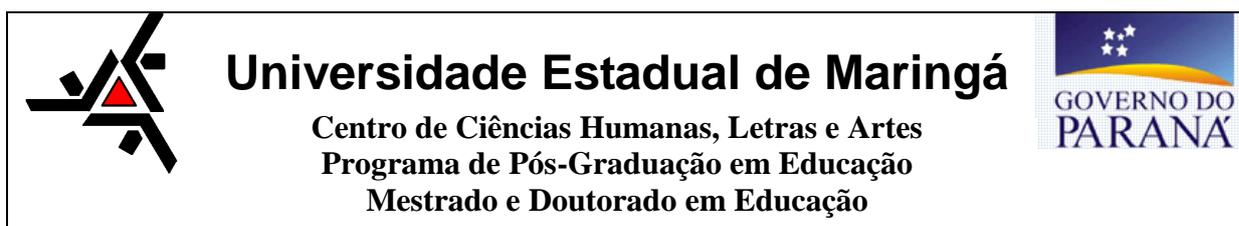
TORRES, Patrícia Lupion. Reflexões sobre os aspectos administrativos II. In: **CensoEAD.Br:2009 / Abed (Associação Brasileira de Educação a Distância)**; [tradução para o inglês Opportunity Translations]., São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011. Ed. Bilíngue: português /inglês, p. 39 – 41.

ZABALZA, Miguel Antonio. **O Ensino Universitário: Seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZAINKO, Maria Amélia S. PINTO, Maria Accioly T. **Gestão da instituição de ensino e ação docente**. Curitiba: Ibepe, 2008.

## APÊNDICE

## APÊNDICE



## QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS PROFESSORES

**TÍTULO TRABALHO:** Formação técnico-pedagógica do professor para Educação a Distância

**Entrevista com o professor Titular – ministra aulas ao vivo em estúdio e também no ensino presencial**

**Nome:** (manteremos sigilo)

**Idade:**

- ( ) 20 a 30
- ( ) 31 a 40
- ( ) 41 a 50
- ( ) 51 a 60
- ( ) 61 a 70
- ( ) mais de 70

**Formação**

**- Graduação:**

**- Pós-graduação:**

**a- Especialização:**

**b- Mestrado:**

**c- Doutorado:**

**Tempo de docência:**

**a- Na Educação Básica:**

**b- No Ensino Superior Presencial:**

**c- No Ensino Superior na Modalidade EAD:**

**CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA**

1- Qual sua concepção de:

- Educação Superior Presencial:

- Educação Superior a Distância:

2- Visto que você ministra aulas tanto na EAD quanto na educação presencial, em sua opinião, qual das modalidades prepara melhor os futuros docentes?

- EAD  
 Presencial  
 Ambas

Justifique sua resposta:

3 – Você teve sua formação na educação presencial. Em função disso, descreva quais os maiores desafios com que você se deparou na sua atuação como professor de EAD.

**METODOLOGIA DE ENSINO E NOVAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA.**

1- Que semelhanças e/ou diferenças você aponta entre EAD e educação presencial quanto a:

**a- Planejamento:**

Presencial:

EAD:

**b- Preparação de aulas:**

Presencial:

EAD:

**c- Relação professor-aluno:**

**d- Avaliação:**

Presencial:

EAD:

2- Depois de ter ministrado várias aulas em EAD, você se sente mais preparado pedagógica e psicologicamente para ser professor em um curso na modalidade a distância? Explique:

3- Como são utilizados os recursos tecnológicos:

**Presencial:**

**EAD:**

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA A MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA**

**1-O que é para você formação docente para a modalidade a distancia?**

**2- Você foi capacitado pedagogicamente pela IES em que atua para ministrar aulas em um curso a distância?**

- sim  
 não

**Em caso afirmativo explicita a formação que recebeu:**

**3- Você teve capacitação para o uso das Novas Tecnologias para ministrar aulas em um curso a distância?**

- sim  
 não

**Em caso afirmativo explicita a formação que recebeu:**

**4- Por sua iniciativa, você fez algum curso em nível de pós-graduação em metodologias para EAD?**

- sim  
 não

Em caso afirmativo, essa preparação foi suficiente para ministrar suas aulas com segurança?

- não  
 sim

**Justifique sua resposta:**

**5- Antes de trabalhar nessa instituição, na modalidade a distância, você teve outra experiência com EAD?**

- Sim ( )  
Não ( )

**Em caso afirmativo descreva essa experiência.**

**6- Você encontrou dificuldades no início do trabalho como professor da EAD?**

- Sim ( )  
Não ( )

**Em caso afirmativo, enumere essas dificuldades:**

**7 - Que sugestões você oferece para superar essas dificuldades?**